ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 111
8 de Abril de 1976

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

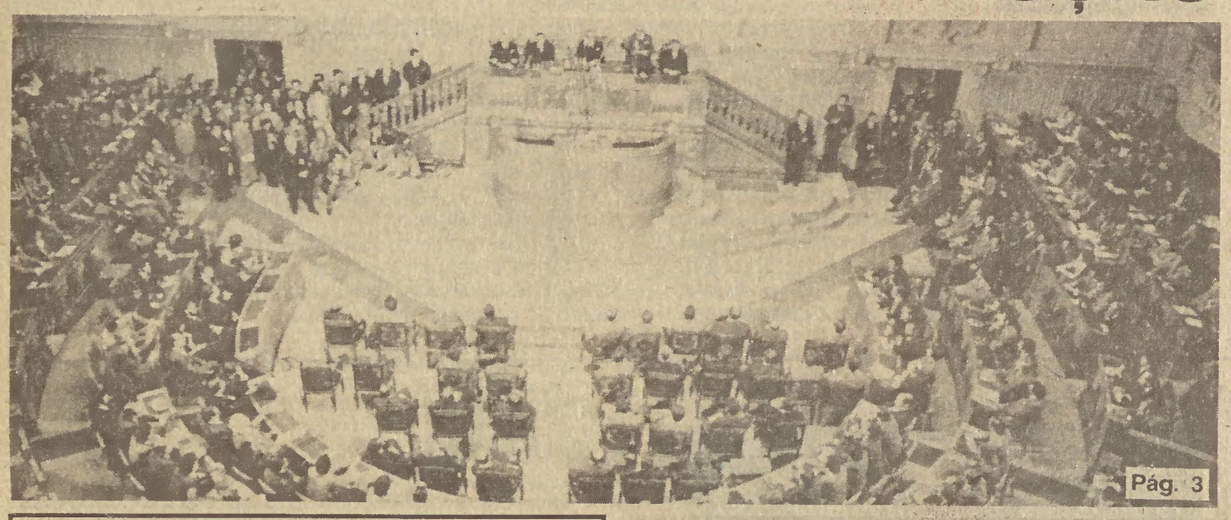
SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

A DEMOCRACIA E A LIBERDADE EXIGEM MAIORIA DE ESQUERDA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pág. 5 6 7 8 9

CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA PARA DEFESA DA REVOLUÇÃO



Pág. 3

ATENTADOS E PROVOCAÇÕES NA CAMPANHA ELEITORAL

Documentos de várias organizações do PCP denunciam a escalada do terrorismo fascista em aliança com a feroz campanha anticomunista dos grupelhos provocatórios.

Pág. 9

Editorial

VOTAR NO PCP E NO FUTURO DEMOCRÁTICO, INDEPENDENTE E SOCIALISTA DE PORTUGAL

1. As eleições que se vão realizar no próximo dia 25 de Abril são um passo decisivo para o presente e o futuro de Portugal.

Dos seus resultados sairá uma maioria progressista ou uma maioria reaccionária na Assembleia da República. Dessa maioria resultará ou um governo de esquerda, ou um governo de direita.

A opção que se coloca ao povo português não é contudo apenas a de escolher um governo que ensaiará medidas que, se se revelarem inadequadas aos problemas nacionais, determinarão o seu afastamento em próximas eleições, retomando a vida democrática o seu curso normal.

A democracia portuguesa está ainda em fase de consolidação e essa consolidação tem exigências. Uma vitória da direita não significará uma inflexão na democracia portuguesa, mas a sua liquidação.

2. A democracia em Portugal não é possível sem uma perspectiva socialista.

A manutenção de um sistema capitalista em Portugal, de um sistema baseado na apropriação

(Continua na pág. 2)

- **Conferência de Imprensa do camarada Arnold Kalinine, embaixador da URSS**
- **Em 31 anos o povo húngaro constituiu uma nova sociedade**
- **O Partido Comunista da Argentina toma posição sobre o golpe de estado**

FESTA DE SOLIDARIEDADE NA COOPERATIVA DE CASEBRES

Pág. 4

XI CONGRESSO DO PCB

Os comunistas búlgaros reafirmam total fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário

Pág. 12

Editorial

VOTAR NO PCP E NO FUTURO DEMOCRÁTICO, INDEPENDENTE E SOCIALISTA DE PORTUGAL

(Continuação da pág. 1)

individual da produção e no objectivo de um lucro máximo defronta estruturas atrasadas na indústria, no comércio e na agricultura.

Dado este atraso, o proprietário em Portugal de fábricas, de bancos, de empresas não pode durante muitos anos aumentar os seus lucros através de uma maior rentabilidade da produção que o atraso técnico não lhe permite: só o pode ir buscar a uma maior exploração dos trabalhadores, a um reduzido encargo com o pagamento de salários e de regalias sociais.

Esta sobre-exploração dos trabalhadores não se pode fazer sem a sua oposição. Esta oposição será tanto maior quanto mais forte for a organização dos trabalhadores. As condições de fortalecimento da organização dos trabalhadores e de todo o povo são as liberdades democráticas: liberdade de associação, liberdade de imprensa, liberdade de expressão, direito à greve.

Para assegurar a sobre-exploração lucrativa, a burguesia monopolista tem assim de impedir a oposição dos trabalhadores, isto é, impedir o fortalecimento da sua organização, isto é, liquidar as liberdades democráticas, isto é, recorrer à repressão brutal. Ou seja, dispor de um aparelho de Estado ao seu serviço, com meios repressivos poderosos que liquidem toda a oposição à exploração. Ou seja, necessita de uma ditadura terrorista ao serviço dos grandes monopólios – o fascismo.

3. Longe de solucionar o problema do atraso técnico que constitui uma das suas origens, o regime fascista perpetua-o. Assegurando lucros fabulosos através da sobre-exploração das classes trabalhadoras reprimidas pelo estado fascista, a grande burguesia monopolista mantem o atraso técnico e desvia os seus super-lucros para actividades especulativas que os multiplicam enquanto agravam as condições de vida das massas. É o caso típico da especulação imobiliária que grassou nos últimos anos do fascismo ao serviço do grande capital bancário, é o caso da especulação na bolsa que cresceu nos últimos anos do regime derrubado em 25 de Abril de 1974.

Por outro lado, o fascismo perpetua o atraso técnico e económico do país na medida em que as suas ligações ao capital imperialista lhe asseguram novos lucros sob a condição de manter o atraso económico e a repressão política. Através do atraso económico garante a dependência nacional relativamente à produção imperialista, tornando o país num mercado desprotegido face à ganância estrangeira o que lhe permite obter maiores lucros na actividade comercial. Graças à repressão, a burguesia monopolista nacional garante o seu papel de interlocutor face às multinacionais à procura de mercados de mão-de-obra barata, o que aquela assegura mediante a repressão que o estado facista exerce sobre os trabalhadores.

4. A saída deste impasse só é possível destruindo o poder dos monopólios.

Só através do esforço dos trabalhadores se pode superar a herança de atraso técnico e económico legado por quase meio século de fascismo. Mas para que este esforço se possa realizar é necessário que ele seja feito no interesse dos próprios trabalhadores e de todo o povo. Isto implica que os trabalhadores estejam em condições de serem eles próprios a programar a actividade económica de forma a assegurar-lhes não só que o fruto do seu trabalho e dos seus sacrifícios não se destina a lucros de capitalistas, como também a poderem efectuar permanentemente o juízo dos seus interesses imediatos e dos seus interesses a médio e a longo prazo, a poderem ser eles próprios a avaliar do equilíbrio da distribuição dos resultados da produção destinados à melhoria imediata das suas condições de vida e à construção do futuro que lhes pertence.

Por isso, a democracia em Portugal só é possível se na ordem económica forem asseguradas medidas que destruam o poder dos monopólios e garantam a participação activa dos trabalhadores no controlo e na gestão económica – isto é, a democracia em Portugal só é possível na perspectiva da construção de uma sociedade socialista.

5. Em 25 de Abril de 1974 foi retirado o poder político à grande burguesia monopolista. Iniciou-se o desmantelamento do estado fascista e o povo português reconquistou as liberdades democráticas.

A utilização das liberdades democráticas determinou o fortalecimento da organização dos trabalhadores, o que imediatamente pôs em causa a ordem económica dos monopólios que se viram privados do concurso das polícias e da legislação fascistas para defrontarem as reivindicações dos trabalhadores.

No esforço de defenderem o seu poder económico, os monopolistas recorreram à sabotagem económica e depois à conspiração aberta contra o nascente poder político democrático.

Derrotada a conspiração (28 de Setembro, 11 de Março) criaram-se condições para atacar o seu poder económico o que foi feito através das nacionalizações.

Estavam criadas as condições mínimas para a construção de uma democracia em Portugal na única perspectiva possível: rumo ao socialismo.

A grande burguesia monopolista não ficou contudo inteiramente derrotada, porque manteve fortes posições dos seus representantes no aparelho de Estado e porque a democracia política instaurada lhe permitiu organizar-se politicamente em partidos que exploravam cinquenta anos de obscurantismo e de ausência de vida política para tentarem obter para os abalados monopolistas uma base de apoio organizada.

6. Para conseguir esta base de apoio aos partidos reaccionários tornava-se necessário comprometer a situação económica nacional e desestabilizar a situação política democrática. Com o auxílio poderoso e a intervenção directa do imperialismo, usando a sabotagem económica, a conspiração,a intriga e o terrorismo, os partidos de direita mascarados de democráticos conseguiram concretizar sucessivas crises que proporcionaram dois objectivos: abalar a situação económica e política da jovem democracia portuguesa e reforçarem as suas posições ao nível do aparelho de Estado

A instalação de políticos de direita ao serviço dos grandes monopólios no aparelho de Estado teve um único objectivo: o uso do Estado para agravar ainda mais a situação económica e tornar a administração mais inoperante.

Os políticos da direita chegados ao governo e após ali assegurarem a sua hegemonia não podiam aplicar a sua verdadeira e decisiva política. A política dos monopólios e dos capitalistas não pode em Portugal ser aplicada por um Estado democrático. A acção de tais governantes visava assim minar por dentro a capacidade de acção do próprio Estado e através dele reforçar a acção de desestabilização económica iniciada pelo imperialismo e pelo grande capital.

Assim, através da passividade das autoridades face ao crescimento da acção terrorista da direita, os políticos de direita no governo asseguram por um lado o fortalecimento da direita, por outro a inoperância governativa. Através de uma política económica desastrosa privam deliberadamente o Estado democrático dos meios de intervenção na vida económica que o processo revolucionário já proporcionara: as nacionalizações e a Reforma Agrária são meios eficazes de normalização e progresso da vida económica na mão de um governo que vise o socialismo; nas mãos de governantes ao serviço dos monopólios são não apenas inoperantes, como se podem transformar em elementos de desestabilização, como tem vindo a acontecer.

7. A direita é assim responsável inteiramente pela situação criada à economia portuguesa nos últimos meses. A táctica da reacção é clara: não usa os meios que a Revolução proporcionou ao governo para normalizar a vida económica e política e depois acusa a Revolução e as medidas que esta tomou pela ineficácia por que ela própria é responsável.

Paralelamente, conduz uma virulenta campanha de propaganda explorando o descontentamento que ela própria gera. As medidas económicas tomadas durante o processo revolucionário português necessitavam de ser concretizadas, mas deixaram de o ser por políticos que apontam a ineficácia das medidas tomadas por anteriores governos, que responsabilizam, argumentando com a inoperância e sabotagem que eles próprios estimularam e provocaram.

8. Sob o ponto de vista político, a direita joga também a sua cartada com vista às eleições.

O seu primeiro esforço foi o de tentar impedir uma Constituição democrática que apesar de tudo lhe coarcta as possibilidades.

Falhado esse objectivo, insiste, face á passividade dos seus próprios elementos do governo, na intimidação, na provocação, no terrorismo, na instauração de poderes locais reaccionários que impedem o exercício das liberdades democráticas.

Finalmente, reforça com fins eleitorais a propaganda que já começara a desenvolver, tentando retratar-se como a «alternativa» para os problemas que ela própria criou.

9. CDS, PPD, PPM, etc., multiplicam-se nos ataques à inoperância económica e governativa de um governo que pretendem identificar com a Revolução, quando nesse próprio governo os ministros a eles ligados tentam destruir as conquistas da Revolução, saneando quadros de gestão económica democráticos nos sectores onde o processo revolucionário interviera já, pretendendo agravar conflitos laborais através da acção do Ministério do Trabalho, etc.

A vitória da direita seria uma alternativa contra-revolucionária para as vitórias da Revolução que hoje ela põe já em causa. Seria a destruição do processo revolucionário e a inevitável e rápida marcha para a reimplantação de um regime fascista indispensável ao funcionamento dos monopólios.

10. A real alternativa para a actual situação está muito pelo contrário no fortalecimento e avanço do processo revolucionário, na utilização pelas forças progressistas das medidas progressistas adoptadas pela Revolução.

A solução dos problemas presentes não reside na restauração do fascismo e dos monopólios que os geraram e hoje utilizam, mas na constituição de um governo de esquerda que garanta a aplicação das medidas iniciadas e hoje postas em causa.

Para tanto torna-se necessário que a derrota imposta às forças reaccionárias através da promulgação de uma Constituição democrática seja prosseguida usando essa democracia e as suas liberdades para derrotar novamente a reacção. É necessário derrotar a reacção nas umas, assegurar uma maioria de esquerda na Assembleia da República de que nasça um governo de esquerda que execute uma política consequente de defesa e aplicação das conquistas da Revolução.

11. Os deputados que os votos no PCP elegerem defenderão na Assembleia da República a acção de uma maioria de esquerda. Uma maioria de esquerda será constituída por diversos partidos, uma vez que nenhum partido obterá nas eleições resultados que lhe assegurem mais de metade dos deputados. Uma maioria de esquerda resultará da unidade na acção de diversas forças partidárias que terão de estabelecer entre si acordos, nomeadamente com vista à constituição de um governo de esquerda que actuará com o seu apoio.

Se não se verificar uma maioria de esquerda, teremos uma maioria de direita, que resultará da aliança entre os partidos da direita, nomeadamente o CDS e o PPD, que poderão assim constituir com ou sem o PS um governo de direita que será o primeiro passo para a liquidação das conquistas da Revolução.

A maioria de esquerda depende assim não apenas da vontade dos eleitores, mas também da vontade dos partidos de esquerda: Com efeito, se o voto dos eleitores der uma maioria de lugares aos partidos democráticos, essa maioria só se transformará numa garantia de defesa e avanço da Revolução se os deputados e os partidos em questão acordarem numa aliança que apoie a constituição de um governo de esquerda.

12. Conforme o PCP tem afirmado é portanto necessário que os partidos democráticos afirmem claramente se, no caso de o povo português votar no sentido de se criar uma maioria de esquerda na Assembleia, estão na disposição de proceder a uma política de unidade à esquerda que prolongue essa maioria no necessário governo de esquerda.

O PCP já o afirmou claramente: fará unidade com todas as forças que seriamente se empenhem na defesa das conquistas da Revolução, na Assembleia da República e fora dela. Por isso o voto no PCP é o voto seguro para uma maioria de esquerda: os deputados comunistas defenderão antes de mais nada a unidade da esquerda e quanto maior for o seu número, maior será a sua importância para a criação e consolidação de uma base parlamentar a um governo progressista.

13. Por outro lado, tal como a maioria de esquerda não será possível sem os comunistas, não o será igualmente possível sem o Partido Socialista. A questão reside no facto de que o Partido Socialista ainda não afirmou inequivocamente as suas disposições para a sua acção na Assembleia.

A afirmação de que irá governar sozinho é uma forma de se furtar a esta explicação perante o povo português pois é mais do que evidente que nenhum partido sozinho poderá alcançar a maioria. Esta terá sempre de depender de alianças e o PS ainda não disse com quem se vai aliar. E, afinal, tal esclarecimento é que constitui a base da definição da política que o PS tem de apresentar aos seus eleitores: uma aliança com o PPD significa uma política de direita, uma aliança com as forças de esquerda significa uma política progressista. Não se pode aceitar que um Partido responsável e com responsabilidades no processo democrático se apresente aos eleitores sem sequer esclarecer se vai fazer uma política de esquerda ou de direita, remetendo-se à propaganda de projectos que de antemão sabe serem inviáveis.

14. A afirmação dos dirigentes do PS de que se não obtiverem a maioria para o seu partido se remeterão à oposição comporta ainda questões mais graves. Significará tal programa que se uma aliança PS-PCP significar uma maioria de esquerda na Assembleia o PS recusar-se-à a constituí-la, permitindo assim um governo minoritário PPD-CDS? Ou tencionará o PS criar um impasse governativo impedindo a constituição de tal governo acompanhando o PCP na recusa de um gabinete de partidos que encabeçam a recuperação capitalista e o ataque às liberdades democráticas, mas recusando concretizar essa acção pelo passo indispensável da constituição de um governo de esquerda?

15. Os dirigentes socialistas têm declarado de forma mais ou menos subreptícia que contariam em tais circunstâncias com a abstenção do PCP ou com o seu apoio na Assembleia para a constituição de um governo exclusivo do PS. Tal projecto é absolutamente inadmissível por todas as razões.

Em primeiro lugar, ele corresponde afinal a uma tentativa do PS para monopolizar o poder, alinhando na campanha anticomunista. Que política progressista se pode esperar de um governo socialista que necessita do apoio dos deputados comunistas, mas se recusa a aceitar esse facto na constituição de um governo unitário? O apoio dos deputados comunistas na Assembleia a um governo de esquerda corresponde afinal a uma realidade insofismável da situação portuguesa: a de que a construção da democracia em Portugal não pode ser feita sem os comunistas e muito menos contra eles. Que política pretende o PS fazer no Governo que o leva a recear a unidade com o PCP? É legítimo afirmar que se o PS recusa uma política de alianças correcta e honesta com um grande partido de esquerda, sem o apoio do qual não é possível construir a democracia, é porque a sua política não comporta a constituição da plataforma governativa de esquerda que uma aliança com o PCP significará.

Sucede assim que a hipótese levantada pelos dirigentes socialistas revela logo a sua não disposição de realizar uma política ao serviço do povo e dos trabalhadores.

16. Digamos pois que, embora o PS seja necessário à indispensável maioria de esquerda, não a garante. Nem pelos resultados que irá obter por si só, nem pela sua política que permanece equívoca.

Pelo contrário, o PCP afirma claramente a sua disposição de lutar pela constituição de uma maioria de esquerda e a sua participação é para ela igualmente indispensável.

Um governo de esquerda terá naturalmente de depender de acordos entre partidos progressistas, maioritários na Assembleia com programas diferenciados, mas que estabelecerão entre si plataformas para a acção governativa onde evidentemente os seus programas serão sujeitos às adaptações que a constituição da vital unidade de esquerda exige.

O PCP desde sempre se tem declarado na disposição de edificar tal unidade que sem ele não existirá.

Votar no PCP será assim não apenas votar no programa concreto dos comunistas, como fundamentalmente votar na defesa intransigente do processo democrático através da eleição de deputados que asseguram a constituição de uma maioria democrática.

Votar PCP é votar pela liberdade e pela democracia.

Votar PCP é votar pela defesa dos interesses dos trabalhadores.

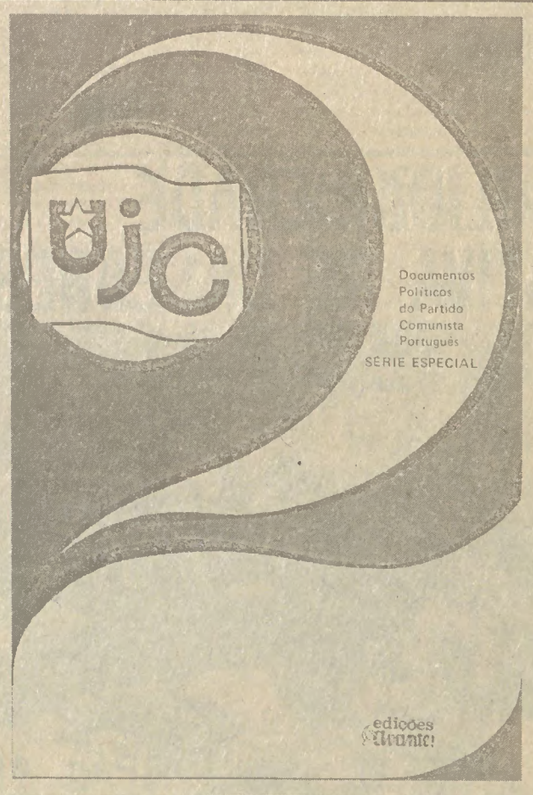
Votar PCP é votar pelo avanço da Reforma Agrária, pela defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores.

Votar PCP é votar por uma nova economia rumo ao socialismo.

Votar PCP é votar pela democratização da instrução e da cultura.

Votar PCP é votar pela independência nacional.

Votar PCP é votar por uma maioria de esquerda indispensável à defesa da revolução e ao prosseguimento do processo democrático.



II ENCONTRO NACIONAL DA UJC

Preço: 20$00

Código: 02.03

ORGANIZAR E UNIR A JUVENTUDE TRABALHADORA

Apesar de ser curta a existência da UJC, a sua acção ao longo deste primeiro ano de actividade mostrou já a sua influência de massas, a sua capacidade de unir, organizar e mobilizar as amplas massas da juventude trabalhadora, para a luta constante na defesa dos seus interesses específicos, na defesa das suas aspirações e reivindicações de classe.

Os textos do 2.º Encontro Nacional da UJC, que agora se editam, trazem até nós a grandiosa jornada de unidade e confiança num futuro de paz, de progresso e de felicidade que ele constituiu.

TAREFA REVOLUCIONÁRIA!
ASSINAR O Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ABC do Marxismo-Leninismo

Série B
Nº 1
A IMAGEM MODERNA DO MUNDO

O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA

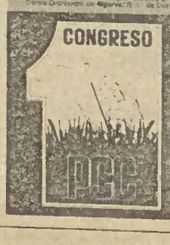
Código: 23.02 edições Avante! Preço: 10$00

edições Avante!

À VENDA

1.º CONGRESSO do Partido Comunista de Cuba

Preço: 36$00
Código: 42.02



«A Revolução cubana deu certamente importantes contributos para o movimento revolucionário mundial. O facto de ser a primeira revolução socialista do hemisfério confere-lhe uma notável importância histórica. Estes contributos foram no terreno dos factos, mas também, com a sua prática, as suas iniciativas e o seu exemplo, enriqueceram a teoria revolucionária.»

A CONSTITUIÇÃO CONSAGRA O CAMINHO PARA O SOCIALISMO

O processo democrático português a caminho do socialismo passou a dispor de um instrumento de valor inegável para o seu prosseguimento e para sua defesa. Promulgada a Constituição pelo Presidente da República, passam a ser ilegais e como tal puníveis pela lei fundamental do Estado todos os actos que atentem contra as «conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras», no «caminho para uma sociedade socialista».

Citámos as palavras da Lei. De agora em diante, as autoridades legalmente constituídas terão de velar por elas. Se a Constituição consagra o direito à greve, como é o caso da que está em vigor, nenhuma lei, nenhum acto pode contrariar esse direito dos trabalhadores, ou limitá-lo a pretexto seja do que for, enquanto o Estado se reger por essa Lei Fundamental.

A Constituição consagra as liberdades democráticas que o povo português conquistou. Consagra e institucionaliza a Reforma Agrária e as nacionalizações, como conquistas **irreversíveis** dos trabalhadores. Não abre as portas ao terrorismo, à violência contra as liberdades, à recuperação do grande capital, à devolução das terras aos grandes agrários, à sabotagem económica. É uma Constituição democrática e como tal tem de ser respeitada e defendida pelos poderes democraticamente estabelecidos.

Ao seu abrigo não poderão ser cometidos os ataques contra a liberdade de expressão, contra a liberdade de reunião e contra outras liberdades fundamentais de que o nosso Partido e outras forças políticas têm sido vítimas.

Ao seu abrigo não poderão ser cometidos impunemente crimes alegadamente «políticos», que põem em perigo a segurança pessoal de trabalhadores comunistas e de outras filiações democráticas e progressistas. Não poderão ser cometidos impunemente atentados que levam à morte, só porque a vítima é comunista, dirigente sindical, ou candidato a deputado por esta ou aquela formação política.

A Constituição não é um papel para ser rasgado na primeira esquina. Na sua elaboração se empenharam homens e mulheres eleitos para desempenharem uma tarefa de alcance nacional, na criação de uminstrumento de defesa permanente dos direitos de todo o povo. Definidos e institucionalizados esses direitos, cabe às autoridades protegê-los.

As intervenções dos camaradas Octávio Pato e Vital Moreira, na sessão de encerramento da Assembleia Constituinte, que publicamos a seguir, para além do seu significado político, têm a assinalá-las a determinação do nosso Partido em defender e actuar no sentido de que todos defendam uma Constituição democrática, que deve ser confirmada nas próximas eleições por uma maioria de esquerda para a Assembleia da República.

A CONSTITUIÇÃO E A SUA PROMULGAÇÃO REPRESENTAM UMA IMPORTANTE E HISTÓRICA VITÓRIA DO NOSSO POVO

Usando da palavra na última sessão de trabalhos da Assembleia Constituinte, o camarada Octávio Pato, em nome do grupo de deputados comunistas, salientou: «a Constituição é um valioso instrumento nas mãos do povo e um muito grande obstáculo para as negras forças da reacção». Transcrevemos na íntegra este importante documento

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Constituição que hoje ficou concluída e que o Senhor Presidente da República, General Costa Gomes, irá solenemente promulgar, é um acontecimento histórico de grande transcendência e dum grande significado político.

Depois de quase meio século de privação de liberdades e direitos humanos, depois de meio século de opressões e misérias, depois de treze anos de guerras coloniais, o nosso povo conseguiu libertar-se da odiosa ditadura fascista, pôs fim às guerras coloniais e ao colonialismo opressor, e vai finalmente usufruir duma lei fundamental democrática, vai ter uma Constituição democrática.

A Constituição hoje concluída atirará para o lixo da história as leis iníquas que durante várias décadas serviram de instrumentos de opressão e obscurantismo.

Portugal passará a reger-se por uma Constituição que foi discutida e elaborada democraticamente. Uma Constituição que consagra amplas liberdades democráticas, que ressalva a independência e unidade nacionais, que põe fim à era colonialista. Uma Constituição que consagra direitos fundamentais dos trabalhadores (direito ao trabalho, liberdade sindical, direito à greve) que estabelece como «conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974. Uma Constituição que consagra a Reforma Agrária, assim como o controlo operário e as organizações populares de base, e que aponta ao país o «caminho para uma sociedade socialista». A Constituição que hoje se concluíu não foi elaborada em gabinetes hermeticamente fechados ou isolados das massas populares. Terá cabimento relembrar hoje algumas das afirmações que aqui fizemos em nome do P.C.P., quando pela primeira vez falámos no início dos trabalhos desta Assembleia. Dissemos então: «a Constituição não será o produto exclusivo do nosso trabalho aqui. Essa nova Constituição terá de reflectir o resultado da acção revolucionária que se desenvolve por todo o país. Onde se luta contra o desemprego, contra a sabotagem económica e por melhores condições de vida, onde se trava a batalha da produção, onde se luta contra as manobras e conspirações contra-revolucionárias, onde se luta pela liquidação dos monopólios e dos latifúndios, por uma efectiva Reforma Agrária, onde se luta por um Portugal democrático a caminho do socialismo, em todos esses recantos do país, também se está a contribuir para que seja elaborada uma Constituição que corresponda aos interesses do país e da revolução em marcha».

Os acontecimentos confirmaram a justeza das apreciações que então fizemos. Foi em conjugação com a evolução do processo revolucionário que a Constituição foi elaborada e, por isso mesmo, ela reflecte a dinâmica desse mesmo processo, os seus avanços, recuos ou pausas.

A Constituição foi aqui elaborada, mas ela é, fundamentalmente, o resultado da luta dos trabalhadores e da acção das massas populares, é o resultado da aliança Povo-MFA. Sem essa luta, sem essa aliança, sem essa conjugação, não teria sido possível incluir na Constituição os factores positivos essenciais da nossa Revolução.

O P.C.P. e o seu Grupo de Deputados estão conscientes do importante contributo que deram, aqui e lá fora, para a elaboração e especificidade da nossa Constituição.

No momento em que estamos a chegar ao termo dos trabalhos da Constituição, saudamos daqui todos os homens, mulheres e jovens que lutaram pelo derrubamento da ditadura fascista e por cujo objectivo muitos portugueses e portuguesas deram as suas vidas. Daqui saudamos os capitães e todos os outros militares do MFA que fizeram o 25 de Abril e contribuiram decisivamente para a conquista e restabelecimento das liberdades democráticas hoje existentes. Daqui saudamos ainda todos os que através das suas lutas e do seu trabalho contribuiram, directa ou indirectamente, para tornar possível a Constituição que será hoje promulgada.

A Constituição e a sua promulgação representam uma importante e histórica vitória do nosso povo.

Com a promulgação da Constituição, inicia-se um novo ciclo da história do nosso país. A partir de hoje, o povo português passará a ter na Constituição um valioso instrumento que deve tomar nas suas mãos, para o defender e utilizar na luta pela consolidação da Democracia e das conquistas fundamentais da Revolução.

A defesa da Constituição que será hoje promulgada, é uma tarefa que se põe já hoje a todos os portugueses que amam a democracia e querem libertar Portugal dos monopólios e da tutela imperialista, a todos os que anseiam pelo progresso social e cultural, a todos os que aspiram encaminhar o país na via da independência nacional e do socialismo.

Não se deve esquecer que não foram poucas as vozes que aqui mesmo se ouviram a tentar despojar a Constituição de tudo que fosse a consagração das conquistas revolucionárias do nosso povo. São vozes identificadas com o passado, que não aceitam a presente democracia e se opõem a um futuro socialista. São vozes coincidentes com as forças da reacção que trabalham e conspiram para porem em causa as conquistas fundamentais da nossa Revolução e as próprias liberdades democráticas.

Na defesa da Constituição não pode esquecer que há forças que recorram ao terrorismo, aos ataques bombistas e ao banditismo para abolirem as liberdades nos Açores, na Madeira e em várias outras Zonas do país, e que nem sequer hesitam em erguer a infame bandeira do separatismo e da desintegração da unidade nacional.

Na defesa da Constituição não se pode esquecer que houve forças que se esforçaram por retardar ou até impedir a conclusão e promulgação da Constituição. Lembremo-nos que ainda nos últimos dias se ouviram estranhas vozes de alguns deputados e de políticos destacados, com o suspeito apoio de jornais estatizados, a fazerem campanha para a revisão da Constituição na próxima Assembleia da República. E o mais estranho ainda é que fizeram essa campnha já depois de ter sido aprovado na Assembleia Constituinte, que a revisão só poderá fazer-se quatro anos depois da sua promulgação.

A Constituição contém lacunas, insuficiências e disposições de que discordamos e, sobre elas, o meu camarada Vital Moreira, um dos principais obreiros da Constituição, irá precisar o pensamento do P.C.P.. A Constituição reflecte as inevitáveis consequências das maiorias oscilantes muitas vezes aqui verificadas, e originadas pelas hesitações, compromissos ou incoerências políticas e contradições de classe existentes no seio mesmo de partidos representados na Constituinte.

No entanto, e muito embora discordemos de alguns aspectos da Constituição agora concluída e que a seguir vai ser promulgada pelo Senhor Presidente da República, General Costa Gomes, certamente com a concordância e apoio do Conselho da Revolução, desejamos declarar muito claramente, que o P.C.P. está na firme disposição de respeitar integralmente a Constituição como Lei fundamental do país. Mais ainda: lutaremos para que, juntamente com os comunistas, todos os portugueses respeitem, cumpram e realizem o que na Constituição está consagrado e legislado. Pensamos ser isso uma condição fundamental para democratizar e institucionalizar a vida do país, criando-se assim um clima de paz e de trabalho criador que possibilite assegurar ao nosso povo uma vida melhor e democrática, livre de opressões e de misérias.

Acabamos de assumir, em nome do P.C.P., o compromisso claro e inequívoco de respeitar e cumprir a Constituição. Gostaríamos que idêntico compromisso fosse assumido de forma clara e inequívoca por todos os partidos políticos existentes no nosso país.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Todos sabemos que no decorrer dos trabalhos da Constituinte se manifestaram dificuldades resultantes das discrepâncias e choques que reflectiam divergências e antagonismos políticos e de classe. As diferentes concepções e os desencontros havidos sobre o carácter da Constituinte e a forma de cumprir as suas funções, fizeram retardar a sua conclusão.

Mas deve também dizer-se que à medida que iam crescendo as ameaças e os perigos de a reacção colocar de novo o país sob a alçada e o domínio duma ditadura reaccionária e fascista, igualmente iam diminuindo os choques e as divisões entre os que defendem efectivamente a jovem democracia portuguesa. Uma crescente identidade de preocupações contribuiu para atenuar divergências, para aproximar posições de deputados de vários partidos identificados com os princípios democráticos e para demarcar ou mesmo isolar os que se opõem à consolidação da democracia e de outras conquistas da nossa Revolução.

O Presidente da Assembleia Constituinte Prof. Henrique de Barros, afirmou há poucos dias que juntava a sua voz «àqueles que têm alertado o povo português para os perigos da implantação de um regime conservador e mesmo do fascismo». Nós, comunistas, estamos na firme disposição de nos associarmos a todas as vozes que clamem neste sentido.

Estamos na disposição de juntar a nossa voz às vozes de todos os que procuram esquecer ressentimentos e atritos, e que estão decididos a construir um Portugal democrático, livre e independente.

A Assembleia Constituinte tinha uma composição de maioria democrática e de esquerda, mas uma maioria que nem sempre existiu e que muitas vezes até se confrontou. Uma maioria de esquerda, na futura Assembleia da República é absolutamente indispensável para salvaguardar os superiores interesses do povo português e da democracia, e para salvaguardar a nossa própria Constituição, a Constituição que o povo português forjou e criou através da sua própria luta.

O conteúdo democrático e progressista da nossa Constituição é bem evidente. É por isso que julgamos poder afirmar que a Constituição é o fruto do labor revolucionário da classe operária, dos trabalhadores dos militares, de todo o povo laborioso do nosso Portugal. É também por isso que a Constituição é um valioso instrumento nas mãos do povo e um muito grande obstáculo para as negras forças da reacção.

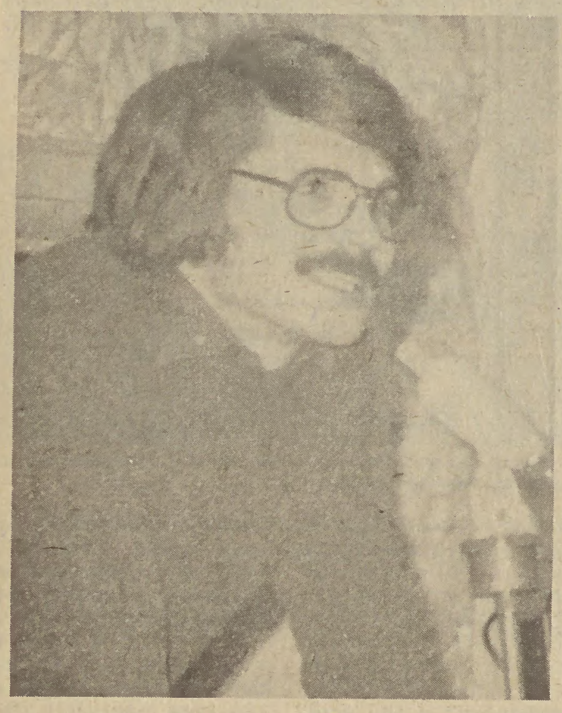
A nossa Constituição, a defesa dos seus princípios democráticos e progressistas, a luta pelo seu cumprimento e realização, é já hoje parte integrante da luta geral do povo português pela consolidação das liberdades democráticas e pela salvaguarda das conquistas revolucionárias consagradas na própria Constituição.

VIVA PORTUGAL DEMOCRÁTICO, LIVRE E INDEPENDENTE A CAMINHO DO SOCIALISMO!

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PCP

É o seguinte o texto da declaração de voto do PCP àcerca da aprovação do Constituição, lida pelo camarada Vital Moreira:

«A Constituição nem sempre é consequente: a concretização dos grandes princípios nela expressos é, por vezes, débil, pouco operativa, muitas vezes insuficiente; algumas são as omissões que se repercutem no valor do que é consignado; nem sempre é plena e inequívoca a consagração das conquistas da Revolução. Mas o acervo positivo não é pequeno.



Saudamos a expressão do objectivo socialista assente na apropriação colectiva dos principais meios de produção e no exercício democrático do poder das classes trabalhadoras.

Saudamos a ampla estatuição dos direitos e liberdades, designadamente das garantias pessoais e das liberdades políticas, o fim da distinção entre os filhos, a igualdade entre marido e mulher; os direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente das classes trabalhadoras; o direito ao trabalho tal como o dever de trabalhar, a consagração do papel da educação na edificação da sociedade democrática e socialista, e o objectivo de eliminar a sua função conservadora da divisão social do trabalho, a previsão de discriminações positivas a favor dos filhos dos trabalhadores no acesso à Universidade, a proeminência do ensino público sobre o ensino privado.

Saudamos a firme e ampla consagração do direito à greve, a proibição do «lock-out», a liberdade sindical, a participação dos trabalhadores na reestruturação do aparelho produtivo, o âmbito de poderes das comissões de trabalhadores, o controlo operário.

Saudamos a defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, a extinção dos foros, da parceria e da colonia, o respeito pela posse da terra dos pequenos e médios agricultores, a admissão da não indemnização dos grandes capitalistas expropriados, a planificação democrática da economia.

Saudamos ainda o reconhecimento da participação do MFA na organização do Poder Político, o papel do Conselho da Revolução como garante do cumprimento da Constituição, a missão das FA de garantir as condições de passagem para uma sociedade democrática e socialista; a intervenção das organizações populares no exercício do poder local, a autonomia local e regional, a defesa da liberdade eleitoral e da acção política dos partidos; o controlo da constitucionalidade dos actos do Estado.

Mas, não podemos deixar de lamentar a definição pouco clara da base social, económica e política do Estado e das suas várias funções, a ausência de uma perspectiva lúcida e firme de combate à actividade dos reaccionários, fascistas e separatistas; o não se assegurar o devido grau de participação de jornalistas e outros trabalhadores nos órgãos de informação, nem a libertação da informação do controlo monopolista e do grande capital.

Lamentamos a não consagração da via escolar única, o desaparecimento dos critérios de indemnização das nacionalizações, a ausência do objectivo de firme combate ao grande capital, a limitação excessiva do carácter imperativo do plano, o bloqueio à dinâmica própria das organizações populares de base (como é o caso flagrante em relação às comissões de moradores); o recuo na matéria do julgamento dos responsáveis da PIDE/DGS, etc. Fomos vencidos nesses pontos e ficámos muitas vezes sozinhos na defesa dos interesses das massas populares.

«O apoio que recebemos e a unidade que em muitos outros pontos conseguimos estabelecer com outros partidos foram decisivos para fazer da Constituição aquilo que ela tem de positivo.

Por mais equívocas que sejam algumas das formulações da Constituição, ela é no fundamental incompatível com os interesses reaccionários do grande capital e da direita. A Constituição não é favorável à direita. A Constituição não é favorável à reacção. A direita, a reacção sabem-no bem e já disso deram provas públicas. Conhecendo nós, no entanto, a sua actividade, de constante mistificação ideológica e política, não será de surpreender que aqueles mesmos que ainda ontem denunciavam o carácter «dogmático», «marxista» e «totalitário» da Constituição venham hoje a reinvindicá-la para os seus interesses partidários e identificá-la com o seu programa, no exacto momento em que desde já mistificam o seu conteúdo.

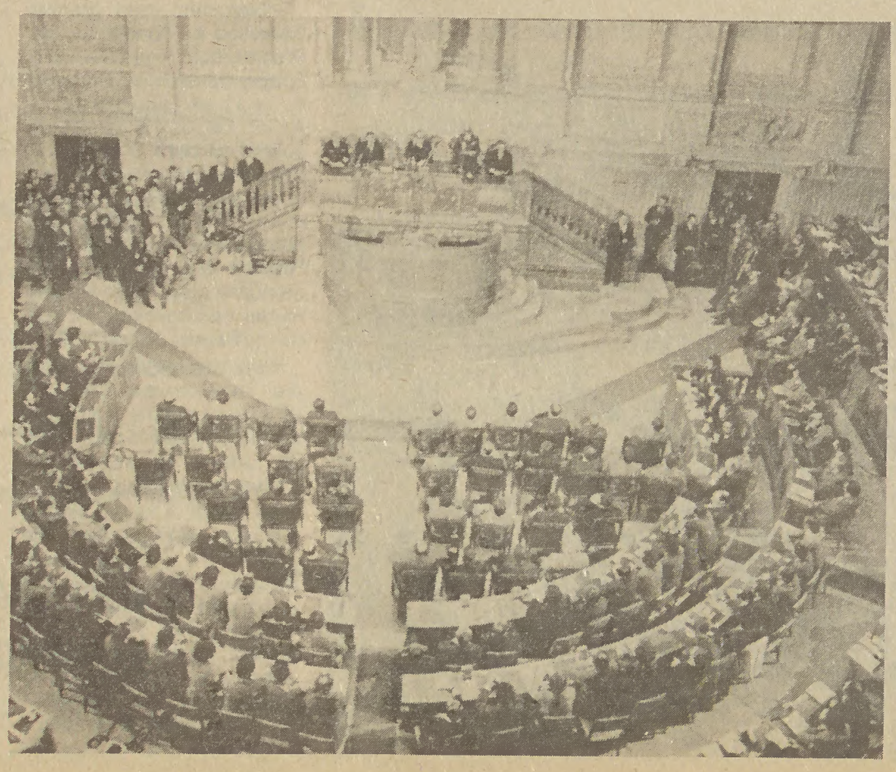
Pelo nosso lado, o PCP não reinvindica a Constituição como propriedade sua, nem a lê por metade. Não afirma que ela corresponde integralmente ao seu programa. Mas o PCP está em condições de se reclamar de uma intensa participação na sua elaboração e de um grande contributo para o triunfo dos seus aspectos mais progressitas. O PCP afirma que se trata de uma Constituição democrática e progressista e como tal se decide a respeitá-la e a defendê-la.

Sabemos que as forças da direita tentarão recuperar a Constituição para os seus interesses. Sabemos que tentarão reduzi-la a um mero papel a ser rasgado e violado, porventura emoldurado mas não aplicado como instrumento de transformação da sociedade. Sabemos que a Constituição não é só por si a garantia efectiva da consolidação da democracia e das demais conquistas da Revolução. Mas nós sabemos também que as forças conservadoras e reaccionárias a sentem como um obstáculo aos seus desígnios de restaurar a brutal exploração do nosso povo.

Por isso será parte da nossa luta, e tudo faremos para que seja parte da luta do povo português, o combate pela sua defesa e pela sua aplicação efectiva, firme e intransigente.»

«Esta Constituição será uma importante arma de luta pela liberdade e pelos objectivos fundamentais da Revolução, se a classe operária, o povo trabalhador em geral, as massas populares, a tomarem nas suas mãos e colocarem nos órgãos do Poder as forças capazes de a aplicarem.

Se o nosso povo a tomar nas suas mãos, esta Constituição será uma bandeira de luta, uma barreira erguida contra a recuperação capitalista, contra o regresso do fascismo. Nas mãos do nosso povo, ela será um instrumento de consolidação da democracia e do seu aprofundamento rumo ao socialismo. Ou – como diz o seu próprio preâmbulo – um instrumento de construção de um Portugal mais livre, mais justo, mais fraterno.»



Avante!

DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL

Avante!

PUBLICA UM SUPLEMENTO DIÁRIO

(20 números)

CONTINENTE E ILHAS

Via Normal ..... 100$00
Via aérea ..... 120$00

EX-COLÓNIAS, BRASIL, ESPANHA

Via Normal ..... 120$00
Via aérea ..... 160$00

EUROPA

Via normal ..... 120$00
Via aérea ..... 130$00

OUTROS DESTINOS

Via normal ..... 120$00
Via aérea ..... 160$00

FESTA DE SOLIDARIEDADE NA COOPERATIVA DE CASEBRES

Na Cooperativa Agrícola de Casebres, o dia 4 constituiu uma vibrante jornada de solidariedade entre o povo da República Popular da Bulgária, representado pelo vice-embaixador Mihailov e outros camaradas, e entre o povo português

Vêm dizer-nos que uns países são nossos amigos mas o povo ainda não viu nada dessa amizade. Pelo contrário, emprestam-nos o dinheiro, levam-nos a camisa em juros e ainda penhoramos o ouro. Amizade a sério é o gesto da Cooperativa Hissara da República Popular da Bulgária ao oferecer todo este material para avançarmos mais depressa com a Reforma Agrária, para produzirmos mais para todo o povo.

Estas palavras de um trabalhador rural exprimem o sentimento generalizado de muitas dezenas de milhar de pessoas que compunham a entusiástica multidão que se encontrava em Casebres no passado domingo. Vindos de muitas terras do distrito de Setúbal, onde se situa a Cooperativa, de Lisboa e de várias zonas do Alentejo e mesmo do Algarve, trabalhadores e camponeses, em festa, não continham a profunda alegria que os animava, o sentimento de gratidão para com o povo amigo da Bulgária, manifestado nos gritos «obrigado» e «Bulgária». Em frente das máquinas, local de desfile de compacta multidão, espontaneamente camponeses, operários agrícolas e outros trabalhadores, de punho erguido, vitoriavam a solidariedade entre os povos. «Não é para nós» ouvia-se amiúde «mas é como se fosse. A gente sabe que estas máquinas vão tornar mais forte a Reforma Agrária que é uma conquista de todos». Viam-se velhos trabalhadores e trabalhadoras maravilhados perante a exposição de maquinaria. E só quem conhece o amor enraizado dos explorados ao solo que fertilizaram, outrora sob o domínio dos latifundiários, hoje, colectivizado mercê do impulso revolucionário das massas populares, pode entender a alegria que volvia homens e mulheres em quase crianças perante o conjunto de 8 tractores, 4 semeadores de trigo e adubo, 4 atrelados basculantes, 4 grades de discos, 2 motores auto-bombas, 2 ceifeiras de milho, 8 fresas, vários semeadores de milho, grão, cevada, etc., plantadeiras de tomates, pulverizadores e outros materiais.

A REFORMA AGRÁRIA TRAZ A FELICIDADE DO POVO

As bandas de música de Grândola e de Alcácer do Sal e o Grupo Coral dos Operários Alentejanos de Almada foram, neste dia de festa, a música e as canções da revolução em marcha que não pode ser detida pela investida dos reaccionários.

Na tribuna de honra em que se realizou o comício de encerramento da festa da solidariedade entre o povo da República Popular da Bulgária e o povo português, encontravam-se presentes uma delegação da Embaixada da RP da Bulgária chefiada pelo vice-embaixador Mihailov, representantes de diversos sindicatos, e da Intersindical Nacional, da Liga de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Setúbal e elementos da Comissão Administrativa da Cooperativa Agrícola de Casebres e um elemento da CRARA.

Representando o nosso Partido, encontravam-se o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC, o camarada Américo Leal do CC e da DORS e os camaradas Albano Nunes, do CC e Domingos Lopes, ambos da Secção Internacional.

A Associação de Amizade Portugal-Bulgária estava representada pelo dr. António Galhordas e pelo engenheiro agrónomo Hugo Blasco Fernandes, respectivamente presidente e vice-presidente da Associação. Compareceram, também, o governador civil do distrito de Setúbal, camarada Helder Madeira, e o presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Convidados, igualmente, representantes da PSP, da GNR e do RIS, que estiveram em Casebres da parte da manhã.

Abrindo o comício, um elemento da Comissão Administrativa da Cooperativa Agrícola de Casebres, salientou a dado passo:

«Sabemos o que representa para nós esta ajuda. Podemos agora pensar mais a sério e com mais confiança no desenvolvimento da nossa cooperativa. Iremos produzir mais e melhor. Aumentaremos a nossa área de regadio e iremos aumentar a criação de gado.

... Iremos avançar, dentro em breve, com a construção da barragem da Junceira, cujo cálculo técnico nos diz permitir irrigar 100 ha de terra. Isto permitirá que o número de cooperantes passe de 150 para cerca de 300 e que a nossa produção hortícola e de carne, aumente consideravelmente.»

Frisando que a ajuda da Cooperativa Búlgara Hissara era entendida como uma prova de solidariedade a todas as cooperativas e à Reforma Agrária, o elemento da Comissão Administrativa da Cooperativa de Casebres passou a enunciar alguns resultados concretos do trabalho dos 150 trabalhadores da Cooperativa:

«A Reforma Agrária tem de seguir o seu caminho em frente. E a abundância existirá no nosso país. É essa abundância que estamos a construir. A CAC aumentou a sua área de regadio, passando de 70 ha para 95 ha. Aumentou a área de sequeiro em três vezes mais. Temos hoje o dobro das cabeças de gado que estas terras possuiam e não pararemos enquanto não transformarmos completamente a nossa cooperativa, tornando-a altamente produtiva, em fonte de trabalho e riqueza para o nosso distrito».

A terminar, o elemento da Comissão Administrativa da Cooperativa propôs uma moção de agradecimento aos trabalhadores da Cooperativa Hissara, a qual foi acolhida com grande vibração.

O representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores abordou a questão da escassez de produtos nos mercados, nomeadamente de Lisboa, e o facto de, entretanto, se estragarem, na terra, produtos que não são apanhados porque o que o intermediário paga ao produtor não dá para a apanha. Aproveitando a presença da TV, que havia sido recebida com gritos de «A televisão ao serviço do povo», o elemento da Liga atacou a propaganda reaccionária da CAP, veiculada pela TV e pela Imprensa de direita, tendo apelado para os pequenos e médios agricultores do Norte cuja falta de esclarecimento os torna vítimas da contra-revolução. Manuel Godinho, falando em nome do Secretariado da Intersindical Nacional, disse a determinada altura da sua intervenção: «Permitam-me que em nome do Movimento Sindical Unitário Português, saúde, com emoção, o povo da Bulgária e lhe transmita a nossa profunda gratidão, por mais esta prova de internacionalismo proletário para com os trabalhadores e o povo em geral. Reforma Agrária quer dizer pão, paz e liberdade. Reforma Agrária quer dizer sacrifícios mas sacrifícios que valem a felicidade de um povo.»

Seguiu-se no uso da palavra, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Setúbal que acentuou a determinação de operários e camponeses, unidos, na defesa da Reforma Agrária «que fará crescer em milhares de toneladas as produções agrícolas».

A solidariedade activa dos trabalhadores da República Popular da Bulgária com os seus irmãos portugueses é bem uma firme demonstração de fidelidade ao internacionalismo proletário das massas trabalhadoras búlgaras

OBRIGADO BULGÁRIA!

Ao representante da CRARA, que saudou os trabalhadores presentes enaltecendo a aliança entre operários e camponeses manifestada nas diversas campanhas de solidariedade à Reforma Agrária, seguiu-se António Galhordas, em nome da Associação de Amizade Portugal-Bulgária:

«A diferença entre o que aqui estamos a viver e a realidade que sofremos durante o fascismo, está à vista — disse António Galhordas. Os países imperialistas enviavam armas, balas e canhões com que o povo português ia oprimir os povos de África e onde caíam, também, os nossos filhos. Hoje a amizade e a solidariedade entre os povos é uma realidade. É por isso que existem as associações de amizade e é nesse sentido que se fortalece o internacionalismo proletário entre os povos socialistas e os povos que como o nosso querem ser livres. A diferença está que hoje, em lugar de armas, vimos desfilar tractores, vimos desfilar máquinas agrícolas.»

Saudado, com vibração, encerrou o comício o camarada Mihailov, vice-embaixador da República Popular da Bulgária no nosso país, de cujo discurso extraímos algumas passagens:

«Na Bulgária capitalista, sem algum apoio do Estado, pelo contrário, com ameaças e coacções dos órgãos e poderes fascistas, em dezenas de aldeias foram organizadas as primeiras cooperativas. Só depois da nossa revolução socialista, que se realizou em 9 de Setembro de 1944, é que se criaram as condições necessárias para o impulso do cooperativismo no campo.

Os primeiros passos foram difíceis, houve muitos sacrifícios, mas aplicando a ciência de Lenine às condições reais da bulgária, sob a orientação do nosso guia imortal que foi Jorge Dimitrov o regime cooperativista venceu por completo no ano de 1958 quando toda a terra foi colectivizada quase totalmente. O agrupamento das cooperativas que se realizou no decénio de 60 e a formação de complexos agro-industriais no início de 70, que é uma forma original búlgara, criou condições para a modernização e mecanização da agricultura búlgara, que alcança assim os índices mais altos à escala mundial.»

«Seguimos com grande interesse as conquistas da Reforma Agrária, do cooperativismo em Portugal e, especialmente no Alentejo. Estamos solidários com a justa luta dos trabalhadores agrícolas e, penso que esta oferta de maquinaria feita pelo complexo agro-industrial de Hissara é só uma amostra da nossa disposição em vos ajudar na consolidação das conquistas alcançadas.

Estamos certos que será de interesse comum procurarmos sempre aperfeiçoar cada vez mais as formas de cooperação mútua no sector agrícola.

Juntando a nossa alegria à vossa, expressamos mais uma vez o nosso agradecimento pelo tão amável e fraternal acolhimento e, transmitimos os nossos desejos no sentido de que a Cooperativa de Casebres se consolide e fortaleça para o bem-estar dos seus membros, tão laboriosos e confiantes no Futuro.

Obrigado.

Viva a solidariedade dos trabalhadores do complexo agro-industrial de Hissara para com os trabalhadores da Cooperativa Agrícola de Casebres.

Viva a solidariedade e amizade entre os povos búlgaro e português.»

«Obrigado Bulgária», slogan entoado por milhares de vozes, não foi apenas mais um grito mas a expressão de todo um povo que, sob a bandeira do internacionalismo proletário, está disposto a avançar na consolidação do processo revolucionário do qual a solidariedade constitui um poderoso impulso. Assim o entenderam, também, muitas dezenas de trabalhadores que expressaram o seu apoio aos trabalhadores que expressaram o seu apoio aos trabalhadores da Cooperativa Agrícola de Casebres oferecendo dinheiro dos seus salários ainda que esperando que a sua ajuda não seja dedicada ao pagamento de impostos alfandegários inadmissíveis em relação a um complexo de maquinaria que é uma oferta de povos amigos e não uma negociata nas costas dos trabalhadores.

O vice-embaixador da República Popular da Bulgária, camarada Mihailov, dirigindo-se aos trabalhadores de Casebres

FINALMENTE EXTINTOS OS FOROS

Finalmente obtida a extinção dos foros, exigência pela qual se movimentaram largas massas de camponeses

Foi finalmente publicado o decreto-lei de extinção dos Foros, decisão tomada em Conselho de Ministros durante o V Governo Provisório. Os agricultores atingidos por este resíduo do modo de produção feudal, organizados num Movimento de Extinção dos Foros, MEF, vêem assim, finalmente legalizada uma das suas mais profundas reivindicações atendidas pelo Governo anterior ao VI Governo Provisório, mas só recentemente publicada no «Diário de Governo». No preâmbulo deste decreto, decreto-lei 195-A 76, diz-se:

«Através da forma jurídica da enfiteuse têm continuado a impender sobre muitas dezenas de milhar de pequenos agricultores encargos e obrigações que correspondem a puras sequelas do modo de produção feudal. Com efeito, encontram-se ainda hoje extremamente generalizados os foros, podendo referir-se que só o Estado, segundo estimativas feitas pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, é titular de domínios directos que atingem cerca de 400 000, ultrapassando o seu valor 1 milhão de contos.

«Uma política agrária orientada para o apoio e a libertação dos pequenos agricultores não pode deixar de integrar a liquidação radical de tais relações subsistentes no campo. Previu-se, no entanto, a particularidade dos pequenos senhorios, tendo-se adoptado uma solução que permitirá ao Estado identificar rapidamente tais situações».

O Movimento de Extinção dos Foros, que desenvolveu intensa actividade pela extinção desta forma de exploração degradante de muitas centenas de agricultores, manifestou a sua profunda satisfação por esta conquista obtida graças à mobilização e organização dos foreiros.

COLÓQUIO SOBRE A URSS

A Associação Portugal-URSS promove no próximo sábado, pelas 16 horas, na Rua de S. Caetano, Nº 30, à Lapa, um encontro com o padre Joaquim Teles Sampaio, o qual falará sobre as suas impressões acerca da União Soviética, donde regressou recentemente.

O padre Teles Sampaio, que agora visitou a URSS integrado numa delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação, foi um dos poucos padres portugueses a denunciarem publicamente os massacres colonialistas cometidos em Moçambique, o que lhe valeu a prisão.

A DEMOCRACIA E A LIBERDADE EXIGEM MAIORIA DE ESQUERDA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PROCLAMAÇÃO ELEITORAL DO PCP

VOTA PCP pela liberdade e pela democracia

- Para que sejam defendidas a **liberdade** de imprensa, de associação, de cosntituição e actividade dos partidos políticos, de reunião e manifestação, a liberdade sindical e o direito à greve, a liberdade religiosa.
- Para que seja assegurada a **democratização** de toda a vida nacional e a construção de um regime democrático, ao abrigo das conspirações e dos golpes da contra-revolução.
- Para que seja respeitada a **Constituição**.
- Para que sejam combatidas a **anarquia** e a desordem, as violências, os atentados, o terrorismo, a **criminalidade** e o banditismo, a corrupção, a droga, a pornografia e a prostituição.
- Para que seja respeitada a **ordem democrática** e restituída a **tranquilidade** e a segurança ao povo português.

Vota PCP, o Partido da liberdade e da democracia

VOTA PCP pela defesa dos interesses dos trabalhadores

- Para que sejam elevados os **salários** reais e melhorados e alargados os benefícios sociais, reformas e pensões, a assistência médica eficaz, a participação dos trabalhadores na gestão e controlo da Previdência.
- Para que seja realizado o princípio de **salário igual a trabalho igual,** a contratação colectiva e a obrigatoriedade do seu cumprimento, a proibição dos despedimentos sem justa causa, a liquidação do desemprego.
- Para que sejam assegurados os direitos da **juventude trabalhadora** e a efectiva igualdade da **mulher** perante a lei, os justos interesses dos **quadros técnicos,** do **funcionalismo,** dos **militares.**
- Para que seja assegurada a estabilidade dos **preços** dos géneros e artigos de primeira necessidade, e o abaixamento de alguns.
- Para que seja levada a cabo uma política que proporcione a cada família uma **habitação** condigna e rendas acessíveis e a criação de um Serviço Nacional de **Saúde** capaz de proporcionar assistência médica e medicamentosa a todos os portugueses.
- Para que sejam realizados os justos anseios dos trabalhadores **emigrantes**.
- Para que seja mantida a independência e a **unidade do movimento sindical,** das comissões de trabalhadores e outras estruturas populares.

Vota PCP, o Partido dos trabalhadores

VOTA PCP pelo avanço da Reforma Agrária, pela defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores

- Para que seja levada até ao fim a expropriação dos latifúndios.
- Para que sejam reconhecidas as novas **unidades colectivas de produção** e defendido um programa urgente de barragens e irrigação e de apoio e ajuda técnica do Estado.
- Para que sejam defendidas as terras dos **pequenos e médios agricultores** e asseguradas medidas imediatas no que respeita a créditos, impostos, fixação de preços, garantia de escoamento dos produtos e contra a especulação dos grandes intermediários.
- Para que seja aplicada imediatamente a **Lei do Arrendamento Rural,** sejam extintos os **foros** e o regime de **colonia** e sejam restituídos os **baldios** às populações.
- Para que seja apoiado o **associativismo** dos pequenos e médios agricultores, baseado sempre na sua livre vontade e decisão.
- Para que seja dada solução urgente aos problemas das populações rurais e seja reorganizada a **previdência rural.**

Vota PCP, o Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores

VOTA PCP por uma nova economia rumo ao socialismo

- Para que seja firmemente mantido o **controlo operário**, as **nacionalizações** e a gestão dos trabalhadores nas empresas onde houve intervenção do Estado.
- Para que seja aplicada uma **nova dinâmica de estabilização, rentabilidade e desenvolvimento**, assente na planificação, na reconversão, no papel motor do sector público e das empresas com intervenção do Estado e no interesse e esforço criador dos trabalhadores.
- Para que seja respeitada a **iniciativa privada não monopolista** e o apoio do Estado aos interesses e direitos dos **pequenos e médios comerciantes e industriais.**
- Para que seja realizada uma **política fiscal** e de rendimentos que faça pagar o maior preço das dificuldades económicas a quem mais puder pagar.

Vota PCP, o Partido de uma nova economia rumo ao socialismo

VOTA PCP pela democratização da instrução e da cultura

- Para que seja realizada a **reforma geral e democrática do ensino**, para que o acesso à educação seja amplamente facilitado aos filhos dos trabalhadores.
- Para a extinção do **analfabetismo** e do **obscurantismo** em Portugal.
- **Para acabar com as formas de** degradação escolar e de deterioração do ensino.
- Para que o sistema escolar seja orientado para a **formação de quadros intelectuais** e **técnicos** capazes de impulsionar a nova economia.
- Para que seja realizada a promoção da **investigação científica** e da técnica, a liberdade de **criação artística**, o incentivo às artes, o apoio às organizações populares que promovem acções culturais, artísticas e desportivas de massa.

Vota PCP, o Partido da democratização da instrução e da cultura

VOTA PCP pela independência nacional

- Para que Portugal seja **liberto da submissão** política e económica ao **imperialismo** estrangeiro.
- Para que seja assegurada a **autonomia e a descentralização** nos **Açores** e **Madeira** e impedida a desintegração do território nacional.
- Para assegurar o desenvolvimento de estreitas relações de fraternal **amizade e cooperação** com os **novos Estados independentes** formados nos territórios dantes submetidos ao colonialismo português.
- Para que seja realizada uma **política de paz e amizade com todos os povos,** pela consolidação e desenvolvimento das relações com os demais países que já se libertaram ou que lutam pela libertação do jugo colonial e do imperialismo.
- Para que sejam desenvolvidas as extraordinárias possibilidades de **cooperação** com os países socialistas.
- Para que se desenvolvam as relações económicas com os **países capitalistas** mas sob a condição da **não ingerência** nas questões internas de Portugal.
- Para que o povo português possa decidir livremente do seu destino.

Vota PCP, o Partido da independência nacional

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL EM BELÉM

Pela aplicação e defesa da Constituição

Camaradas:

As próximas eleições terão uma influência determinante na política portuguesa para os anos mais próximos. As eleições não resolvem tudo. A luta de massas continuará sendo em quaisquer circunstâncias, uma força poderosa para a defesa dos interesses do nosso povo e para alcançar transformações de carácter democrático. A batalha eleitoral é porém também uma grande luta de massas e do seu resultado dependerá, em larga medida, a formação, composição política e programa do novo governo.

As eleições para a Assembleia da República são as primeiras que têm lugar no quadro das novas instituições definidas na Constituição que acaba de ser aprovada e promulgada.

Nós saudamos a promulgação da Constituição como um factor que pode ser de extrema importância para a consolidação da nossa jovem democracia.

A Constituição aprovada, promulgada e que entra agora em vigor é uma Constituição democrática e avançada. Ela consagra as liberdades democráticas e os direitos essenciais dos cidadãos. Ela reconhece o direito à greve cujos objectivos cabe aos trabalhadores definir e proíbe o «lock-out» do patronato. Ela reconhece a liberdade sindical. Ela reconhece o direito dos trabalhadores constituirem comissões para defesa dos seus interesses e com direito a exercer o controlo de gestão das empresas e com competência para participar na elaboração da legislação do trabalho. Ela estabelece o princípio «para trabalho igual, salário igual». Ela considera irreversíveis as nacionalizações. Ela reconhece a Reforma Agrária. Ela põe como objectivo o socialismo.

É uma Constituição cujas normas obrigam qualquer governo (sob pena de violar a lei fundamental do país) a realizar uma política progressista.

Saudamos por isso a nova Constituição, afirmamos que a respeitamos e, com o povo português exigimos que todos a respeitem.

Tem de dizer-se que só foi possível elaborar ou aprovar uma tal Constituição na Assembleia Constituinte, porque em numerosos artigos houve uma maioria de esquerda, ou seja, que socialistas e comunistas votaram juntos contra o PPD-CDS.

Saudamos este esforço unitário e os seus resultados. Se uma tal tendência para a unidade se confirma, pode haver uma maioria de esquerda na próxima Assembleia legislativa.

Precisamente porque a Constituição é democrática e progressista, a reacção faz todos os esforços para que a Constituição, tal como é, não fosse aprovada.

CDS e PPD entravam a discussão e a aprovação de numerosos artigos procurando dar-lhes um conteúdo reaccionário.

Fracassado esse propósito a reacção começou a exigir um plebiscito para aprovação da Constituição e, não o conseguindo, tanto a direita como certos dirigentes socialistas pensando ser possível sair das eleições uma maioria da direita na Assembleia da República, exigiam que a própria Constituição desse à Assembleia faculdade de modificá-la isto com vistas a eliminar a curto prazo as disposições mais progressistas.

Ao mesmo tempo as forças reaccionárias à medida que se aproximava o termo dos trabalhos da Assembleia da República, procuraram criar um clima de tensão, de agitação social, de conflitos e confrontos, que pretextassem medidas repressivas e de excepção facilitasse alterações nos órgãos do poder em favor da direita e o adiamento da aprovação da nova Constituição.

No dia em que a Assembleia Constituinte rejeitou as propostas de revisão da Constituição pela Assembleia legislativa, um chefe do CDS proclamou: «Até ao dia 4 nada é definitivo». Se o texto estava aprovado, porque dizia o sr. deputado que não era definitivo?

Com que contava o sr. deputado do CDS? Um tremor de terra que atirasse a baixo o edifício da Assembleia? Ou com um golpe de antecipação?

Falharam porém todas as manobras, pressões e conspirações para evitar a aprovação e entrada em vigor da Constituição.

A Constituição, lei fundamental do país, está feita, promulgada e em vigor. É uma vitória das forças democráticas. Pode ser um poderoso elemento de estabilidade política e de consolidação do regime democrático.

Pode ser também ao mesmo tempo um poderoso instrumento jurídico para a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da revolução.

Por eleições dignas e honestas

Não basta porém que tenha sido aprovada uma Constituição democrática. É necessário aplicar as disposições da Constituição. Ninguém, nem o próprio governo, nem outros órgãos do poder, têm o direito de violar a Constituição ou de alterar os seus preceitos. Todos os portugueses, a começar pelas autoridades, são obrigados a cumpri-la.

Quando a Constituição consigna as liberdades, isto significa que as liberdades podem ser exercidas em todo o território nacional e que as autoridades tem o dever de assegurar esse exercício.

A Constituição dá reforçada razão às reclamações do nosso Partido para que sejam asseguradas as liberdades em todo o território nacional.

Nos Açores e Madeira, no distrito de Bragança e em numerosos concelhos de diversos distritos tem de ser posto fim aos poderes locais reaccionários e tem de assegurar-se as liberdades para todos os cidadãos.

Essa é uma reclamação que há muito faz o PCP e a Constituição agora em vigor e a proximidade das eleições exigem, que ela seja atendida no imediato.

É tempo de tomar medidas para que sejam metidos na ordem os tiranetes locais; para que cessem actividades provocatórias das forças reaccionárias abertamente fascistas ou os esquerdistas seus agentes; para que sejam chamados às responsabilidades e severamente punidos os incendiários, os caceteiros, os profissionais da violência e os seus instigadores.

Não pode haver eleições livres sem liberdades. E liberdade, não só nas zonas das cidades, mas para todo o povo português seja qual for o recanto do território em que viva.

É necessário que as autoridades tomem as medidas necessárias para que se ponha termo ao terrorismo e a todas as acções de violência e provocações de bandos fascistas, contra forças políticas ou contra cidadãos que exerçam as liberdades e direitos consagrados na Constituição.

Devem combater-se firmemente os casos em que uma dezena ou uma vintena de fascistas armados com a tolerância das autoridades, impeçam a realização de comícios e outras iniciativas do PCP, provoquem bloqueios a transportes e acessos, destruam automóveis, agridam homens e mulheres, só pelo facto de serem democratas, e impeçam a reabertura de Centros de Trabalho do Partido como há dias sucedeu em Olhalvo.

Estas acções e actividades são anticonstitucionais e o dever das autoridades é manterem o respeito de todos pela ordem democrática e pela lei fundamental do país.

Compreende-se a razão porque os partidos reaccionários — o CDS, o PPD e outros — procuram a todo o custo evitar que o 25 de Abril chegue a todo o nosso território, chegue às regiões, aos concelhos, às aldeias, hoje submetidos a tiranetes locais e seus caceteiros.

Em primeiro lugar, os partidos reaccionários sabem que o exercício das liberdades pelo povo significa o fim do poder local absoluto dos caciques, dos ricos proprietários locais, dos bandos fascistas armados, que com a mentira, a coação e a violência, mantêm submetidas e oprimidas as populações.

Em segundo lugar, os partidos reaccionários sabem também que, chegando as liberdades às regiões que dominam e ocupam, havendo a possibilidade de esclarecer os povos, de desmentir as campanhas de mentiras e calúnias da reacção, os partidos reaccionários estariam irremediavelmente condenados a uma estrondosa derrota nas eleições.

É ao abrigo da situação antidemocrática existente em várias zonas, com a cumplicidade ou a tolerância das autoridades, que os partidos reaccionários pretendem que aí, com populações enganadas, coagidas, oprimidas, violentadas, se realizem não eleições, mas mascaradas eleitorais à maneira do tempo do fascismo, praticamente, sem oposição, que lhes permita obter grandes votações e constituir, embora por meios inconstitucionais e fraudulentos, uma maioria na Assembleia da República.

Um tal resultado tem de ser evitado, porque ele significaria um perigo sério e imediato para a jovem democracia portuguesa.

O PCP luta e lutará até á última hora para que as eleições sejam dignas e honestas. Luta e lutará até à última hora para que em todo o território nacional seja defendida e mantida a ordem democrática, seja assegurado o exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

Usando as liberdades.

Usando as liberdades e direitos que a Constituição e as leis nos confere estamos procurando desenvolver a campanha eleitoral em todos os distritos, transformando assim também a campanha eleitoral numa grande acção política de massas para que o 25 de Abril chegue a todo o país, para que todo o nosso povo possa viver em liberdade.

Nós daqui saudamos os nossos camaradas que, nas regiões ocupadas pela reacção, levam corajosamente a cabo a actividade partidária e desenvolvem em condições extraordinariamente difíceis a acção de esclarecimento, de informação e de propaganda.

Essa luta será coroada de sucesso. Mesmo nessas regiões, o povo acorda e começa a voltar-se contra os caciques e tiranetes locais. Pode ter confiança o nosso povo. Também nessas regiões em breve brilhará o sol da liberdade.

Em defesa das liberdades e da democracia

Tal como no passado fascista, tal como ao longo do processo de democratização após o 25 de Abril, o PCP continua a ser hoje, no quadro político nacional, o mais consequente defensor e lutador pela liberdade e a democracia.

Na luta pelas liberdades, o PCP não tem lições a receber de ninguém.

Muito menos daqueles que, no tempo do fascismo figuravam nas listas de candidatos da ANP à Assembleia Nacional Fascista, que desempenhavam altos cargos no Estado ou usufruíam de privilégios nas grandes companhias, quando os comunistas, por lutarem contra a tirania fascista e pelas liberdades para o nosso povo, eram ferozmente perseguidos, presos, torturados e assassinados.

Hoje, como sempre, o PCP continua na vanguarda da luta pela liberdade. De tal forma que se pode dizer que a liberdade e a democracia em Portugal, a possibilidade de fazer frente à reacção e impedir o regresso a uma ditadura fascista, são inseparáveis da vida, da actividade, da força, do apoio operário, da influência de massas, da capacidade de mobilização, da firmeza, da combatividade, da vitalidade do nosso glorioso Partido Comunista Português.

A defesa e a consolidação da democracia portuguesa, a construção final e a defesa de um regime democrático são inseparáveis da acção do PCP, da sua forte presença na vida portuguesa, da sua activa participação na vida política a todos os níveis incluindo na próxima Assembleia da República e ao nível do governo.

Aqueles que tomam o PCP como alvo principal dos seus ataques, aqueles que citando a democracia incitam à violência contra o PCP, e fazem apelos à repressão contra o PCP, são os mesmos que impedem as liberdades e a democracia nas regiões que mantêm sob o seu domínio. Atacando o PCP, o que os partidos e outras forças reaccionárias pretendem é afinal destruir as próprias liberdades, destruir a própria democracia.

Pela sua própria acção, o PCP mostra bem ao nosso povo ser a força política mais consequente e mais dedicada na luta pela liberdade e a democracia.

É com a autoridade ganha numa longa luta, que o PCP, não apenas em defesa dos pontos do seu programa, mas ao abrigo da Constituição da República Portuguesa em vigor, reclama que sejam tomadas enérgicas medidas contra o terrorismo, que sejam punidos os actos de violência, que as liberdades sejam asseguradas em todo o território nacional, que a democracia portuguesa seja respeitada e se faça respeitar.

Portugal é um país democrático. Não se pode admitir dois regimes políticos em território português. O regime democrático na capital, nas zonas industriais, no Sul, no litoral e um regime fascista ou fascizante nos Açores, Madeira, distrito de Bragança, numerosos concelhos dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Leiria, Castelo Branco, Santarém e mesmo em localidades próximas da capital como são os casos de Olhalvo ou Rio Maior.

A Constituição está aprovada e promulgada. É para ser posta em vigor em todo o território nacional, sem qualquer excepção.

Aqueles que impedem a aplicação da Constituição, actuam contra a lei fundamental do país e desenvolvem actividades que têm de ser consideradas não apenas pelo povo, mas pelas autoridades, como actividades criminosas.

É tempo de acabar com as conspirações, com as ameaças de força, com o ambiente de golpes e contragolpes, incluindo aqueles que estão sempre a acusar o PCP de ser «golpista».

É tempo de restituir aos portugueses a tranquilidade e a segurança de uma vida democrática estável, ao abrigo das ameaças dos conspiradores reaccionários, ao abrigo das ameaças de regresso ao passado fascista.

Confiamos em que o dia está próximo em que assim será, em que os conspiradores reaccionários serão reduzidos à impotência, em que se fará respeitar a ordem democrática, em que todo o território nacional será libertado da ocupação reaccionária e fascista, em que finalmente as liberdades alcançadas com o 25 de Abril serão a prática da vida de todo o nosso povo.

O PCP continua sempre, em todas as circunstâncias, esta batalha, confirmando nos actos que é de facto em Portugal o grande Partido da liberdade e da democracia.

Em defesa das conquistas da revolução

A defesa e consolidação das liberdades, a defesa, a consolidação e a construção de um regime democrático, são inseparáveis da defesa e da consolidação das outras conquistas da revolução.

Aqueles que procuram impor ao país uma política de protecção dos interesses do grande capital, de anulação das conquistas sociais dos trabalhadores após o 25 de Abril e da intensificação da exploração da classe operária e das mais amplas massas populares; aqueles que procuram impor de novo o poder dos grandes agrários exploradores e opressores dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores; aqueles que pretendem impor uma política de desnacionalizações e de recuperação capitalista de centenas de empresas sabotadas e abandonadas pelos empresários e salvas da falência e do encerramento pelo trabalho, o esforço, os sacrifícios, a competência dos próprios trabalhadores; aqueles que pretendem manter o povo português no obscurantismo e continuar a vedar o acesso às escolas, aos filhos da classe trabalhadora; aqueles que pretendem enfeudar de novo Portugal ao imperialismo; esses pretendem também liquidar as liberdades e a democracia portuguesa.

A construção da democracia é incompatível com a liquidação das outras conquistas da revolução, das nacionalizações, do controlo operário, da gestão dos trabalhadores, da reforma agrária, de uma política de elevação do nível de vida material e cultural das massas populares, de uma política de independência nacional.

Por isso o PCP, ao afirmar ser o Partido da liberdade e da democracia, afirma também ser o Partido dos trabalhadores, o partido da reforma agrária e dos pequenos e médios agricultores, o Partido de uma nova economia rumo ao socialismo, o Partido da democratização da instrução e da cultura, o Partido da independência nacional.

Como **Partido dos trabalhadores** o PCP defende e defenderá, sempre e em quaisquer circunstâncias, defenderá nas fábricas, nas empresas, nos portos, nos campos, na rua ou no governo, defenderá sempre e sempre os interesses dos trabalhadores da cidade, dos campos, das minas e do mar.

O PCP combaterá qualquer congelamento de salários e o aumento de preços de artigos de primeira necessidade, combaterá qualquer política que vise fazer pagar aos trabalhadores o preço das dificuldades da economia portuguesa.

O PCP defenderá sempre o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, a elevação dos salários, o princípio do salário igual para trabalho igual, os direitos da mulher trabalhadora e dos jovens trabalhadores, os justos interesses dos quadros técnicos, do funcionalismo e dos militares o melhoramento dos benefícios sociais, o aumento das pensões e reformas por invalidez e velhice, a liquidação do desemprego, a estabilidade dos preços dos artigos de primeira necessidade, uma política de habitação que permita a cada família portuguesa um lar confortável e digno.

Como **Partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores** o PCP defende e defenderá sempre, e em quaisquer circunstâncias, a consolidação e realização da Reforma Agrária, os interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, sejam proprietários, sejam rendeiros, seareiros e caseiros.

O PCP combaterá qualquer política que vise a recuperação dos latifúndios pelos grandes agrários, que vise o estrangulamento e a liquidação das cooperativas e unidades colectivas de produção, que vise manter no Norte, no Centro e nas ilhas a exploração, a opressão, as dificuldades e a miséria dos pequenos e médios agricultores, em benefício dos grandes capitalistas e dos mais ricos proprietários.

A Reforma Agrária é uma obra grandiosa e criadora da transformação social e económica. É uma realização de histórico alcance nacional. É uma obra imperecível que ficará gravada em letras de ouro e glória na história do povo de Portugal.

A Reforma Agrária conta com a solidariedade activa, valiosa e crescente dos operários industriais, da juventude, da população trabalhadora das cidades, dos países socialistas, de trabalhadores de países capitalistas. A Reforma Agrária será defendida e totalmente realizada.

O PCP defenderá sempre a Reforma Agrária até à sua realização completa. Lutará para o reconhecimento de todas as unidades colectivas de produção constituídas. Lutará para que se torne efectivo o apoio financeiro e técnico do Estado.

O PCP defenderá firmemente os interesses dos pequenos e médios agricultores, uma política de crédito, de impostos, de garantia de preços e de escoamento de produtos, de simplificação dos circuitos comerciais, que lhes permita sair das dificuldades actuais e ter uma vida folgada e segura que dê justo prémio ao seu trabalho esforçado.

O PCP lutará pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural, contra novos adiamentos, pela extinção efectiva dos foros e do regime de colonia na Madeira e Açores, pela restituição dos baldios, pela solução dos problemas urgentes das populações, pelo associativismo dos pequenos e médios agricultores na base da sua completa liberdade de decisão.

Como **Partido de uma nova economia rumo ao socialismo** o PCP defende e defenderá sempre em quaisquer circunstâncias as nacionalizações, o controlo operário, a gestão dos trabalhadores.

O PCP combaterá uma política de nova entrega da economia portuguesa aos Melos, Champallimaud, Espírito Santo e outros inimigos jurados do povo e das liberdades, qualquer política de recuperação capitalista de empresas que os empresários sabotaram, defraudaram e conduziram à ruína, combaterá uma política de criação de novas empresas privadas concorrentes da banca e dos sectores nacionalizados com o objectivo de conduzir estes à ruína, em resumo, combaterá quaisquer tentativas de recuperação do poder económico e do poder político pelos grupos monopolistas que tiveram Portugal nas mãos durante dezenas de anos, que constituem a base financeira e social da mais negra reacção e do fascismo, e cujo regresso ao poder só seria possível, não numa democracia, mas com uma nova ditadura terrorista.

O PCP reconhecendo embora a iniciativa privada num amplo sector não monopolista, defendendo os interesses dos pequenos e médios industriais e comerciantes atingidos também pelo poder dos grandes grupos monopolistas, defende e defenderá uma nova dinâmica da economia portuguesa, assente na consolidação e reforço do sector nacionalizado, e nos sectores onde está estabelecido o controlo operário e a gestão dos trabalhadores, defendendo uma nova dinâmica da economia assente na planificação, na reconversão, no interesse e no esforço criador dos trabalhadores, na perspectiva de uma sociedade nova sem exploradores e sem explorados, na perspectiva de uma sociedade socialista.

Como **Partido da democratização da instrução e cultura** o PCP lutará para que seja posto definitivamente fim ao monopólio da instrução e da cultura pelas classes exploradoras.

O PCP combaterá as tentativas da reacção para anular as conquistas alcançadas neste domínio desde o 25 de Abril.

O PCP luta e lutará pela reforma geral e democrática do ensino, pela liquidação do analfabetismo e do obscurantismo, pela formação de quadros eficientes, pela liberdade de criação artística, pelo desenvolvimento e expansão da cultura nacional.

Como **Partido da independência nacional**, o PCP defende e defenderá sempre em quaisquer circunstâncias, uma política interna e externa livre de dependências e de submissões externas, uma política que corresponda aos interesses do povo português e aos interesses de Portugal como nação livre, independente e soberana.

O PCP combaterá sempre as tentativas para de novo submeter Portugal à dependência e submissão ao imperialismo estrangeiro, aos Estados Unidos, ao Mercado Comum, às directrizes da social-democracia europeia.

O PCP combaterá os projectos, planos e actividades antinacionais dos separatistas nos Açores e Madeira que, para defesa dos seus privilégios e a soldo do imperialismo, declaram querer proclamar a independência dos arquipélagos, desintegrando a nação portuguesa.

O PCP combate e combaterá em defesa da integridade do território português e exige que sejam tomadas enérgicas medidas às actividades de traição nacional.

Na defesa dos interesses nacionais, da independência nacional, o PCP defende o amplo desenvolvimento das relações e da cooperação económica e cultural de Portugal com Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, países libertados do colonialismo português, povos irmãos cujos interesses coincidem inteiramente com os interesses do povo português, na base da igualdade, do respeito pela independência e pelos interesses mútuos, da não ingerência nas questões internas.

O PCP defende relações de amizade e cooperação com todos os países, com todos os Estados, no respeito pelos interesses mútuos, o que significa necessariamente respeito pelos interesses do nosso povo e da nossa pátria que queremos se liberte definitivamente de qualquer submissão ao imperialismo, que queremos para sempre livre, progressista, pacífica, independente e soberana.

Tais são os objectivos do nosso Partido. Tal é a política que o PCP propõe ao povo português ao iniciar-se a campanha eleitoral.

Estamos profundamente convencidos de que esta política corresponde aos interesses, às aspirações, aos sentimentos mais profundos do povo de Portugal. E estamos por isso certos que o povo português virá a confirmar com uma votação maciça no PCP, a confiança num partido que, pela sua orientação e pela sua actividade, se tornou digno do nome de Partido da verdade e da esperança.

Por uma maioria de esquerda

A campanha eleitoral e as próximas eleições terão profunda influência na situação política portuguesa nos próximos anos. Da maioria que vier a formar-se na Assembleia da República dependerá em larga medida a constituição, a composição e a política do novo governo.

O CDS, o PPD e até o PPM e o PDC dizem-se partidários da democracia. Mas a sua própria acção, o regime de intolerância, de ditadura, de opressão, que mantiveram do tempo do fascismo ou que instauraram em vastas regiões que hoje ocupam, o impedimento pela força do exercício das liberdades democráticas, o uso corrente da brutalidade, da violência, do terrorismo contra os democratas e contra os trabalhadores nos Açores, Madeira, Bragança e onde quer que conseguem ter nas mãos o poder local, mostram a sorte que esses partidos reservariam a todo o nosso povo caso viessem a constituir o futuro governo.

Uma eventual maioria CDS-PPD significaria a instauração de uma nova ditadura reaccionária a curto prazo.

O primeiro objectivo, o objectivo principal e central da nossa acção política e da nossa campanha eleitoral é impedir uma tal maioria, é derrotar o inimigo principal das liberdades, da democracia, da revolução portuguesa, é derrotar os partidos da direita reaccionária.

Isso não nos basta porém para assegurar uma maioria democrática. Outra condição essencial é uma votação maciça no PCP.

Se não houvesse uma forte votação no PCP, estaria aberto caminho à formação de um governo de direita, com o PS, ou sem o PS, de qualquer forma um governo que poria em causa as conquistas da revolução, que perseguiria uma política antioperária e antipopular, política de repressão, política de enfeudamento ao imperialismo, um governo que abriria caminho a uma nova ditadura reaccionária.

Em condições de liberdade e de democracia em todo o território português, os partidos reaccionários não teriam qualquer hipótese de apresentarem resultados eleitorais favoráveis. Nas condições actualmente existentes, será pequena a diferença dos votos que vão aparecer entre os partidos reaccionários de um lado e o PS e o PC do outro. Quatro ou cinco por cento dos votos podem decidir de uma maioria reaccionária ou da possibilidade de uma maioria da esquerda. Por isso a dispersão de votos da esquerda pode ser fatal para a democracia portuguesa.

A dispersão de votos da esquerda por candidatos que não têm efectivamente qualquer possibilidade de alcançar o número de votos necessários para serem eleitos, é uma prenda dada gratuitamente à direita reaccionária. A eleição de uma forte representação do PCP na Assembleia da República evitará (estamos certos de que evitará) a formação de um governo de direita.

Contra o PCP ou sem o PCP não é hoje possível em Portugal não só uma política que abra caminho para o socialismomas defender, consolidar e construir o regime democrático consagrado na Constituição.

Por isso afirmamos que o PCP é o grande Partido da esquerda, que o voto no PCP é o voto seguro e certo, que votar no PCP é votar na democracia portuguesa.

Nós, os comunistas, não pretendemos governar sozinhos o nosso país. Pensamos que nas condições actuais o país pode e deve ser governado por uma aliança de forças sociais e políticas democráticas, incluíndo os militares, dentro do espírito libertador do 25 de Abril.

Verificamos com alegria que dia-a-dia se verificam novos factos positivos no sentido da unidade.

A classe operária, o povo português, forças e sectores antifascistas, democráticos e progressistas, cada dia sentem mais claramente a necessidade da unidade de luta, de todos os que queremos que Portugal não regresse ao passado fascista, de todos os que queremos construir um regime democrático rumo ao socialismo.

Em toda a parte se sente formar, crescer, ganhar forma, uma nova, revigorada e confiante corrente popular unitária de esquerda.

É dentro de uma grande corrente operária, popular e democrática, progressista, que se inserem o programa, os objectivos e a actividade do PCP. Por isso dizemos também justamente que o PCP é o Partido da unidade da classe operária, da unidade do nosso povo, da unidade antifascista, da unidade das forças democráticas e progressistas.

Votar no PCP é votar na unidade contra a divisão, é votar na defesa, na consolidação e prosseguimento da democratização política, económica e social da vida portuguesa, na construção do Portugal democrático que corresponda aos interesses e aspirações mais profundas do povo português, — o Portugal democrático, rumo ao socialismo.

Se soubermos lutar a vitória será nossa.

Viva a unidade da classe operária e das massas trabalhadoras!
Viva a unidade das forças democráticas!
Viva o Partido Comunista Português!

GRANDE AUDIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULARES NOS PRIMEIROS COMÍCIOS E SESSÕES DA CAMPANHA

O PCP está sempre onde estão as massas trabalhadoras. As primeiras sessões da campanha inscrevem-se nessa realidade, bem ilustrada pelos objectivos apontados no Programa Eleitoral dos comunistas

A campanha eleitoral do nosso Partido teve início no último fim de semana com comícios e sessões de esclarecimento por todo o país. Num breve panorama destes primeiros dias de movimentação de massas para difusão e conhecimento dos objectivos do PCP, devemos salientar a grande audiência e participação que se verificaram em toda a parte onde esteve presente o Partido.

Comecemos por Setúbal, onde falou o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, bem como outros candidatos por aquele distrito.

"Votar no PCP é votar para impedir a instauração de uma nova ditadura fascista. Votar no PCP é votar para assegurar um regime democrático" — afirmou o camarada José da Encarnação, operário electricista e candidato do Partido Comunista Português pelo distrito de Setúbal durante o comício que decorreu na tarde de sábado no Parque das Escolas desta cidade para apresentação dos candidatos a deputados pelo distrito.

Era flagrante a presença maciça das células do distrito de Setúbal, num total que se aproximava das cinco mil pessoas, que ao ar livre seguiram as intervenções dos candidatos e depois desfilaram até ao Centro de Trabalho do PCP precedidos pela banda do Barreiro.

Começou por usar da palavra o camarada Armando Pedrosa, membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal, o qual salientou que em relação às eleições — "acto tão decisivo para a vida do Povo Português" — mais uma vez "as massas populares do nosso distrito saberão distinguir os seus interesses dos interesses dos exploradores; saberão distinguir as forças que sempre estiveram consigo na defesa e na conquista de uma vida melhor das forças que sempre os oprimiram, semeando o ódio e a violência".

Recordando todos os avanços verificados no distrito depois do 25 de Abril, apesar das sabotagens praticadas pelos reaccionários, o camarada frisou a necessidade da unidade das massas trabalhadoras para que digam não a um governo PPD-CDS, o que representaria o regresso à exploração desenfreada e ao fascismo e apontou a necessidade de uma votação maciça no PCP, para uma maioria de esquerda e para que o partido dos trabalhadores, o PCP, possa estar representado no Governo.

Referindo ainda alguns pormenores da situação no distrito lembrou que no concelho de Sesimbra, em 1974, a área cultivada era de 1140 hectares, enquanto que no ano passado atingia já 3159 hectares, ou seja mais do dobro. Outrotanto no que respeita ao gado, quando em 1974 havia 6577 cabeças, no ano seguinte aumentavam para 8880. No respeitante às máquinas agrícolas aumentaram no espaço de um ano de 16 para 44, isto só no concelho atrás referido.

O EXEMPLO DOS COMUNISTAS

Candidata independente, falou depois Maria Alice Moreira, que começou por destacar a sua qualidade de católica, acrescentando: "É o exemplo dos comunistas que faz com que eu apoie a política deste partido. De resto, quem tenha estado atento neste período de dois anos após o 25 de Abril verifica, sem sombra de dúvidas, que a política do Partido Comunista Português é, afinal, uma política de verdade, uma política de defesa intransigente dos explorados e oprimidos deste país."

Dirigindo-se depois às mulheres em especial, afirmou: "Quero lembrar que sem a nossa colaboração activa e consciente na vida política, social, económica e cultural jamais será possível a construção da democracia e do socialismo. Nós somos uma grande força e não podemos permitir que a reacção, com as suas falinhas mansas, prometendo-nos o céu e a terra, nos arraste para uma situação que seria muito pior que a de antes do 25 de Abril."

E mais adiante, depois de ter apresentado vários exemplos do que é a vida e as regalias das mulheres nos países capitalistas da Europa e nos países socialistas: "O nosso voto tem que ser o voto do progresso, o voto que há-de contribuir para consolidar as conquistas já alcançadas, o voto que há-de contribuir para instaurarmos neste país a democracia e o socialismo, único regime em que a mulher terá oportunidades iguais às do homem, em que não será mais segregada como acontece nos regimes que embora dizendo-se democratas e livres a mulher tem uma função secundarissima como todas sabemos."

Ler e divulgar o «AVANTE!» é ajudar o Partido

EM VALONGO: NA DEFESA DE PREÇOS COMPENSADORES

No seu discurso, que constituiu o aspecto político mais importante da jornada, o camarada Blanqui Teixeira abordou os principais obstáculos que se põem, no nosso país e no momento actual à instrauração de uma sociedade democrática: "A reacção particularmente nalgumas regiões do país ainda consegue enganar muita gente, muitos trabalhadores. Todos os que estão com o processo revolucionário têm de fazer um trabalho intenso de esclarecimento, de ajuda, de mobilização. É indispensável ajudar aqueles que julgam que o radicalismo, o verbalismo, o aventureirismo, alguma coisa resolva. É preciso consciencializar e unir os pequenos e médios agricultores, que tão explorados e oprimidos foram durante o fascismo e que ainda se não libertaram do domínio da exploração dos grandes proprietários e capitalistas, dos intermediários especuladores e do caciquismo reaccionário. Alguns passos se têm dado no sentido de criar associações e cooperativas que unam o pequeno e o médio agricultor e defendam os seus interesses. Os comunistas não se têm poupado a esforços no sentido de conseguir preços compensadores e garantidos para os produtos agrícolas e um seu escoamento assegurado, no sentido de que o Estado forneça uma ajuda técnica e financeira aos pequenos e médios agricultores, no sentido de fazer respeitar a lei do arrendamento rural embora tendo em conta os direitos dos pequenos proprietários absentistas, no sentido de criar uma capaz previdência rural e de solucionar os problemas mais urgentes das nossas aldeias."

UM VOTO SEGURO CONTRA A REACÇÃO

Sobre as próximas eleições para a Assembleia da República, Blanqui Teixeira afirmou a necessidade de um grande trabalho de esclarecimento para conseguir que as classes laboriosas "não votem nos partidos reaccionários, que são os seus inimigos, não votem no CDS, no PPD, no PDC, no PPM, ou nos grupelhos provocatórios como o MRPP, AOC e PC de P (m-l). É necessário explicar e explicar sempre que, se se quer defender e consolidar a liberdade e as conquistas revolucionárias é preciso votar no PCP. Nós dizemos que o único voto seguro contra a reacção é o voto no PCP pois qualquer voto num outro partido da esquerda não vai conseguir a eleição de qualquer deputado e o voto no PS é uma verdadeira incógnita. Dado que o PS, afirma que ou governará sozinho ou ficará na oposição, dado que nenhum partido, incluindo o PS, vai ter votação para governar sozinho, dado que só um governo de coligação poderá amanhã governar em Portugal, ninguém sabese o PS se coligará com a esquerda ou com a direita ou, então, se, passando para a oposição, conduzirá com essa atitude, a facilitar um governo da reacção."

Jaime Serra no comício em Setúbal

NO FUNCHAL: PELAS LIBERDADES

Em nome dos candidatos pelo arquipélago da Madeira falou o camarada Edmundo Castro. Depois de saudar todos os trabalhadores interessados na defesa das liberdades e no caminho para o socialismo, apresentou as razões de uma candidatura e de um programa ao serviço do povo português. Entre essas razões citou a defesa dos reais interesses dos trabalhadores, dos pequenos e médios camponeses, dos pequenos e médios industriais e comerciantes, uma nova economia rumo ao socialismo, a democratização da instrução e da cultura e a independência nacional.

Na sua intervenção, a camarada Margarida Tengarrinha acentuou: «Nenhum partido vai governar sozinho porque são precisos mais de 50 por cento dos votos do eleitorado para o fazer. Ora, isso não acontecerá. Com quem se vai aliar então o PS? É urgente que nós saibamos. Somos um partido de esquerda e daqui não saimos, Uma aliança à direita seria desastrosa para os interesses dos trabalhadores e da classe média deste país. O perigo da ofensiva direitista sente-se em todos os momentos», afirmou.

Depois de alertar para o que sucederia às várias conquistas democráticas e revolucionárias, se esse perigo viesse da concretizar-se por completo, a camarada Margarida Tengarrinha lembrou que *desperdiçar votos à esquerda é oferecer de mão beijada deputados à direita.*

Nas sessões de esclarecimento e convívio, na Ribeira Brava e no Machico, foram debatidos vários problemas de interesse local e nacional. O camarada José Barata Moura interpretou canções de luta, com participação e agrado geral.

EM LAGOS: A CIP E A REACÇÃO

Referindo-se à política económica do VI Governo, o camarada Sérgio Vilarigues afirmou que «esta não tem sido favorável aos trabalhadores» e que «certos ministros e secretários de Estado se intrometem na vida interna dos Sindicatos, intromissão que na prática limita a liberdade de associação e de reunião, o que é intolerável»; referiu-se à chamada política de austeridade do actual governo dizendo que «só o foi para os trabalhadores e outras camadas laboriosas da população que viram aumentar o custo de vida, enquanto eram congelados os salários, aumentados os impostos indirectos que, como se sabe, caem fundamentalmente sobre as massas trabalhadoras».

Os problemas dos pequenos e médios agricultores, a crise da indústria turística foram igualmente focados, após o que afirmou que a solução de tais problemas e situações «só irá sendo possível na medida em que os próprios interessados tomem a decisão de se unir, organizar e actuar através das suas organizações de classe, no local de trabalho e de residência, diligenciando junto das autoridades locais, regionais e do governo», acrescentando que o PCP apoiará todas as diligências e acções pela satisfação das suas justas reivindicações.

Mais adiante, S. Vilarigues afirmou:

«De dia para dia os industriais capitalistas anichados na Confederação das Indústrias Portuguesas (CIP) mostram-se cada vez mais arrogantes e provocadores.

A CIP desempenha no campo capitalista-industrial o mesmo papel político reaccionário e provocatório que a CAP desempenha no campo agrário. Como esta, a CIP cobre-se com o manto da defesa dos interesses dos pequenos e médios industriais, do sector privado da indústria, mas na realidade desenvolve, ora na sombra, ora às claras, uma sórdida política conspiratória contra a jovem democracia portuguesa por meio da sabotagem económica no campo interno e no campo externo. Visa assim desacreditar o processo democrático, provocar o descontamento popular, agravando tensões, preparando com forças políticas e económicas reaccionárias e fascizantes internas e externas um estado de espírito favorável a um golpe de força da direita, ou a um triunfo eleitoral por meio da burla desta mesma direita reaccionária nas próximas eleições legislativas. Desta forma estaria aberto o caminho para uma nova ditadura que conduziria à liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária».

ONDE ESTÃO OS DA ANP

Noutro passo do seu discurso, disse:

«À medida que o tempo vai passando uma coisa se torna cada vez mais clara para os trabalhadores e pessoas simples do nosso país: os homens e mulheres que durante o regime fascista militaram na União Nacional e na segunda edição desta, a ANP, não cruzaram os braços depois do 25 de Abril. Uns acoitaram-se no PPD, que então se apresentava com cores progressistas. Outros acoitaram-se no PS ou passaram a apoiar este partido, porque conhecendo muito bem as experiências e práticas políticas dos partidos sociais-democratas e socialistas da Europa, assim como a prática do «socialismo democrático e em liberdade» na Suécia, Alemanha, Noruega, Bélgica, Áustria, Inglaterra, França, etc., onde domina o poder dos monopólios, viam que dando força numérica e, principalmente eleitoral ao PS e encostando-se a ele, para o largarem na primeira curva da estrada, melhor defenderiam os seus interesses de classe capitalista contra os trabalhadores da cidade e do campo, contra os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes.

Nesta posição, mais ou menos silenciosos quando os ventos da Revolução soavam mais fortes, julgavam poder abrigar-se à espera da oportunidade de mostrarem os dentes e ferrá-los de novo, se possível, no pescoço da classe operária, das massas trabalhadoras da cidade e do campo, do nosso povo laborioso.»

EM COIMBRA: DEFENDER A CONSTITUIÇÃO

Encontrava-se na sala o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC, também candidato por Coimbra, que num breve improviso começou por se referir à importância da Constituição. Considerando-a como um documento democrático que abre perspectivas para o socialismo, salientou a forma como as liberdades nela se inscrevem, a personalidade jurídica que confere às conquistas do Movimento Popular de Massas, as disposições que abrem caminho para a democracia económica, para que o Povo finalmente se aproprie do produto do seu trabalho. E disse em seguida: «Porque a Constituição é um documento importante, vimos como as forças da reacção usaram não só os mecanismos legais mas a agitação externa, para boicotar a sua aprovação. Vimos como, vencidas dessa manobra, procuraram introduzir-lhe já, mecanismos de revisão. Por isso devemos estar atentos. Defender a Constituição é hoje um dever de todos os democratas e antifascistas».

Continuando a dirigir-se à assistência, onde predominava a juventude, Dias Lourenço, referindo-se ao acto de promulgação da Constituição, diria:

«respirou-se nele um ambiente de unidade entre comunistas, socialistas, outros democratas e militares. Quem esteve na Constituinte no dia da sua provação geral apercebeu-se da força da nossa Constituição e eu que passei muitas vicissitudes na minha vida respirei um grande sentimento de segurança. Entretanto a Constituição é ainda um papel. Ela só deixará de o ser quando o povo exigir o seu cumprimento».

EM BUARCOS: NA LUTA COM OS PESCADORES

Em Buarcos, vila piscatória de largas tradições na luta antifascista, realizou-se ontem um comício do nosso Partido a que esteve presente o camarada Dias Lourenço. Presidiu o candidato pelo círculo de Coimbra Mário Carlos Gomes, ladeado por Armando Cardoso Esteves, Mário Rui Dias e Dias Lourenço, também candidatos.

Mário Carlos Gomes, no uso da palavra, referiu-se ao papel dirigente do Partido nas lutas dos bacalhoeiros e salientou que «só um governo de esquerda será capaz de levar à prática uma política de defesa dos interesses dos pescadores».

Falou a seguir Armando Esteves, motorista marítimo, que a propósito das influências de tipo caciquista exercidas por certos mestres reaccionários, disse: «Custa-me a crer que haja pescadores a votar nos partidos desses mestres».

Encerrou a sessão Dias Lourenço, que recordou ter sido preso pela PIDE há 14 anos, precisamente em Buarcos, salientando: «Vivi aqui em Buarcos na clandestinidade e tive ocasião de me aperceber da dura luta dos pescadores». Dirigiu algumas palavras de incentivo à luta dos comunistas e democratas locais no sentido de levarem por diante as árduas tarefas de esclarecimento e mobilização das populações locais, e debruçou-se depois sobre a nova Constituição e a sua importância, assim como cobre o programa eleitoral do PCP.

FESTA POPULAR EM BELÉM

Promovida pelo Sector Intelectual da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP realizou-se ontem no Mercado do Povo uma grandiosa festa popular para a apresentação dos candidatos comunistas pelo círculo à Assembleia da República.

Desta iniciativa, que registou uma entusiástica adesão de muitos milhares de pessoas, militantes, simpatizantes e democratas sem filiação partidária, destacou-se, pelo seu significado político, a presença no comício que se efectuou a meio da tarde do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, cuja intervenção publicamos noutro local.

Apesar da chuva, que caiu especialmente durante a manhã e que obrigou a uma rápida mudança das iniciativas previstas no relvado da torre para as instalações no Mercado do Povo, este convívio de amizade e camaradagem saldou-se numa grandiosa jornada. Muitas bandeiras vermelhas com o símbolo da aliança operária e camponesa, empunhadas com orgulho pelos militantes comunistas, assinalavam a presença de muitos grupos que caminhavam pelas ruas de Belém em direcção ao Mercado do Povo.

A festa infantil, decorreu principalmente durante a manhã. E não faltaram os jogos, as brincadeiras e a pintura colectiva de um mural.

Os trabalhadores agrícolas estiveram também presentes. Um membro da Cooperativa Popular de Produção Agrícola do Concelho de Sintra disse-nos: "Já vendemos duas cargas de couves, alfaces, grelos e pão caseiro. Já foram buscar mais..."

A partir das 15 horas estiveram patentes na Galeria de Exposições vários desenhos de artistas de palmo-e-meio uma colectânia de cartazes do Partido, e ainda dois certames subordinados aos temas: "O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS", que apresentava muitas fotografias de manifestações populares organizadas nas ruas de Lisboa, nomeadamente a grandiosa jornada de luta de 16 de Novembro, e "A VIDA NOS PAISES SOCIALISTAS".

CARLOS PUEBLA NO CANTO LIVRE

Entretanto, iam afluindo ao Mercado do Povo milhares de pessoas. Dentro das galerias estava a ser representada uma peça teatral pelo grup "Os Bonecreiros": "A Sombra de um Franco-Atirador", de Sean O'Casey. Embora o palco improvisado para o efeito não possuisse as condições ideais para a representação da peça, os "Bonecreiros" ofereceram momentos de bom teatro.

Na sala de cinema, que também esteve muito concorrida, foram projectados vários filmes.

A enquadrar todas estas iniciativas não faltaram as barracas dos "comes-e-bebes", muitas bancas com artigos de propaganda do nosso partido e ainda postos e brigadas de militantes que vendiam um saco com duas sandes, dois pastéis, um ovo cozido e um sumo de frutas: "Um almoço por 35$00! Contra o Aumento do Custo de Vida".

Esperada com natural espectativa, a sessão de canto livre, que se iniciou por volta das 16 horas, constituiu um dos momentos mais salientes da grandiosa jornada popular. Na sequência da sua estadia entre Nós (Porto, Coimbra, Portalegre, Cova da Piedade) actuou o cubano Carlos Puebla, um dos mais importantes cantores da Revlução. O autor de "Hasta Siempre", que foi acompanhado pelo seu conjunto "Los Tradicionales", interpretou várias canções de luta, onde sobressaem os temas do internacionalismo e da solidariedade. Instrumentos de intervenção e de combate anti-imperialista e antifascista as canções de puebla são essencialmente um testemunho inigualável da cultura, da música e da poesia revolucionária.

A assistência, que enchia por completo o recinto, aplaudiu com fervor e aclamou Cuba socialista, a ilha da Liberdade. Os camaradas Fernando Tordo, Carlos Mendes, José Jorge Letria, Fernando Farinha, os conjuntos "Outubro" e "Intróito" também participaram no canto livre, que ainda registou a presença dos camaradas Joaquim Pessoa, Mário Castrim e dos "Olípicos", um duo de artistas de circo.

Durante esta jornada não foi esquecido o livro. A Editorial "Avante!" instalou no centro do Mercado do Povo vários *stands* com os últimos lançamentos, designadamente a obra "I Congresso do PC Cubano" (relatório do CC), que contém a intervenção do camarada Fidel Castro.

MOBILIZAÇÃO E CONFIANÇA

Ao fim da tarde, milhares de pessoas comprimiram-se no pavilhão do Mercado do Povo para participar no comício de apresentação dos candidatos do nosso Partido por Lisboa.

Na mesa da presidência sentavam-se os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, Carlos brito, da Comissão Política, Carlos Aboim Inglês, José Magro e Georgette Ferreira do Comité Central. Atrás da mesa, sentavam-se os candidatos do nosso Partido por Lisboa.

Previsto inicialmente para o ar livre, no relvado da Torre de Belém, pois se contava com a grande afluência que veio a verificar-se, o local do comício acabou por ser mudado para o pavilhão coberto, onde era impossível caber uma terça parte da multidão que se aglomerou, durante todo o dia, em Belém. A mudança de local deveu-se ao mau tempo, contrariedade que os comunistas e os amigos do nosso Partido estão habituados a vencer com o fervor militante que caracteriza os comícios do PCP. Mas o pavilhão era realmente pequeno (apesar de vazio parecer enorme) para conter para conter tamanha multidão. Assim, milhares de pessoas tiveram de se limitar a ouvir os oradores pelos altifalantes, segundo o comício do exterior.

Improvisado, o local foi pequeno, mas grande foi, em compensação, o quente entusiasmo que começou ainda antes de a sessão ser aberta, com a calorosa saudação aos candidatos do Partido da Verdade e da Esperança.

Depois de o camarada Pedro Serra ter falado em nome da comissão organizadora da Festa e se ter oferecido aos candidatos comunistas, que são parte integrante do povo trabalhador e, como tal, seus defensores integros e acérrimos, usou da palavra o camarada Carlos Brito que realçou o valor da Constituição democrática, recentemente promulgada.

Sublinhou aquele membro da Comissão Política o papel destacado dos nossos deputados a Constituinte, a sua contribuição unitária para a defesa das conquistas da revolução que agora te em seu apoio a consagração no texto da Lei Fundamental, pela qual se regerá o nosso processo democrático a caminho do socialismo.

Interrompido muitas vezes pela adesão entusiástica às suas palavras, o camarada Carlos Brito fez incidir a atenção dos assistentes na necessidade de defender a Constituição como uma conquista democrática e de levar à Assembleia da República uma maioria de esquerda capaz de fazer cumprir a Lei Fundamental do País, contrariando os propósitos da direita reaccionária, que saiu batida da Constituinte e tudo fará para recuperar, também nesse campo, o terreno perdido.

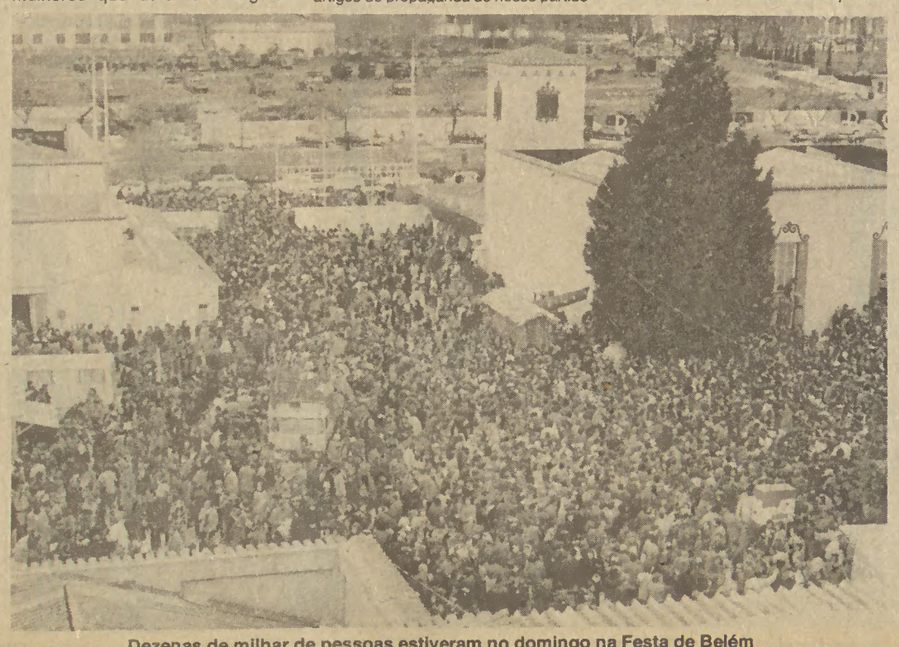
"Não fazemos propostas "demagógicas", acentuou, a dado passo, o camarada Carlos brito ao referir-se aos grandes objectivos que o nosso partido está empenhado em alcançar. Nunca receamos dizer a verdade aos trabalhadores, a todo o povo. A fronteira que os nossos deputados estabeleceram na Constituinte, entre a defesa do processo democrático e as tentativas reaccionárias para o destruir, exige uma grande votação do nosso partido para que uma maioria de esquerda na Assembleia da República possa deter o passo a todos os inimigos da revolução.

Essa fronteira terá de ser defendida com os deputados do povo, no ovo órgão do peder que vai ser eleito em 25 de Abril. É nesse sentido que o nosso partido actua. No sentido de esclarecer as mais amplas massas para essa necessidade.

Por isso, como acentuou o camarada Carlos Brito, levamos a cabo, nos fins de Fevereiro e durante o mês de Março, mais de 300 sessões de esclarecimento na zona de Lisboa e 12 comícios de massas, incluindo o do Campo Pequeno, para comemorar o 55.º aniversário do Partido, e ainda o Festival da Primavera, promovido pela UJC e a UEC.

Esta intensa actividade do Partido e a grande participação que suscitou foi saudada com entusiasmo. Verificou-se uma vez mais a grande confiança que as massas depositam no Partido Comunista Português, na sua grande capacidade de mobilização em deesa dos interesse de todo o povo.

Encerrou o comício de Belém o camarada Álvaro Cunhal. A sua interveção, que publicamos separadamente, teve a sublinhá-la uma atenção sempre participante e o entusiasmo que Partido o esclarecimento seguro e a orientação para avançar com confiança a caminho do socialismo.



Dezenas de milhar de pessoas estiveram no domingo na Festa de Belém

PRESENÇA DAS EDIÇÕES «AVANTE»

Durante esta grandiosa jornada não foi esquecido o livro. «Aprender, Aprender, Aprender sempre», são palavras de Lénine, símbolo de uma exigência fundamental que surge a todos aqueles que vêem no livro e nas brochuras de intervenção, um instrumento indispensável para a construção de um homem novo, de uma sociedade nova, a sociedade sem exploradores nem explorados, a sociedade socialista.

No prosseguimento da sua actividade, as Edições «Avante!», cuja tarefa fundamental é levar a todos os trabalhadores, em todos os pontos país, a voz, a mensagem do processo revolucionário, dos grandes ensinamentos do marxismo-leninismo e da realidade socialista, estiveram presentes na festa organizada pelo sector intelectual do nosso Partido. Ao leitor, amigo ou simpatizante do PCP, ao comunista, empenhado na luta pela defesa das conquistas populares, a todos aqueles que acreditam no futuro, a Editorial «Avante!» levou a sua contribuição, a sua ajuda militante.

Das muitas iniciativas que o colectivo das nossas Edições levou para o mercado do Povo, é de salientar a venda com desconto da obra «La Gran Guerra Patria Russa» (2 volumes), livro fundamental para a compreensão da primeira Revolução Socialista. O número especial comemorativo do 45.º aniversário do «Avante!», (em formato de revista), que surgiu na sequência das grandes campanhas de fundos que os militantes do PCP vêm promovendo por todo o país, foi uma das publicações mais solicitadas nas bancas e vendida por muitos camaradas que percorriam incessantemente o Mercado do Povo. Além de muito material de propaganda (emblemas, auto-colantes, **posters**, etc) e dos discos da autoria dos camaradas Fernando Tordo, Carlos Mendes, Joaquim Pessoa e Ary dos Santos, recentemente editados, estava também amplamente representada a literatura de combate. As obras «1.º Congresso do PC de Cuba» (relatório do CC), do camarada Fidel Castro, «Relatório do Comité Central do PCUS», do camarada Leonid Brejnev, «Para a Crítica da Ideologia Burguesa», de G. Chakhnazarov, a nova colecção «ABC do Marxismo-Leninismo», (uma biblioteca completa, composta por pequenos volumes que contêm os princípios fundamentais da filosofia marxista e do materialismo dialéctico e histórico, abordados numa linguagem acessível e objectiva), «A Crise Político-Militar/Discursos Políticos», do camarada Álvaro Cunhal, «Democracia Socialista», de V. I. Lénine e ainda muitas outras, disputaram o mais vivo interesse por parte dos camaradas que se dirigiram às nossas bancas.

Mais uma jornada de intenso trabalho partidário, mais uma demonstração de energia e empenho militante. A campanha de fundos que os nossos camaradas têm vindo a desenvolver encontrou na participação activa da Editorial «Avante!» mais uma ajuda, mais um impulso. Mas é preciso reforçar o apoio financeiro ao nosso Partido, ao partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses, o grande partido da esquerda.

UNIDADE E REFORÇO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

A política do Partido em algumas intervenções do camarada Álvaro Cunhal

Além da sua intervenção no comício do último domingo, no Mercado do Povo, em Lisboa, que publicamos separadamente, o camarada Álvaro Cunhal interveio ainda noutros comícios e sessões de esclarecimento, nos últimos dias.

Em Espinho, o secretário-geral do PCP afirmou a dado passo do seu discurso:

«Aqui, no distrito de Aveiro, todos conhecemos alguns casos bem característicos, que é o caso de Fermentelos e outros, em que há o poder reaccionário local que atenta contra a lei democrática, contra a ordem democrática, e agora contra a própria Constituição portuguesa. Nós pensamos e temos defendido que para as eleições se considerarem democráticas é necessário que sejam garantidos a todos os cidadãos os direitos e as liberdades fundamentais, que sejam garantidas as liberdades e direitos a t atodos os partidos, incluindo o nosso. E não poderemos naturalmente reconhecer como resultados válidos, como a expressão da vontade do nosso povo, os resultados das eleições em alguns distritos ou em concelhos de muitos distritos, em que as eleições terão lugar em condições que não vão ser muito diferentes daquelas em que tinham lugar as mascaradas eleitorais no tempo de Salazar ou de Caetano. Nós não podemos naturalmente reconhecer esses resultados como resultados válidos.

«Entretanto, na situação que está criada nós continuaremos lutando para que sejam de facto instauradas as liberdades e os direitos fundamentais nessas regiões, mas temos que fazer um grande esforço para, mesmo nestas condições, impedir um resultado favorável à direita reaccionária. E esse resultado desfavorável à direita, para ser conseguido, necessita de um grande esforço de uma grande luta, de uma grande persistência, não só dos comunistas, mas de todos os homens e mulheres que compreendem o perigo fascista e que estão dispostos a unir-se em defesa das liberdades e para a construção de um Portugal democrático. Nunca como hoje foi necessário a unidade de todos os democratas, de todos os antifascistas, de todos os que querem um regime de progresso social no nosso país. E para isso mesmo, nós os comunistas, com a noção da responsabilidade que tem o nosso Partido na vida nacional, afirmamos que estamos dispostos a esquecer agravos, ofensas e calúnias, palavras muito graves que foram proferidas contra o nosso partido. Nós estamos dispostos a esquecer tudo, desde que homens de outras formações, nomeadamente do Partido Socialista, se disponham a unir-se aos comunistas para lutar pelas liberdades, pela consolidação da nossa democracia e das outras conquistas da revolução, pela construção de um Portugal democrática, a caminho do socialismo.»

Em Espinho

UNIDADE ENTRE ANTIFASCISTAS

Na sessão de esclarecimento, promovida pela UEC, no anfiteatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o camarada Álvaro Cunhal, depois de referir que se tem vindo a registar uma adesão muito significativa ao nosso Partido, manifestada igualmente no reforço do movimento popular de massas, salientou a importância decisiva da unidade popular, em defesa da democracia, nomeadamente entre os comunistas e todos os antifascistas interessados na salvaguarda das conquistas revolucionárias. Detendo-se em particular na promulgação do texto constitucional, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou:

«Sem o esforço de aproximação ao nível da constituinte entre os deputados da esquerda, sem a cooperação que se manifestou com alguns deputados socialistas, não teriam ficado no projecto da Constituição os princípios da Reforma Agrária, que já conta com a ocupação de um milhão de hectares, 400 000 já reconhecidos pelas estruturas governamentais, das nacionalizações, da proibição do **lock-out** e das outras conquistas alcançadas pelo nosso povo.

Ao abordar a questão das eleições para a Assembleia da República – mais uma frente de luta onde os comunistas estarão presentes – foram apontadas as duas tarefas mais salientes dos militantes de esquerda: «evitar uma situação antidemocrática, que seria estabelecida, se os partidos da direita reaccionária, PPD, CDS, PDC, PPM, e isto já sem falar dos grupelhos provocadores, neo-nazis, MRPP, AOC e P «C» de P, obtivessem uma maioria eleitoral; Lutar por uma maioria de esquerda na futura Assembleia, o que corresponderá a um Governo de esquerda e ao desenvolvimento de uma política de esquerda».

A ACTUAÇÃO DO PS

Seguiu-se um extenso período de perguntas e respostas, durante o qual o camarada Álvaro Cunhal respondeu, simultaneamente a várias dezenas de questões colocadas pela numerosa assistência.

«Angola e Moçambique são países independentes e soberanos. Os povos desses países têm o direito de definir a sua política interna e externa, de realizar as reformas sociais que entendem. No entanto, ainda há muita gente que não se convenceu disto», afirmou, durante um esclarecimento sobre a orientação do nosso Partido face às ex-colónias. «A beira da independência de Angola, ainda assistimos ao recrutamento de mercenários para combaterem contra o povo angolano e a sua vanguarda revolucionária, o MPLA. As relações com Angola estão hoje gravemente comprometidas. Será preciso um esforço muito grande para que esta situação seja resolvida».

No respeitante à posição e às responsabilidades que cabem ao PS no actual contexto político e social, o camarada Álvaro Cunhal, frisou: «Por parte das cúpulas do Partido Socialista não há uma resposta firme e coerente. Mesmo os próprios eleitores socialistas não sabem qual vai ser a táctica preconizada pelo seu partido após as eleições: uma aliança com as forças da esquerda, incluindo o nosso Partido? Uma aliança com a direita reaccionária PPD-CDS? (o que certamente iria desagradar a um vasto sector dos seus militantes)».

Já no final, o papel determinante da juventude na Revolução constituiu tema para uma breve análise:

«Embora os estudantes universitários sejam oriundos, na sua esmagadora maioria – apenas 4 por cento provêm das classes trabalhadoras – das camadas médias da população, a verdade é que muitos deles se integram e se colocam ao lado do movimento popular, abraçando os ideais revolucionários».

UMA POLÍTICA BEM CLARA

Nas Caldas da Rainha, falando de improviso, o secretário-geral do nosso Partido salientou:

"Nós perguntamos se será uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores, e uma política contrária aos interesses do grande capital, e particularmente do capital monopolista, aquilo que Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, chamou ainda há dois dias, a concertação entre patrões e operários. O que é isto da concertação entre patrões e operários, defendida por Sá Carneiro? Também de certa forma estranha, o secretário-geral do Partido Socialista fala da aliança com os empresários. Que aliança é essa com os empresários? O que é que significa essa cooperação entre os patrões e os operários? Como nós sabemos, numa grande empresa, há um que paga o salário e tira depois o que produz o operário para o seu lucro, e há outro que não tem meios de produção, que é obrigado a trabalhar pelo salário que lhe é imposto. Nós entendemos que ainda há uma grande margem para a iniciativa privada, no nosso país. Mas a defesa dos interesses dos trabalhadores naturalmente que vai contra a defesa dos interesses do grande capital, vai contra a defesa dos grandes agrários. Será uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores aquela política que recentemente foi seguida pelo Governo em resultado daquilo que nós chamamos a hegemonia PS-PPD no Governo? Esses dois partidos têm as pastas ministeriais dos assuntos económicos e são eles que dirigem a política económica e social do VI Governo Provisório. Pois perguntamos: será correspondente às afirmações que esses partidos fazem, aquela política que levou ao congelamento dos salários, ao congelamento e depois adiamento da contratação colectiva e ao aumento dos preços de géneros de primeira necessidade, que nos últimos meses acusaram um aumento de 20 a 30%?

Nós pensamos que não é assim que se defende os interesses dos trabalhadores, que estes actos não correspondem às afirmações desses partidos acerca de uma política de defesa dos interesses das classes trabalhadoras em geral e de luta, como afirmam, contra o grande capital e os grande agrários. Nós, comunistas, temos uma política bem clara. Nós defendemos a elevação dos salários reais, defendemos a diminuição dos preços dos géneros de primeira necessidade, os aumentos dos benefícios sociais, o melhoramento das pensões e das reformas, uma política de habitação que permita terminar com a miséria dos bairros da lata e dos bairros miseráveis e possa assegurar a cada família de trabalhadores um lar com o mínimo de conforto. Nós defendemos uma política social bem conhecida, uma política de defesa efectiva dos interesses dos trabalhadores. É por isso que nós afirmamos, como fazemos na nossa própria Proclamação Eleitoral, que o Partido Comunista é o partido dos trabalhadores. É o partido que, não hoje, mas sempre, defendeu os interesses dos trabalhadores. Hoje até sabemos que, por vezes, para provocarem uma situação de inquietação, de desordem, que possa justificar uma intervenção de força, uma intervenção repressiva das forças da direita, até as forças da direita reaccionária procuram organizar greves. Até o PPD procurou estimular e mesmo escolher formas de luta inconvenientes para a greve dos enfermeiros, pnde tem uma certa influência. Até o CDS, se puder, incita os trabalhadores a formas de luta para depois pedir acção repressiva contra eles. Mas os comunistas, já no tempo do fascismo lutavam em difíceis condições em defesa dos interesses dos trabalhadores e para organizar as greves iam parar muitos anos à cadeia. Para defender os interesses nas fábricas, sujeitavam-se aos interrogatórios e às torturas da PIDE, quando não ao assassinato que vitimou muitos dos nossos camaradas. Não é uma palavra de hoje, não é uma palavra de propaganda nem de demagogia, é a realidade da nossa própria actividade, da nossa própria vida.

O Partido Comunista foi criado, sempre existiu, sempre lutou porque é o Partido da classe operária, porque é o Partido dos trabalhadores.»

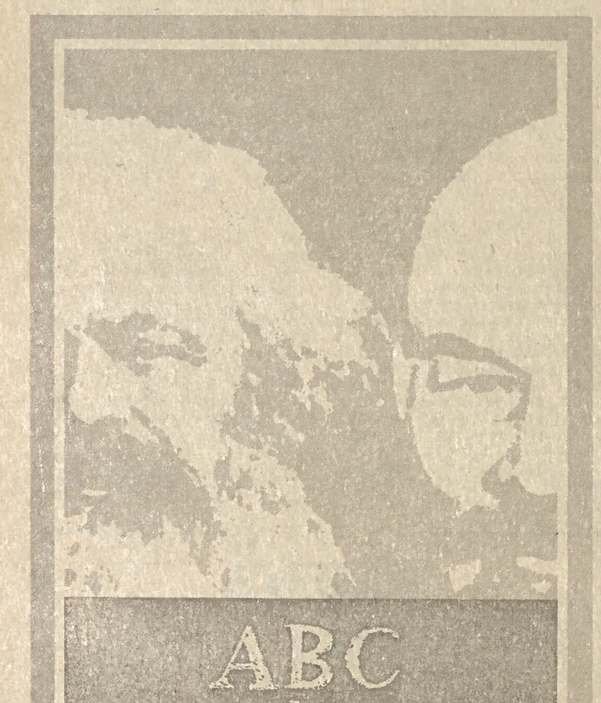
PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

Mais adiante, o camarada Álvaro Cunhal afirmaria:

«Perguntamos se tem alguma coisa que ver com a defesa dos pequenos e médios agricultores a política que se faz em seu nome mas que não altera as realidades numa grande parte do país. Nós perguntamos aos pequenos e médios agricultores: quem é que lhes empresta dinheiro a alto juro? Quem é que muitas vezes, quando as hipotecas dos prédios não são garantidas pelo pagamento do dinheiro, lhes vai executar as terras? Quem é que os condenou a uma tal vida de miséria? Nos anos do fascismo, e até já depois do fascismo, muitos e muitos pequenos e médios agricultores, sobretudo os pequenos agricultores, foram condenados à ruína. Primeiro, ainda que tendo um bocado de terra, tiveram que começar a emigrar para outras zonas do país, seja para as ceifas, seja para as mondas, voltando depois à sua terra com algum dinheiro conseguido com um salário bastante baixo, à custa de estarem a comer papas com feijão durante meses inteiros. Naturalmente que nestas zonas, (e aqui nesta zona há muitos pequenos agricultores) reflectindo um pouco, vêem que o seu inimigo não são os trabalhadores rurais, os seus inimigos não são os comunistas, o seu inimigo é o grande capitalista que lhes empresta dinheiro em más condições, é aquele que lhes recusa o crédito, é aquele que monopoliza o mercado, é o grande intermediário especulador que lhes paga um preço miserável para depois conseguir ir pôr no mercado a mesma mercadoria por um preço tão alto que o consumidor, em virtude dos seus fracos rendimentos, já não pode pagar. Esses é que são os inimigos do pequeno e médio agricultor. E os partidos que representam esses grandes interesses, esses é que são os inimigos do pequeno e médio agricultor. O que é que eles fizeram ou fazem para defesa dos interesses do pequeno e médio agricultor? E eu aqui pergunto: nesta região, o que é que podem dizer os pequenos produtores de vinho em relação aos grandes produtores de vinho, em relação aos grandes capitalistas? O que é que fizeram em relação à criação duma adega cooperativa, tão necessária aqui na região, para os pequenos e médios agricultores? Nós pensamos que a própria vida mostra que esses partidos reaccionários, muito longe de defender os interesses dos pequenos e médios agricultores, condenam os pequenos agricultores à ruína, proletarizam os pequenos agricultores, levam muitos a buscar na construção civil e noutras formas de actividade, nas cidades, o trabalho que já não conseguem nas suas próprias terras, já tão pequenas e tão pobres que não asseguram a sua subsistência e às suas famílias. A nossa política em relação à Reforma Agrária e em relação aos pequenos e médios agricultores é clara e traduz-se em actos. Nós pensamos que a Reforma Agrária é uma grande realização dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores do Sul, de toda a região alentejana e ribatejana onde ela tem lugar. Esses trabalhadores conseguiram grandes extensões de terra que antes estavam desprezadas, que antes serviam de coutadas, onde os grandes senhores iam das cidades, caçar as lebres a cavalo, mas que não eram aproveitadas para dar pão, porque o nosso país importava anualmente um milhão de contos de trigo. Pois os trabalhadores alentejanos e ribatejanos, apesar das dificuldades, da falta de créditos, do roubo das máquinas e do roubo de gados que fizeram os grandes agrários no último momento, apesar disso, estão transformando em quase um milhão de hectares a agricultura portuguesa, aumentam a extensão das culturas, cultivam áreas incomparavelmente maiores de trigo, de aveia. Aumentou o efectivo pecuário, liquidou-se o desemprego nessas zonas e estão transformando uma agricultura atrasada, miserável, caracterizada pelo desemprego e pela emigração dos trabalhadores, numa agricultura que começa a ser florescente e que pôde assegurar já este ano tanta produção de trigo que Portugal não terá necessidade de o importar. Quando se fazem acusações à Reforma Agrária e se diz que a Reforma Agrária foi um roubo de terras, pergunta-se: um roubo de terras de quem e a quem? Quem é que roubou as terras? São esses quinhentos proprietários maiores do nosso país, que à sua conta tinham mais terra do que quinhentos mil mais pequenos, que tinham extensões que para um pequeno e médio agricultor desta região é inconcebível? Alguém pode compreender que haja uma propriedade com 1 km de largo e 100 km de comprido? Pois existem no nosso país, ou melhor, existiam.

Alguém pode compreender que exista uma propriedade com tanta terra que corresponda a 10 000 campos de futebol, mais do que isso, a 20 000 campos de futebol? E eu digo isto para simplificar, para se ver duma maneira física o que são as extensões dos grandes latifúndios. Certamente se, aos pequenos e médios agricultores, se dissesse: as extensões de terra que foram expropriadas, as extensões de terra onde há já uma nova agricultura nas zonas da Reforma Agrária eram aquelas extensões de terra que correspondem a três mil, quatro mil, dez mil, vinte mil campos de futebol para um só proprietário. Isto para dizer que os pequenos e médios agricultores não foram atingidos pela Reforma Agrária. Muitos estão integrados no próprio processo da Reforma Agrária. E se acaso há algum erro, se acaso nas expropriações foi atingido o interesse dum ou outro pequeno ou médio agricultor, os trabalhadores estão dispostos a rectificar e estão dispostos a reconsiderar esses casos. Em relação ao Norte e em relação ao Centro nós também pensamos que será um dia necessária uma reforma agrária, mas uma reforma agrária diferente. Aí também certamente que há muito grandes proprietários, e grandes proprietários de pequenos bocados de terra. Mas o essencial nessas zonas é assegurar a solução dos problemas imediatos que tocam os pequenos e médios agricultores: a questão do crédito, a questão da garantia do preço do produto agrícola antes da colheita, a garantia do escoamento do produto, a garantia de que não haja grandes intermediários (que pagam um preço miserável e não compensador ao produtor quando depois, como já disse, vão vendê-lo por preço incomportável para o consumidor), a garantia do aligeiramento dos circuitos comerciais, a garantia de armazenamento quando há dificuldades de armazenagem de produtos, (que é o caso do vinho nesta região, em que nem o vendem nem sabem onde o devem guardar), a garantia do mercado não apenas interno mas do mercado externo. Há muitas e muitas medidas a tomar e que se podem e devem tomar imediatamente. Mas que fazem aqueles que dizem que são os grandes defensores dos pequenos e médios agricultores e até afirmam ser os seus representantes? Vão para o Ministério,como é o Ministério do Comércio Interno, e vemos aí o PPD Magalhães Mota conduzir uma tal política que se levantam os pequenos e médios agricultores contra ele em Vagos e noutras regiões, porque a sua política atinge efectivamente os interesses dos pequenos e médios agricultores. Por isso nós, os comunistas, com toda a razão afirmamos que somos ao mesmo tempo o Partido da Reforma Agrária e o Partido dos pequenos e médios agricultores porque a nossa política favorável à Reforma Agrária em nada contradiz a nossa política de defesa dos pequenos e médios agricultores.»

Na Faculdade de Letras, em Lisboa, a sessão do PCP teve uma assitência numerosa e participante



DESENVOLVIMENTO DO HOMEM E DA SOCIEDADE

Da comunidade primitiva ao fim do feudalismo

Código: 23.02 edições Avante! Preço: 10$00

O trabalho do homem, a espécie e o modo do seu trabalho, ou seja, o modo de produção é decisivo para a vida social e para o seu desenvolvimento.

É precisamente ao estudo dos modos de produção da sociedade primitiva, da sociedade escravista e da sociedade medieval que se procede neste caderno, de uma forma simples mas rigorosa.

ÁLVARO CUNHAL NA MARGEM SUL

«Uma vez que em grande parte do território nacional não existem condições de democracia, como é o caso dos Açores, da Madeira, de tantos concelhos e distritos do norte e centro do país, incluindo o de Lisboa – pois ainda não conseguimos reabrir o Centro de Trabalho em Olhalvo – os partidos reaccionários de direita, o PPD, o CDS, o PPM, o PDC, têm possibilidades reais de falsificar os resultados e fazer aquelas chapeladas que fazia a ANP no tempo de Salazar e Caetano», afirmou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, durante uma sessão de esclarecimento efectuada, na semana passada, na «Mundet», e em que participaram alguns milhares de operários e operárias da referida empresa e de outras fábricas da zona do Seixal.

O camarada Álvaro Cunhal, que foi recebido na «Mundet» por membros da Comissão Administrativa, da Comissão de Trabalhadores, da Câmara Municipal do Seixal, da Comissão Unitária de Mulheres e das Comissões de Freguesia e Concelhia do PCP, visitou as instalações da fábrica e contactou com os trabalhadores, num ambiente de entusiasmo e alegria.

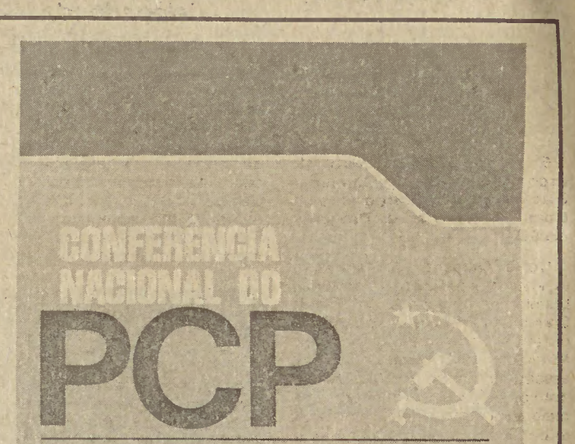
Na sequência da sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal, referindo-se à situação nesta empresa transformadora de cortiça, sublinhou:

«A **Mundet** é um exemplo bem vivo de como os trabalhadores têm conseguido defender a sua participação na vida e desenvolvimento das empresas. É um grande exemplo para toda a classe operária. Dizem os capitalistas que os trabalhadores não têm condições para dirigir os seus destinos, mas nós vemos aqui mesmo, que as classes trabalhadoras, quando tomam consciência das suas reais possibilidades, estão prontas a dirigir as empresas, para não dizermos que estão prontas a dirigir o nosso país».

Na Mundet, a mesa que presidiu à sessão do PCP

NA CUF

O camarada Álvaro Cunhal visitou também algumas secções da Companhia União Fabril e almoçou com os trabalhadores no refeitório 3 desta empresa. Numa breve mas significativa intervenção que proferiu para os operários, afirmou, nomeadamente: «**A unidade da classe operária e das massas trabalhadoras é o garante fundamental para a vitória nas batalhas das nacionalizações, do controlo operário e da Reforma Agrária, que também são as batalhas da liberdade».**



CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

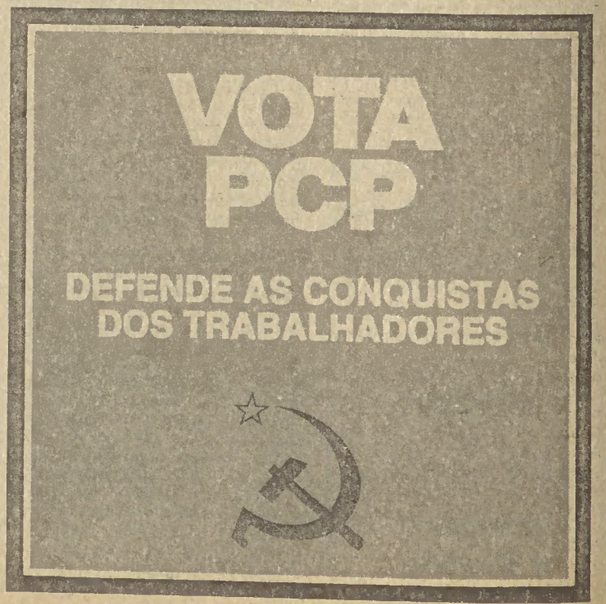
Código: 02.04

Preço: 30$00

Os textos da Conferência Nacional do PCP são um importante material de estudo e de acção para os trabalhadores portugueses.

Neles está a base e o desenvolvimento de um Programa pelas liberdades e pela democracia, pelos interesses dos trabalhadores, por uma nova economia rumo ao socialismo, pela Reforma Agrária e pelos interesses dos pequenos e médios agricultores, pela democratização da instrução e da cultura, pela independência nacional.

Um programa ao serviço do povo e do país, o Programa Eleitoral e do Partido Comunista Português.



CONDICIONAMENTOS A UM VOTO LIVRE E CONSCIENTE

CANDIDATO ASSASSINADO EM VILA REAL

1. A morte de um candidato a deputado por Vila Real, o padre Maximino de Sousa, e de uma jovem de 19 anos, vítimas de um repugnante atentado à bomba ocorrido em Santa Marta de Perseguição, não pode deixar de constituir motivo de justa indignação por parte de todos os democratas e antifascistas e vem confirmar que, como o PCP tem insistentemente acentuado, o combate às actividades terroristas e a defesa da ordem democrática estão mais do que nunca na ordem do dia.

2. A agressão na Várzea do Douro a um candidato do PCP em que participou um ex-agente da PIDE/DGS, os incidentes ocorridos na Madeira aquando da recente deslocação do Dr. Mário Soares e agora este crime vergonhoso, são indícios muito sérios de que a re quer acelerar a escalada da violência e do terror durante a campanha eleitoral por forma a impedir em largas zonas do país que o povo português exerça os seus direitos democráticos e possa decidir livremente dos destinos do país.

3. O terrorismo é hoje a expressão mais esclarecedora dos métodos e propósitos da direita e da reacção. O terrorismo mostra bem o futuro que a direita reservaria ao nosso povo no caso de conseguir liquidar a situação democrática. Os factos continuam a demonstrar que, como o PCP sempre alertou, a escandalosa impunidade de que gozam os fascistas, resultante de uma inquietante passividade das autoridades, estimula e torna mais audaciosas as actividades terroristas. É efectivamente significativo que apesar de já se terem verificado mais de três centenas de atentados, que apesar de muitos dos agitadores e provocadores reaccionários terem sido oportunamente identificados, não se tenha conhecimento de que algum deles continue detido, tenha sido julgado ou condenado.

Bem pelo contrário pode citar-se, entre muitos outros, o próprio facto registado há alguns dias na localidade onde ocorreu o atentado — Santa Marta de Penaguião — em que apesar de terem sido encontradas dezenas de metralhadoras e munições no sótão do Grémio da Lavoura, cuja comissão liquidatária é dominada pelo CDS e pelo PPD, o caso foi prontamente abafado pelo Presidente da Câmara, do PPD.

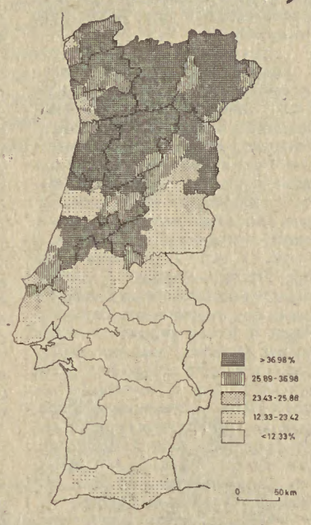
4. O PCP reclama energicamente que sejam finalmente tomadas medidas para desarticular as organizações terroristas, punir severamente os agentes da e da violência, desmascarar os apoios políticos e materiais que recebem.

O PCP declara uma vez mais que, a não ser garantido um clima de tranquilidade e de liberdade nas zonas do país onde a reacção e o terrorismo campeiam livre e impunemente, a dignidade e a seriedade das eleições aí realizadas ficarão seriamente comprometidas.

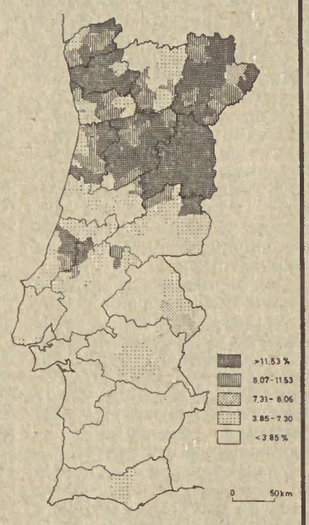
O PCP exprime a sua inabalável confiança em que os trabalhadores e as massas populares não se deixarão intimidar pela violência fascista e, apesar das condições desfavoráveis, infligirão nas próximas eleições uma pesada derrota à direita, criando as condições para que uma maioria de esquerda e um governo de esquerda ponham termo ao terrorismo, defendam as liberdades e assegurem ao povo português a tranquilidade e a segurança a que este vivamente aspira.

Terrorismo, PPD e CDS

Actos terroristas verificados em Portugal continental



Distritos em que o PPD obteve melhores resultados nas eleições de 1975



Distritos em que o CDS obteve melhores resultados nas eleições de 1975

A CAMPANHA PROVOCATÓRIA DOS GRUPELHOS FANTOCHES

1. Os primeiros programas de propaganda eleitoral na rádio, realizados por grupelhos reaccionários e provocatórios como a AOC, o PCP (m-l) e o MRPP, vieram, pura e simplesmente, confirmar o papel que antecipadamente se sabia estar-lhes atribuído nesta campanha eleitoral: exacerbar até aos limites da cegueira e do ódio o anticomunismo mais primário e repelente, deformar a actividade e as posições do PCP com base nas mentiras, calúnias e invenções mais grosseiras, apoiar directamente o PPD, o CDS e o PDC.

2. As afirmações feitas nessas emissões radiofónicas e, certamente, em breve na RTP, por estes grupelhos pagos pela reacção e o imperialismo, são uma ofensa ao povo português, são um atentado à dignidade das eleições, são uma provocação dirigida contra a ordem democrática e a situação democrática.

Estes grupelhos dão-se à audácia de usar, no Portugal Democrático de hoje, a linguagem da PIDE e do fascismo. Não são as liberdades conquistadas pelo povo português em 25 de Abril que usam e exercem. Utilizam sim, uma liberdade que mesmo sob a ditadura de Salazar e Caetano sempre existiu: a liberdade de caluniar os comunistas, a liberdade de mentir ao povo português, a liberdade de elogiar os reaccionários.

3. A actividade e comportamento destes grupelhos fantoches está longe de ser um problema que diga respeito apenas ao PCP, já que neste aspecto o povo trabalhador, ao mesmo tempo que amplia a sua confiança no PCP, não deixará de votar ao desprezo estes agentes da reacção, como inúmeras atitudes de protesto e indignação o estão a demonstrar.

Interessa sim também a todos os democratas e antifascistas que desejam ver assegurada a dignidade e a seriedade da campanha eleitoral, interessa aos órgãos de poder, responsáveis por defender a ordem democrática, e que, por isso mesmo, devem vigiar para que nos órgãos de informação não se ressuscite a linguagem e os métodos da propaganda do fascismo.

4. Estes agrupamentos fantoches não apresentam ao povo português nenhum programa, nenhumas propostas que tenham sequer um pouco que ver com os reais problemas do País. Limitam-se a aproveitar a campanha eleitoral para caluniar destacadas figuras do Conselho da Revolução, para incitar à repressão e à perseguição política contra os comunistas visando a sua exclusão da vida nacional, para declarar que o ELP não existe, para injuriar dirigentes de Governos de países amigos da revolução portuguesa.

Combatem e ofendem assim de uma forma frontal as concepções de vida democrática consagradas na Constituição, agora promulgada, e à qual todas as forças políticas devem respeito.

5. Estas actividades cabem directamente sob a alçada do recente Decreto-Lei do Conselho da Revolução que visa justamente punir a propaganda eleitoral que, nomeadamente, possa constituir crime de difamação ou injúria, ofensa às instituições democráticas e seus legítimos representantes e incitamento ao ódio.

O PCP considera que, sob pena de grave quebra da autoridade de quem as promulga, as disposições legais que visam defender a estabilidade democrática e a dignidade do acto eleitoral não podem ficar letra morta ou constituir apenas enunciado de boas intenções.

Nesse sentido, é legítimo esperar e exigir que as entidades a quem a lei para tanto confere poderes — administrações das estações de rádio e TV, autoridades civis e militares, Comissão Nacional de Eleições — se pronunciem urgentemente sobre a torpe campanha de propaganda da AOC, PCP (m-l) e MRPP, propondo e tomando as medidas adequadas, de acordo com a lei.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

A REACÇÃO AO ATAQUE NO DISTRITO DE BRAGANÇA

A Comissão Distrital de Bragança do PCP sugere o envio de um delegado da CNE ao distrito para verificar a acção ilegal dos reaccionários. Firmemente determinados a enfrentar os fascistas, os camaradas de Bragança denunciam factos inadmissíveis num país que constrói a democracia.

É o seguinte o texto da exposição enviada à Comissão Nacional de Eleições pela Comissão Distrital de Bragança do PCP.

No seguimento do telegrama enviado por esta Comissão Distrital de Bragança do Partido Comunista Português, aquando da recente onda de violência em Mirandela, que culminou com o assalto ao Centro de Trabalho, no distrito, do PCP, vimos por este meio expor mais detalhadamente situação antidemocrática existente no distrito.

1. **Bragança** — Assalto em Agosto de 1975 ao Centro de Trabalho do PCP, nesta cidade, em pleno dia, efectuado por arruaceiros cuja identificação está na posse das autoridades locais. De notar que, tendo sido apresentado oportunamente queixa na PSP contra os assaltantes, queixa essa que transitou para o tribunal, não foi o PCP até à data notificado para qualquer efeito judicial ou outro, nem sobre o andamento da nossa queixa. As nossas instalações estão ocupadas por indivíduos retornados.

Alfândega da Fé — Assalto em Novembro de 1975 ao Centro de Trabalho do PCP em Alfândega da Fé efectuado por arruaceiros fascistas. Foi na devida altura apresentada queixa relativa ao assalto às nossas instalações e, posteriormente, sequestro de militantes do PCP. O Centro de Trabalho encontra-se ocupado por indivíduos retornados.

Macedo de Cavaleiros — Ocupação efectuada por alguns retornados e conhecidos fascistas desta vila em Novembro de 1975. Tal como nos outros casos foi apresentada queixa às autoridades, e também tal como nos outros casos as autoridades não desalojaram os ocupantes das nossas instalações, como de resto a lei determina.

diário" em serviço de reportagem neste distrito. Deste facto foi apresentada queixa na PSP local.

Na noite de 18 para 19 de Março, e após uma reunião sindical, dirigentes do Sindicato dos Estucadores, Trolhas e Pintores do Distrito do Porto foram insultados e

Mirandela — Assalto e posterior ocupação da totalidade do Centro de Trabalho, efectuado em Fevereiro de 1976. Queixa apresentada às autoridades sem que, até à data, estas tenham diligenciado no sentido da desocupação das nossas instalações. De referir que a anteceder o assalto ao Centro de Trabalho desta vila, verificou-se o assalto e expulsão de operários em regime legalizado de autogestão da tipografia Coopgent, ex-Além Douro. Este assalto foi comandado pelo ex-patrão da tipografia que, juntamente com um grupo de bandoleiros fascistas, teve acção preponderante no assalto às nossas instalações. Apesar do parecer favorável do Ministério do Trabalho, apesar do sr. Governador Civil do distrito estar ao corrente da situação dos operários, nada foi feito no sentido de garantir o trabalho aos operários desempregados.

2. A violência fascista não se manifesta só contra as instalações e militantes do PCP: assim, outros democratas são perseguidos, insultados e agredidos, vendo-se inclusive na necessidade de abandonar o distrito. Exemplifique-se brevemente:

Bragança — Laurinda Ferreira, jovem militante do PCP foi rodeada no Centro da cidade, cerca das 22 e 30, por um grupo de arruaceiros que a revistaram à procura de propaganda do PCP. Este facto foi presenciado por um jornalista de "o agredidos por um bando de conhecidos caceteiros chefiados por Armando Cristóvão, dirigente local do CDS e grande industrial da construção civil desta cidade. Alertadas as autoridades, estas limitaram-se a cumprir uma das exigências dos agressores: no prazo de 15 minutos teriam os sindicalistas que abandonar a cidade. De referir que um dirigente sindical do Sindicato da Construção Civil deste distrito foi barbaramente agredido, tendo que receber tratamento hospitalar. Sobre estes factos deu o Sindicato dos Estucadores, Trolhas e Pintores do Distrito do Porto uma conferência de Imprensa.

Como quase se torna desnecessário sublinhar, nenhum dos agressores foi preso.

Alfândega da Fé — Invasão de estabelecimento comercial do democrata afecto ao MDP/CDE e ex-presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, nomeado após o 25 de Abril, Carlos Araújo.

Espancamento de militantes do PCP e outras testemunhas, quando iam depor no tribunal de Alfândega da Fé sobre o assalto ao C. T. do PCP, nesta vila. Não foram as testemunhas ouvidas até ao fim, pelo que se registou um caso de obstrução à justiça. O sr. delegado do procurador da República limitou-se a transferir a continuação da audição das testemunhas para Moncorvo, não tomando (nem a GNR local) qualquer tipo de atitude contra os arruaceiros.

Mirandela — Espancamento de um militante do PCP, na rua central da vila, de dia, causando os agressores graves danos físicos no militante em questão, a ponto de necessitar de hospitalização durante alguns dias, sendo tratado no hospital desta vila a soro. Queixa apresentada na PSP local.

Tentativas (duas vezes) de "sanear" um militante do PCP funcionário do Grémio da Lavoura há 18 anos, por parte de arruaceiros fascistas. Este camarada encontra-se, de momento, sem ter assegurado o seu legítimo direito ao trabalho. Desta situação foi dado conhecimento ao Ministério do Trabalho, Governador Civil e PSP local. Não houve, até à data, por parte das autoridades referidas, nenhuma acção concreta no sentido de alertar esta situação, ou seja, garantir o posto de trabalho ao funcionário do Grémio da Lavoura.

3. Pensamos ser de referir, que não tendo, neste momento, Centros de Trabalho abertos neste distrito (o que como é evidente nos cria enormes dificuldades de propaganda e demais actividades eleitorais) não estamos a encontrar por parte das autoridades deste distrito a justa compreensão que este problema merece, quer cedendo-nos listas de casas devolutas, quer desocupando as nossas instalações, no que, aliás, estariam pura e simplesmente a cumprir a lei. Em relação à questão de telefones para a campanha eleitoral que a lei eleitoral nos faculta, tendo sido por nós requisitado um telefone dia 16 de Março, não foi nenhum aparelho colocado até à data, respondendo-nos os CTT de Bragança com evasivas. Chamamos pois a atenção da CNE para este desrespeito à Lei Eleitoral por parte dos CTT de Bragança no sentido de o obrigar a cumprir a lei.

4. Dado que de facto os acontecimentos neste distrito se sucedem diariamente e são dificilmente críveis depois do 25 de Abril de 1974 — dado que vivemos numa situação perfeitamente antidemocrática e não compatível com as liberdades fundamentais necessárias para o normal e democrático decorrer da campanha eleitoral, sugerimos à CNE que envie um delegado a este distrito, para local e pessoalmente, comprovar a situação antidemocrática atrás referida. Reclamamos pois que nos sejam criadas condições mínimas de trabalho eleitoral; que nos sejam devolvidas as nossas instalações; que seja rapidamente resolvido o problema do telefone atrás referido; que sejam tomadas medidas policiais contra os bandos do ELP/MDLP pondo cobro à sua impunidade e liberdade de acção".

A DORN DENUNCIA BANDOS FASCISTAS

A violência terrorista que jamais deixou de ameaçar o processo revolucionário português, tem vindo a intensificar-se de forma alarmante. As liberdades democráticas que, em vastas regiões do país, não foram completamente restabelecidas com o 25 de Abril, são cada vez mais cerceadas por acção dos reaccionários sustentados por um clima de terror, digno das mais negras tradições do regime fascista, e estimulados pela escandalosa impunidade de que têm usufruído. A negação da liberdade autêntica está na variedade de atentados, assaltos, intimidações, atitudes provocatórias com que, de rosto descoberto e nomes desvendados, actuam os fascistas no nosso país.

NOMES E FACTOS

Efectivamente, a reacção não somente age cada vez com maior ousadia, sem que as autoridades responsáveis lhe estorvam o caminho —, apesar de se conhecer sobejamente as identidades de muitos terroristas, como ainda tem sido generosaente alimentada de "quadros" graças à clemência manifestada relativamente aos criminosos da PIDE-DGS. Como se explica que, desde Dezembro, tenham sido postos em liberdade mais de meio milhar de agentes da PIDE-DGS: 2 directores de serviços, 3 inspectores-ajudantes, 6 inspectores, 3 sub-inspectores, mais de 60 chefes de brigada, 241 agentes de 1.ª, 483 agentes de 2.ª e 306 informadores, guardas prisionais, etc.?

Num comunicado da Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido, diz-se: "A benevolência para com indivíduos que reprimiram pelos métodos mais brutais os anseios de liberdade do nosso Povo, de modo algum favorece a consolidação da democracia. Tais medidas de clemência, por um lado dão ânimo a todo o tipo de actividades contra-revolucionárias, por outro contribuem para engrossar os efectivos da contra-revolução com profissionais da provocação e do crime. "E mais adiante: "A complacência perante os criminosos fascistas, as ilusões de que as suas actividades podem ser evitadas com princípios abstractos de tolerância, tem sido paga por um preço muito elevado na história dos povos. A própria revolução portuguesa nos dá disso mesmo uma serie de provas."

Estas provas vão continuando a acumular-se, nomeadamente a norte do país, perante a majestática indiferença de quem devia assegurar a ordem e as liberdades democráticas. Num comunicado da DORN são denunciados mais actos atentatórios da verdade e dignidade das eleições:

No dia 20 de Março, o militante do nosso Partido José Guedes, residente em Vila Nova de Gaia, barbeiro de profissão, foi agredido selvaticamente por um indivíduo conhecido por "Albino", morador numa ilha da Rua Visconde dos Devezas (próximo da estação). Como o nosso camarada se defendesse, três familiares dese "Albino" moveram-lhe uma perseguição e furiosos por o não encontrarem, partiram um vidro da porta da barbearia. É a terceira vez que o nosso camarada José Guedes é agredido por provocadores e apesar das queixas às autoridades, os seus agressores continuam impunes. Na noite de 27 para 28 de Março, um grupo de camaradas que colava cartazes foi insultado e agredido por um grupo de indivíduos, entre os quais o filho do Eng. Cardoso, de Vila Fria-Pombeiro, candidato do CDS.

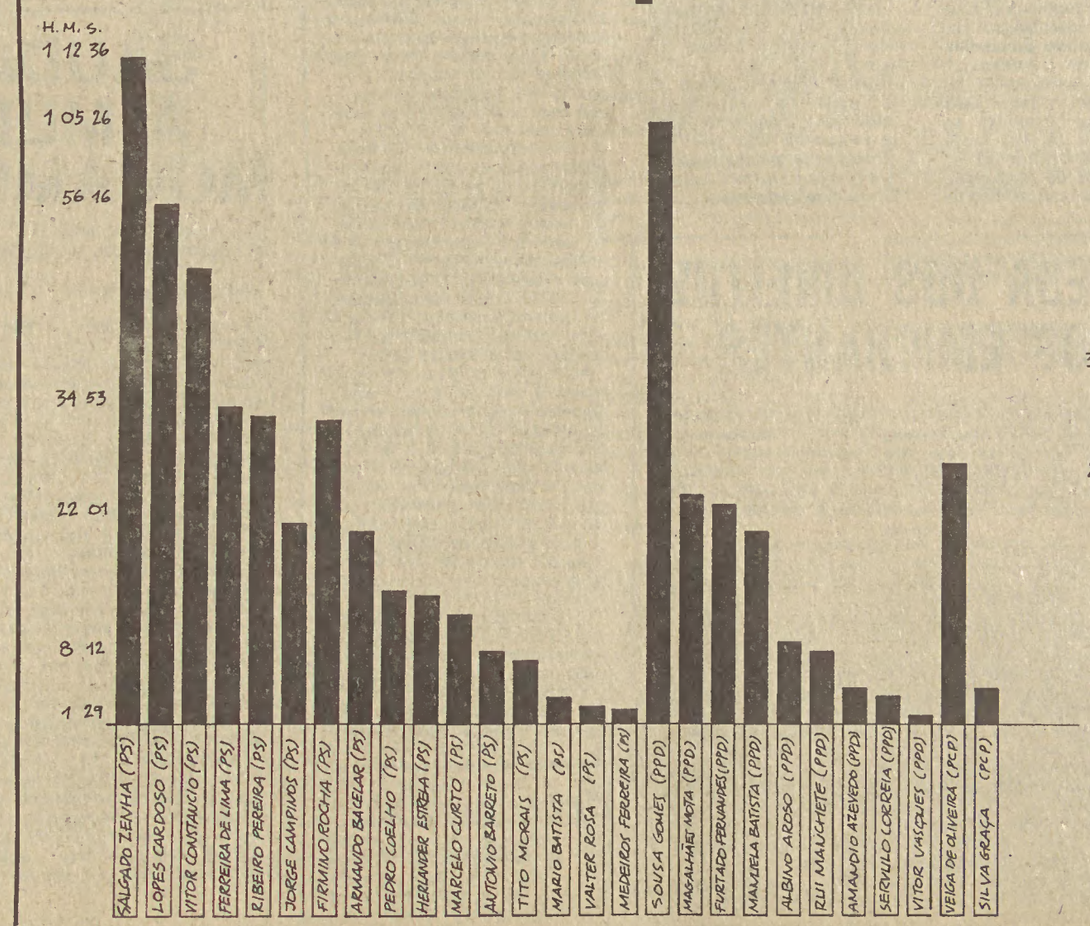
Na mesma noite, no Torrão, uma sessão de esclarecimento em que participava o candidato independente do nosso partido pelo distrito do Porto João Silva, foi perturbada por um grupo que se transportava numa camionete com a matrícula NN-42-54, conduzida por Elias Monteiro, residente na Várzea do Douro. Como não conseguiram boicotar a sessão, os provocadores aguardaram três carros de camaradas que regressavam depois de ter ido levar a Entre-Rios um dos esclarecedores, apedrejaram-nos e tentaram atingi-los com uma corrente e outros objectos. Contactada a GNR, um guarda foi num dos carros ao local dos incidentes. Na Várzea encontraram uma carrinha "Peugot 204" verde, NR-19-35, de Joaquim Ferreira, atravessada na estrada e vários indivíduos. Estes tentaram arrancar os nossos camaradas dos carros, espancaram a camarada que tirava a matrícula da carrinha e agrediram o candidato independente João Silva, o praça da GNR e estilhaçaram os pára-brisas e vidros de dois carros, tendo o camarada Fernando Ferreira ficado ferido na boca. Depois dos espancamentos "aconselharam" os nossos camaradas a retirar-se, se não "seriam mortos".

Participaram na cena de espancamento os provocadores: Agostinho Vieira Couto, presidente da Junta de Freguesia de Várzea, sogro do irmão do dono da carrinha; José da Silva Barbosa, sogro do tal Elias, e dono de um "Peugot 504" metalizado que tinha procurado, também perturbar a sessão de esclarecimento; um estudante de Marco, filho do sr. Aparício, dono de várias pedreiras e que como os outros ostentava o emblema do PPD e ainda Joaquim de Azevedo Soares, ex-agente da PIDE-DGS.

A DORN do nosso Partido, após ter chamado a atenção para a gravidade destes actos terroristas, "apela para um amplo movimento de protesto, de repúdio e de solidariedade que exija o severo castigo dos seus autores, única forma de travar o paso às violências, às provocações e ao ambiente que está já a desenhar-se."

A RTP e o «pluralismo»

Um estudo efectuado no período que antecedeu a campanha eleitoral (meses de Janeiro, Fevereiro e Março) sobre o Telejornal da Televisão e o programa «Momento Político» revela-se particularmente esclarecedor sobre o apregoado «pluralismo». Os gráficos falam por si. A RTP também.



EM 31 ANOS O POVO HÚNGARO CONSTRUÍU UMA NOVA SOCIEDADE

A 4 de Abril de 1945 – desde então o dia da Festa Nacional do Povo Húngaro – as tropas nazis são definitivamente expulsas do país. A evocação desta data serve-nos de pretexto para lembrar a caminhada de uma nação que no rumo do socialismo constrói a felicidade, o progresso e a paz

Desde 1945, data em que o povo húngaro se libertou do invasor nazi expulso com a ajuda decisiva do Exército Soviético, decorreram trinta e um anos cujo balanço permite analisar as grandes conquistas alcançadas em todos os domínios da vida nacional.

Em Abril de 1945, a Hungria era um país devastado pela guerra, aldeias e cidades destruídas, um povo ferido na sua juventude: numa população de nove milhões de habitantes, meio milhão havia perecido; os prejuízos materiais calculavam-se em 5 biliões de dólares; cerca de 40% da riqueza nacional tinha sido destruída, estavam perdidos metade do equipamento industrial e agrícola e quase a totalidade do gado. Os comunistas reanimaram a esperança do povo, deram-lhe forças para o combate da reconstrução em novos moldes que visava o fim da exploração do homem pelo homem. A partilha das terras, a nacionalização das minas, das fábricas, da Banca, a industrialização do país, numa palavra a criação da base material do socialismo, marcam etapas na via do progresso construído na Hungria no decurso dos últimos trinta anos. Graças a este progresso o povo húngaro dedica hoje todas as suas potencialidades à edificação da sociedade socialista desenvolvida.

Antes da guerra, o regime da propriedade privada dividia o país em classes antagónicas: de um lado uma minoria fabulosamente rica, os exploradores, do outro, o povo trabalhador vivendo na miséria. As profundas modificações na estrutura social e nas relações de propriedade, o facto de as condições da produção socialista serem dominantes no conjunto da economia nacional, criaram uma sociedade em que a classe dos capitalistas e dos latifundiários desapareceu, uma sociedade constituída unicamente por camadas trabalhadoras cuja identidade de interesses é a base da unidade popular e nacional em pleno desenvolvimento.

A TRANSFORMAÇÃO RADICAL DA SOCIEDADE

A classe operária, força dirigente da sociedade, vanguarda da luta pela edificação do socialismo, pela criação da unidade popular e nacional e da sociedade sem classes, no passado uma classe reduzida em número e explorada social e economicamente, é hoje a mais numerosa do país contando com três milhões de membros. No conjunto da população activa, 58% são operários. O papel dirigente da classe operária húngara manifesta-se sobretudo na política do Partido Socialista Operário Húngaro. O poder operário significa que os trabalhadores manuais estão representados, proporcionalmente, nos órgãos de direcção do Estado, do Partido e da sociedade. Desde a conquista do poder, mais de trezentos mil operários ocuparam postos de direcção. Hoje, a percentagem de operários representantes nos órgãos dirigentes é de 61% no Comité Central do PSOH, 72% no Conselho Nacional dos Sindicatos e perto de 50% na Assembleia Nacional.

O fundamento político essencial do Estado Socialista é a aliança entre a classe operária e o campesinato, as duas classes fundamentais da sociedade. Ainda que tenha diminuido, em virtude do desenvolvimento tecnológico (decresceu 30% nos últimos dez anos), o campesinato é a segunda grande classe da sociedade. A colectivização, a formação de cooperativas, os progressos da ciência adaptados à agricultura, a industrialização da produção agrícola, aproximam cada vez mais o campesinato e a classe operária, as suas condições de vida e exigências materiais e culturais.

O número de intelectuais aumentou consideravelmente na Hungria, totalizando, hoje, mais de um milhão. A composição social desta classe alterou-se e o seu papel na edificação do socialismo é crescente. Os intelectuais húngaros saem das fileiras da classe operária e do campesinato. Também no plano da formação profissional se registaram alterações: as ciências naturais e técnicas predominam sobre as ciências humanas, que prevaleciam no passado.

Apenas 3% da população são ainda pequenos produtores, artesãos, pequenos comerciantes e outros representantes do sector privado. Os pequenos produtores estão integrados na sociedade de trabalhadores, exercem uma actividade útil à comunidade e o seu trabalho contribui para a satisfação das necessidades sociais.

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A taxa de crescimento económico da sociedade húngara, nos últimos trinta anos, foi superior à média mundial, ultrapassando os países capitalistas mais desenvolvidos. De país agrícola dos mais atrasados da Europa, a Hungria transformou-se num país industrial mediamente desenvolvido. Entre 108 países, a Hungria ocupa o 28.º lugar quanto ao rendimento nacional por habitante: em 1975, a parte do rendimento nacional por habitante era de 38 000 forints. O rendimento nacional que totaliza 400 biliões de forints – dos quais 98% provenientes do sector socialista – ultrapassa cinco vezes o rendimento de 1938.

Desde este ano, a produção bruta da indústria aumentou onze vezes, surgiram novas indústrias, modernizaram-se as antigas. Hoje, a indústria húngara tem uma base de 795 empresas e 825 cooperativas. Multiplicou-se a produção de matérias-primas. O maior desenvolvimento verificou-se na indústria química, na construção mecânica e no sector da teletécnica. Em 1975, a indústria húngara produziu 20,5 biliões de kilowatts-hora de energia eléctrica, 25 milhões de toneladas de carvão, 2 milhões de toneladas de petróleo, 5,2 biliões de metros cúbicos de gás natural, 3 milhões de toneladas de bauxite, 4 milhões de toneladas de cimento. Os operários húngaros produziram 10 696 autocarros, 400 000 televisores, 431 000 frigoríficos, 351 milhões de metros quadrados de tecidos de algodão e 43 milhões de pares de calçado.

Uma tal extensão da produção requere investimentos de grande envergadura. Nos últimos trinta anos, 25% do rendimento nacional são dedicados à acumulação. Anteriormente mais de 50% da indústria estava centralizada nas cidades; actualmente, 64% dos estabelecimento industriais estão espalhados pela província.

O mesmo progresso se verifica no sector agrícola. Em 1975, a produção foi 1,8 vezes superior à registada antes da guerra apesar da superfície agrícola (três quartos do país, ou seja 56,8 milhões de hectares) ser 10% menor e a mão-de-obra ter diminuído para metade. A industrialização da agricultura está consideravelmente adiantada: em 150 herdades estatais e 1200 cooperativas de produção agrícola existem 64 mil tractores de grande rendimento, 20 000 camiões, perto de 15 000 ceifeiras-debulhadoras e toda uma série de máquinas. A agricultura e a indústria de alimentação asseguram plenamente a satisfação das necessidade de consumo interno e permitem uma exportação de cerca de 25% da produção de alimentos.

BEM-ESTAR SOCIAL CRESCENTE

A Hungria, no passado considerada a pátria de três milhões de mendigos, é hoje um país sem desemprego, antes debatendo-se com falta de mão-de-obra. A semana de trabalho é de 44 horas em quase todos os sectores e o salário médio dos operários e empregados era em 1975 de 3100 forints, quatro vezes superior ao de 1950. Os rendimentos do campesinato estão ao mesmo nível. Eis alguns dados que revelam a evolução do consumo anual por habitante de 1938 a 1975: o consumo de carne evoluiu de 54 quilos para 70,5 quilos; o consumo de açúcar quadriplicou; o de café atinge 2,5 quilos. Quanto aos bens de conforto, existem actualmente 175 frigoríficos, 230 máquinas de lavar e 226 aparelhos de TV por mil habitantes.

Todo o cidadão tem direito a assistência médica-hospitalar e a medicamentos gratuitos. Em 1975, foram construídos mais de 99 mil novos apartamentos. Também os índices culturais testemunham o crescimento do bem-estar popular. Em 1975, foram editadas 7700 obras num total de 74 milhões de exemplares (em 1938, eram editadas 2500 obras com 9 milhões de exemplares). O número de alunos, no decorrer deste ano lectivo, nas escolas secundárias, aumentou cerca de 7 vezes em relação a 1938. Em 1975, 9 milhões de pessoas visitaram os museus e exposições e cerca de 3,5 milhões de habitantes viajaram no estrangeiro enquanto o número de turistas estrangeiros que visitaram a Hungria foi de 9,4 milhões.

A segurança social é uma realidade para toda a população. O poder popular dedica uma atenção particular aos reformados que constituem cerca de 1,8 milhões de pessoas. A regressão da natalidade, preocupação do Estado húngaro, tende a desaparecer graças à política demográfica e de protecção materno-infantil do governo. Em 1975, a taxa da natalidade, 18,4 por mil habitantes colocou a Hungria no quinto ou sexto lugar no conjunto dos países da Europa.

No domínio da política internacional, a Hungria, como Estado Socialista, pugna pela paz e pela cooperação entre os povos. As empresas de comércio externo na Hungria têm relações de importação e exportação com 145 países. Dois terços da actividade comercial da Hungria efectuam-se com os países socialista, sendo mais de metade do seu volume resultado da cooperação soviético-húngara.

A cooperação com os países do COMECON testemunha um desenvolvimento dinâmico, caracterizado por mútuas vantagens, pela planificação e pela estabilidade e constitui a garantia de um desenvolvimento harmonioso no futuro.

O PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO TOMA POSIÇÃO SOBRE O GOLPE

A 25 de Março, o Comité Central do Partido Comunista Argentino publicou uma declaração em que esboça uma análise da situação política e económica da Argentina e das causas do golpe de Estado ocorrido a 24 de Março, tomando posição relativamente aos acontecimentos.

Por se tratar de um documento de grande actualidade política procedemos à sua publicação integral.

Em 24 de Março, as Forças Armadas derrubaram a presidente Maria Estela Martinez, substituindo-a por uma Junta Militar constituída por generais dos três ramos das Forças Armadas. Não foi um acontecimento inesperado. A situação atingira um limite extremo, que «constituía um perigo para a nação e ameaçava o seu futuro», como se dizia num comunicado das Forças Armadas. A imensa responsabilidade por esta situação cabia aos reaccionários de Lopez Rega e à sua protectora Maria Estela Martinez, que espezinharam o programa votado pelo povo em 1973, cuja concretização se havia iniciado anteriormente ainda que de uma maneira tímida e inconsequente. A responsabilidade pela situação criada cabe também aos dirigentes sindicais que espartilharam o movimento operário.

A intervenção dos militares em 24 de Março foi precedida de uma violenta campanha que reclamava uma «rectificação da orientação». Efectivamente era necessário e urgente rectificar a orientação, mas de modo algum no sentido que indicavam os jornais «La Prensa» e «Clarin», a Assembleia Permanente dos grandes proprietários por sectores (a ex-ACIEL de triste memória), o movimento de integração e de desenvolvimento de Frigerio, Alsogaray e Manrique, a aliança do poder financeiro com políticos sem escrúpulos, privados do apoio popular.

Na véspera dos acontecimentos dramáticos de 24 de Março, bandos fascistas inundaram o país de crimes. A morte rondava nas ruas e nas estradas, nas fábricas, nas universidades e hospitais, penetrava nos lares. Jamais no nosso país havíamos testemunhado tais atrocidades.

O Partido Comunista declarou-se sempre contra os golpes de Estado. A experiência demonstra que os golpes de Estado, desencadeados desde 1930, têm tido como objectivo a defesa dos latifundiários parasitas e a intensificação do grau de dependência do nosso país. Ter-se-á quebrado desta vez esta tradição nefasta?

O Partido Comunista está convencido de que o golpe de Estado de 24 de Março não constituiu a maneira mais adequada de resolver a profunda crise política, económica, cultural e moral. Mas encontramo-nos perante uma nova realidade. Devemos julgar os acontecimentos tal como se apresentam. Cinjamo-nos pois aos factos e à nossa maneira de os apreciar, comparando-os às palavras e às promessas.

Os fautores do «putsch» de 24 de Março, expuseram no seu primeiro documento os seus objectivos que poderemos resumir deste modo: Fidelidade à democracia representativa, justiça social, restauração das instituições constitucionais, reafirmação das funções de controlo do Estado sobre os sectores económicos mais importantes, pelo desenvolvimento e defesa do país, defesa do direito de decisão da nação. O Partido Comunista, embora não partilhando todos os pontos de vista expostos nos documentos oficiais, não poderia deixar de aprovar os princípios citados porque são coincidentes com certos princípios do seu programa que se propõe como objectivo o desenvolvimento do país e a sua independência económica, a sua segurança e direito a tomar as suas próprias opções, a defesa da soberania, a justiça social. Nós não concebemos a segurança à brasileira. Não entendemos por segurança o que McNamara propôs aos países latino-americanos. O triste exemplo do Brasil é bastante eloquente: a «segurança» foi obtida através da injustiça social, dos assassínios e prisões, pelo preço da dependência e da política agressiva. Esta via apenas *poderá dar uma aparência de força a* uma nação, na realidade enfraquecida e corrompida no interior.

Sublinhamos esta concepção porque não podemos ignorar a aspiração dos Estados Unidos e da sua associada, a clique brasileira, em dominar a bacia do Prata, em controlar as pampas húmidas e a costa sul-atlântica e a Antártica; nós não podemos ignorar o seu apetite do petróleo submarino, do urânio e de outras riquezas nacionais.

A ideia de uma Argentina-fábrica é inconcebível.

Entre os objectivos da Junta Militar aparece também o de combater a corrupção, que corrói tudo o que penetra. E, no nosso país, penetrou profundamente em certos meios. Nada é mais necessário. O Partido Comunista adverte, no entanto, que existe o perigo de cortar os ramos e de deixar o tronco intacto, atacar as consequências e não as causas, permanecer na superfície sem atingir a origem. Assim, poder-se-á castigar um corrupto, ou vários corruptos, mas não desenterrar a corrupção, porque a sua fonte está no cancro dos latifundiários e dos monopólios internacionais.

A Junta propôs-se igualmente pôr fim à actividade subversiva. O ponto de vista do Partido Comunista sobre as actividades da chamada ultra-esquerda é bem conhecido. Como se reconhece em certos documentos militares, a guerrilha combate-se fundamentalmente pela supressão das causas sociais que a engendram. Mas será que se subentende aprisionar e castigar também, com o maior rigor, os bandos de criminosos fascistas, até ao momento presente, impunes? Se não for assim, não somente o povo verá as suas esperanças frustradas como, também, a ameaça de uma guerra civil continuará próxima.

O Partido Comunista considera as suspensões das actividades dos partidos políticos, um grave erro. Os partidos políticos democráticos podem e devem, dada a nova situação, contribuir consideravelmente para encontrar as melhores soluções, orientar o processo para a via constitucional, respeitando os direitos do homem e do cidadão, e sobretudo, a liberdade de expressão. A opinião pública espera ver em liberdade os detidos sem culpa formada e sem processo e a abolição da pena da morte.

A luta pela constituição de uma coligação multipartidária contribui grandemente para a solução dos problemas nacionais. E o próprio facto de ter sido constituída, ainda que de maneira incompleta, constitui uma elevada expressão de maturidade política. Se esta coligação não pode desempenhar o seu papel, foi porque surgiu à beira do abismo. Mas isso não diminui o seu importante significado político.

O Partido Comunista aprecia como positivo o facto de a Junta Militar ter rejeitado a solução pinochetista. Mas não tem o direito de se desarmar. Os pinochetistas escondem-se no seio das forças armadas e fora delas. O inimigo interior e exterior está à espreita. Os imperialistas e os fascistas sonham com um «putsch» à Pinochet, com banhos de sangue. Possam a vontade e unidade democrática do nosso povo conjurar tais excessos medievais!

O povo espera que a experiência deplorável de 1930-1960 não se repita mais, que se não repita a tentativa irreflectida de 1955 de querer suprimir o peronismo da realidade nacional, sobretudo reprimindo os trabalhadores, dedicados e patriotas, adeptos do peronismo. Ninguém tem o direito de dar fé aos paleios daqueles que têm interesse em confundir as coisas falando de «sovietes» e de «guerrilhas de operários das fábricas». Os operários lutam, e com razão, pelas suas reivindicações económicas, pelo seu direito inalienável ao trabalho e a viver com dignidade. Neste aspecto, é de salientar a importância da democracia sindical, o apoio à CGT democrática, independente dos patrões, do Estado e dos partidos políticos. A classe operária reclama uma rápida normalização da vida democrática dos sindicatos.

O povo espera, por outro lado, que a Junta Militar não se deixe seduzir pelos propósitos alienatórios de demagogos irresponsáveis que debitam disparates sobre a «partidocracia» e «votocracia». Que não se cometa o erro de subestimar o grau de consciência política da classe operária e do povo. É uma ilusão prejudicial querer resolver os problemas nacionais nas costas do povo, negligenciamos a opinião que ele exprimiria em eleições democráticas e livres. Alsogaray fala de «colapso da democracia de massas». O Movimento de Integração e de Desenvolvimento de Frigerio fustiga a «partidocracia». Será este Movimento uma ordem monacal e não um partido? Eles detestam o direito ao sufrágio universal porque este nada lhes trará. Aqueles que falam de um modo irresponsável da «votocracia» provam sue são aderentes da «plutocracia», o poder dos que monopolizam as riquezas.

A via da Argentina que conduz à grandeza nacional é irregular. Isto não nos impede de considerar que, apesar da situação aparentemente caótica, foram dados alguns passos em frente que não poderemos apagar. A ideia da Justiça social está profundamente enraizada. Cada vez mais pessoas compreendem que o mercado interno deve ser alargado e que o mercado externo deve ser aberto em todas as direcções.

A ideia do desenvolvimento independente e soberano, base de uma política exterior sem discriminação ideológica manifesta-se cada vez com mais força.

O que está em crise na Argentina é algo mais profundo do que um governo provisório, incapaz e corrupto. É a sua estrutura económica e social, baseada em dois pilares podres — os latifúndios e os monopólios internacionais. Profundas transformações amadurecem na Argentina. Nada nem ninguém pode travá-las.

As Forças Armadas justificam as suas acções declarando que o seu dever é salvar a nação. Mas esta não é uma tarefa privada, mas obra de todos os argentinos, civis e militares. A grave situação política não pode ser ultrapassada por nenhuma força política agindo isolada, nem por um sector social determinado, nem pelas Forças Armadas só por si. Não há dúvida de que a situação excepcional no país requer medidas excepcionais. O Partido Comunista exprimiu a sua opinião no seu documento de 9 de Março, e avançou algumas propostas construtivas na sua plataforma mínima publicada em «Nuestra Palabra» a 23 de Março.

Para tornar viável uma plataforma propondo soluções para as dificuldades do país, é indispensável chegar a um acordo nacional e democrático que sirva de base a um governo de civis e militares, a uma larga coligação democrática.

O Partido Comunista reconhece o papel que desempenham as Forças Armadas na vida do país. Se a Junta Militar constitui um passo para o tipo de governo de que o país necessita, isto quer dizer que foi dado um passo em frente. E a barreira que separa as forças militares do povo será derrubada.

Nós não acreditamos na bancarrota na Argentina, de que falam certos adivinhos e marginais. A República não está liquidada. O Partido Comunista tem fé no seu país, nas suas imensas riquezas naturais, no seu povo trabalhador e corajoso. O Partido Comunista acredita que as Forças Armadas permanecerão fiéis à mensagem de San Martino «As minhas promessas aos povos pelos quais fiz a guerra foram cumpridas: conquistar a sua independência e deixá-lo escolher livremente os seus dirigentes. A presença de um militar favorecido pelo destino, por mais desinteressado que ele seja, é perigosa para os Estados em vias de constituição.» E, podemos acrescentar, para aqueles que se debatem numa crise profunda.

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO

Buenos Aires, 25 de Março de 1976.

TRABALHADORES PORTUGUESES NUM COMÍCIO DO PC ALEMÃO

"A solidariedade conduz à vitória", um grito que é uma garantia no futuro da libertação dos povos

O internacionalismo proletário, bandeira da unidade da classe operária de todo o mundo, independentemente dos marcos nacionais, vigorosamente hasteada no Congresso de Bona, teve uma outra manifestação prática no contacto das trinta e seis delegações de partidos comunistas estrangeiros com militantes do Partido Comunista Alemão em diferentes cidades. No fim da tarde do dia 20 de Março, as delegações dos partidos irmãos deslocaram-se às cidades de Mainz, Frankfurt, Manheim, Essen, Dortmund, Dusseldorf e Colónia. Cerca de três delegações, em média, por cidade, levaram aos camaradas do Partido Comunista Alemão a imagem da Revolução em marcha nos quatro continentes, o testemunho da intensa luta dos povos pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo. A delegação do nosso Partido, a delegação do Partido do Trabalho da Coreia e do Partido Comunista Finladês, intervieram em Mainz, onde foram recebidos pela organização local do Partido Comunista Alemão. A cidade de Mainz pertence à região da Renânia-Westfalia, fortemente dominada pelos partidos da reacção que, por todos os meios, procuram impedir o esclarecimento político das populações. Aqui, a "liberdade" característica da social-democracia alemã é ainda mais repressiva. Isto porque na Renânia-Westfália, a norte, se encontra a maior concentração de armas e de energia atómica da NATO na Europa. Segundo os planos do imperialismo, desta zona será iniciado o ataque ao campo socialista, em caso de conflito. Em Mainz, cidade de 180 mil habitantes, zonas vitais para a população têm sido destruídas pela progressiva expansão militar, o que provoca o descontentamento das massas populares.

Na abertura da sessão em Mainz, um camarada da organização local do Partido Comunista Alemão, caracterizou a situação na região e saudou as delegações presentes. O primeiro orador, o camarada Kim Kwan Sob, membro do CC e chefe da delegação do Partido do Trabalho da Coreia do Norte, acusou o imperialismo americano que, depois da derrota sofrida no Vietnam, renova as suas intenções de agressão ao povo coreano. O camarada Olavi Poikolainen, secretário-geral do Partido Comunista Finlandês, abordou questões relativas à segurança, cooperação e desanuviamento na Europa e ao avanço das forças da paz.

Seguiu-se o camarada Pires Jorge, o que deu origem a um momento de grande vibração. Mais de cinquenta trabalhadores portugueses, vindos de diferentes cidades (Sindelfingen, Stuttgard, Grosumstadt, Offenbach, Frankfurt, Bad Soden, Wiesbaden, Mainz, Kaiserlanten), assistiam à sessão, sob convite especial do PCA, que deste modo, mais uma vez, demonstrou a firme amizade que une mutuamente os camaradas alemães e os camaradas do nosso partido. O camarada Pires Jorge levou a esses emigrantes a análise da situação política do nosso país, a expressão da vontade inquebrantável das massas populares em deter o avanço da direita e defender as grandes conquistas da revolução e, ainda a saudação especial do nosso Partido aos compatriotas expulsos pelo regime fascista para outra sociedade de exploração, e aos quais cabe, também, uma tarefa inalienável na construção da democracia em Portugal.

O entusiasmo com que os trabalhadores portugueses acolheram a intervenção do camarada Pires Jorge, revela a satisfação sentida, não somente pelas notícias da luta das massas populares no nosso país, mas também pelo facto dessas notícias serem dadas por um representante do grande partido de esquerda, vanguarda da classe operária e partido da certeza de cada vez mais amplas camadas trabalhadoras, o PCP.

Um grupo de jovens camaradas alemães entoaram "Grândola, Vila Morena". A sessão terminou com os camaradas portugueses e alemães cantando o "Avante" e a "Internacional" numa demonstração vibrante de internacionalismo proletário, tronco onde se multiplicam cada vez mais as raízes da vitória dos povos em luta pela sociedade sem exploração.

OS MOTIVOS DE IRRITAÇÃO DA IMPRENSA DOS MONOPÓLIOS

O entusiasmo indescritível com que foi saudada, no Congresso de Bona, a intervenção do camarada Pires Jorge, desagradou profundamente à reacção, ao imperialismo. A grande imprensa (quase integralmente dominada pelo monopólio Springer) não escondeu o seu despeito através de uma ironia que seria venenosa se se revelasse menos primária.

Assim o "Franfkurter Allgemeine Zeitung" de 22 de Março, considera que o camarada Pires Jorge, a quem denomina de "velho estalinista dinâmico" e "menino bonito" do Congresso, "teve a sua quota parte no sucesso dos trabalhos, surgindo-lhe apenas como concorrente na ovação o delegado cubano". A DPA (agência noticiosa alemã), depois de referir que "a ovação mais forte das delegações estrangeiras foi obtida por Pires Jorge, membro do CC do PCP", acrescenta que "as suas afirmações foram marcadas por fortes ataques contra o presidente do Partido Social-Democrata, Willy Brandt". Não se trata evidentemente de uma errada interpretação linguística da DPA... O discurso do camarada Pires Jorge foi lido por um camarada alemão e, nele, quanto ao senhor Willy Brandt apenas se afirma a legítima indignação de vastas massas populares portuguesas pela ingerência escandalosa da social-democracia alemã na política do nosso país. A DPA pretende habilidosamente trocar as cartas e tornar o camarada Pires Jorge "suspeito de ingerência" na política alemã, mas nem por isso sacode a água do capote da social-democracia e do imperialismo que, aliás, já nem escondem as "diligências" que efectuaram em defesa dos seus profundos interesses na evolução da situação política portuguesa numa direcção reformista e antidemocrática.

Mais do que a inequívoca solidariedade manifestada para com o nosso Partido, a grande espinha na garganta da imprensa monopolista foi o que esta chamaria "a submissão do Partido Comunista Alemão à URSS e à RDA". O Partido Social Democrata do senhor Willy Brandt irritou-se fortemente, os partidos de direita, como a União Democrata Cristã do senhor Helmut Kohl, a União Social Cristã do senhor Joseph Strauss e o partido Liberal Democrata Alemão do senhor Hans Dietrich Genscher enfureceram-se como se a afirmação do reforço do internacionalismo proletário constituisse por parte do Partido Comunista Alemão uma novidade...A imprensa serventuária do capitalismo refletiu esta fúria. Anteriormente ao Congresso, a imprensa esmerara-se em conselhos, entremeados de promessas de facilidades, no sentido de que o PCA se desviasse da URSS e da RDA. A isto respondeu, directamente, o camarada Herbert Mies, presidente do PCA, no discurso de abertura do Congresso:

"A bitola pela qual o PCA se orienta, não se afasta nem hoje, nem amanhã do socialismo real, mas permanece sempre orientada para uma forte aliança com o mundo socialista, principalmente com a União Soviética e a RDA...É mais fácil, camaradas, passar um camelo por uma agulha do que o Partido Comunista Alemão afastar-se, um passo sequer dos ensinamentos de Marx, Engels e Lénine, da grande ideia do internacionalismo proletário, a fonte de energia do movimento comunista. Esta a resposta aos que lhe prometem o prémio de poder ser aceite pela boa sociedade burguesa."

EMIGRANTES PORTUGUESES SAUDARAM O CONGRESSO

Entre as inúmeras saudações de partidos irmãos e de forças progressistas que manifestaram a sua confiança e apoio solidários com o Partido Comunista Alemão, saudando o seu Congresso, contaram-se, também de núcleos de trabalhadores portugueses emigrados que, apesar da "livre" social-democracia alemã os proibir de militarem no PCA (ao mesmo tempo que autoriza a sua adesão aos partidos reaccionários e fascistas...) expressaram ao Partido a profunda amizade que os une e a sua determinação em avançar ao lado dos camaradas alemães na luta contra os monopólios, contra o imperialismo e a exploração, pelo respeito da dignidade humana e pela conquista da liberdade.

DEFESA DOS DIREITOS DOS EMIGRANTES

Os trabalhadores estrangeiros constituem uma parte apreciável do exército de explorados pela sociedade de «abundância» da RFA. Segundo dados oficiais, em 1973 viviam neste país 4 milhões de estrangeiros, trabalhadores e familiares. Destes, 2 milhões e 100 mil eram activos, sendo 25% turcos, 20% jugoslavos, 16% italianos, 10% gregos, 7% espanhóis e 4% portugueses.

A melhoria das condições de vida e de trabalho dos emigrantes é uma das orientações do PCA no domínio da sua política social e económica. Por isso, no Congresso de Bona foi aprovada, por unanimidade a seguinte moção:

«Correspondendo às necessidades e reivindicações dos trabalhadores estrangeiros residentes na RFA, o DKP exige:

1) que se ponha termo à política de rotação compulsiva de pessoal, à obrigatoriedade dos trabalhadores trabalharem na fábrica onde obtiveram autorização de trabalho, e se estabeleça, portanto a promulgação automática da autorização de trabalho;

2) a alteração do § 6º da Lei dos Trabalhadores Estrangeiros que estipula que estes só podem militar em partidos que «respeitem a sociedade livre e democrática», (englobando neste nome todas as organizações fascistas) e excluindo a participação no PCA. Portanto, que os estrangeiros possam desenvolver livremente actividades políticas.

3) O direito de voto activo e passivo ao nível de comuna e concelho, independentemente da nacionalidade;

4) O levantamento das medidas repressivas que impedem a livre escolha do local de habitação e do local de trabalho para trabalhadores estrangeiros.»

Camarada: Lê e difunde o «AVANTE!»

SAUDAÇÃO À MULHER MOÇAMBICANA

Ao Executivo Nacional
da Organização da Mulher Moçambicana

Queridas Camaradas:

Por ocasião do Dia da Mulher Moçambicana, celebrado a 7 de Abril, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos as suas saudações mais calorosas e fraternais. Por vosso intermédio, saudamos todas as valentes mulheres da República Popular de Moçambique que, com a sua abnegação, combatividade e espírito de sacrifício, sob a direcção da vanguarda revolucionária do povo moçambicano, a FRELIMO, deram uma heróica contribuição para a liquidação do domínio colonial e a conquista da independência da vossa pátria e ocupam hoje um lugar de destaque nas grandes tarefas de reconstrução nacional.

O colonialismo deixou Moçambique em condições particularmente difíceis.

De entre as maiores vítimas do colonialismo contam-se as mulheres, mil vezes exploradas e oprimidas.

Estamos certos, queridas camaradas, que as grandes e exaltantes tarefas em que estais empenhadas com todo o povo moçambicano, na luta pela reconstrução e independência nacionais, o progresso social, a paz, a democracia popular e o socialismo, serão cumpridas com êxito. A vossa luta pelo fim da exploração do homem pelo homem criará condições para que todas as mulheres moçambicanas assumam todas as suas responsabilidades políticas e sociais, aplicando de forma criadora todas as suas potencialidades e capacidades, abrindo assim o caminho a uma vida mais digna e mais feliz.

Desejamo-vos os maiores sucessos na vossa luta. Podeis estar certas, queridas camaradas, de que o vosso povo contará sempre com a amizade fraternal e a activa solidariedade dos comunistas portugueses.

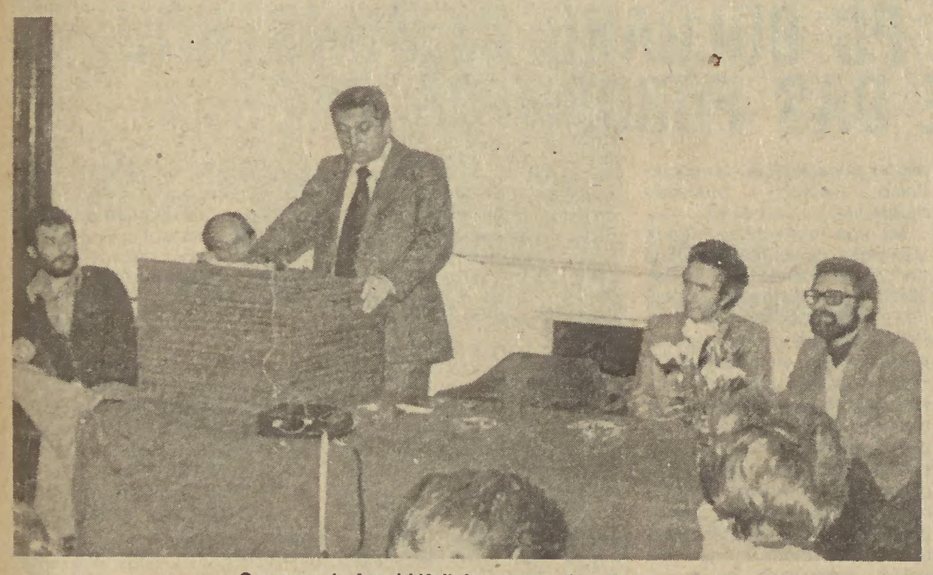
O COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A INGERÊNCIA ESTRANGEIRA NO NOSSO PAÍS CONDENADA PELO EMBAIXADOR SOVIÉTICO

O camarada Arnold Kalinine, embaixador da União Soviética em Portugal, falou aos órgãos de Informação sobre as conclusões do XXV Congresso do PCUS, pronunciando-se pela veemente condenação da ingerência nos assuntos internos do nosso país

O princípio de não ingerência que desde sempre caracterizou a política externa da URSS, dirigida fundamentalmente no sentido do fortalecimento da paz e da cooperação, foi mais uma vez afirmado, numa conferência de Imprensa, pelo camarada Arnold Kalinine, embaixador da URSS no nosso país. A conferência de Imprensa que se realizou no passado dia 2, na Associação de Amizade Portugal-URSS, teve como tema «As Conclusões do XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética».

«A União Soviética está categoricamente contra



O camarada Arnold Kalinine no uso da palavra

toda e qualquer ingerência nos assuntos internos de Portugal. O povo português, como outro povo qualquer, tem o direito de seguir o caminho que ele próprio escolha» – afirmou o embaixador da URSS que se debruçou particularmente sobre as conclusões do XXV Congresso do PCUS relativas à política externa e à política económica da URSS para o próximo quinquénio e, de um modo mais geral, para os próximos quinze anos.

Abordando as questões do desanuviamento internacional, da cooperação entre os povos, da coexistência pacífica e a concretização destes princípios afirmados nas decisões da Conferência de Helsínquia, o camarada Arnold Kalinine salientou:

«Para diminuir ainda mais a ameaça da guerra e para criar condições propícias ao avanço no rumo ao desarmamento, nós propomos agora a conclusão de um tratado mundial sobre o não emprego da força nas relações internacionais. Os seus signatários, incluindo, naturalmente, as potências nucleares, assumiriam a obrigação de abster-se do emprego de quaisquer tipo de armas, inclusive a nuclear, na solução de litígios entre si. A União Soviética está pronta a examinar juntamente com os outros estados, os passos práticos para a materialização desta proposta.» E mais adiante o camarada Kalinine sublinhou:

«O fundamental da nossa política em relação aos países capitalistas foi e continua a ser a luta pela afirmação dos princípios de coexistência pacífica, por uma paz sólida e pela diminuição e, em perspectiva, pela eliminação do perigo do surgimento de uma nova guerra mundial. Pode-se constatar que no último quinquénio se conseguiu alcançar um considerável progresso neste sentido.»

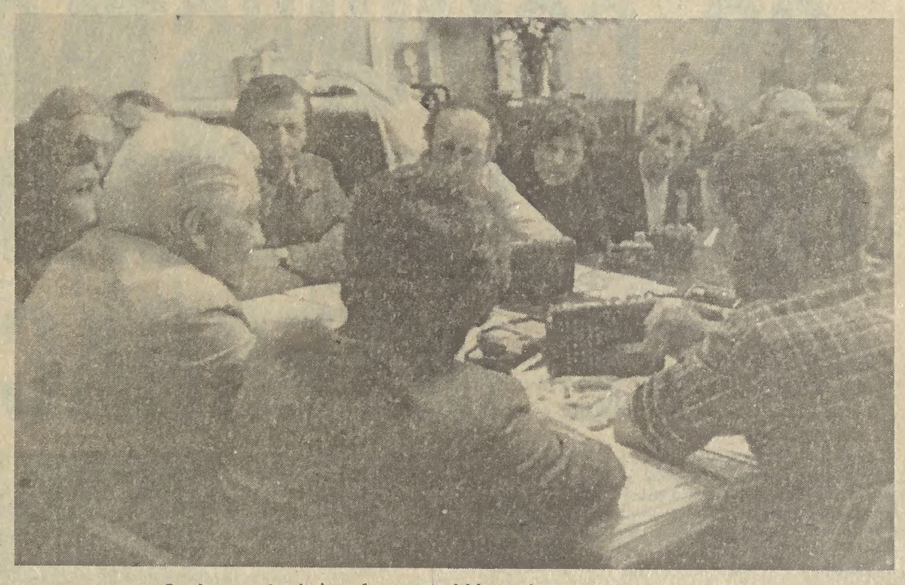
Referindo-se à República Popular de Angola, o camarada Kalinine considerou que a intervenção estrangeira neste país era obra do imperialismo e dos racistas sul-africanos e que a luta do povo angolano em defesa da sua independência «encontrou o apoio das forças progressistas em todo o mundo e o êxito dessa luta tornou-se mais uma prova de que ninguém pode quebrar a ânsia de liberdade dos povos».

PELA EFICÁCIA E PELA QUALIDADE

Analisando o planeamento económico na URSS, cujas directrizes foram programadas pelo XXV Congresso do PCUS, o embaixador da URSS, frisou que o período que decorrerá até 1980 será o «da qualidade e da eficiência», visando primordialmente «a elevação do bem-estar dos soviéticos, das suas condições de trabalho e de vida, o considerável progresso da saúde, do ensino público e da cultura e tudo o que contribui para a formação do novo homem, para o desenvolvimento harmonioso da personalidade e para o aperfeiçoamento do modo de vida socialista.»

Índices deste bem-estar crescente do cidadão soviético é o facto de estar previsto para o próximo quinquénio um aumento das remunerações médias dos operários e empregados de 16 a 18% e das receitas dos kolkhozianos (trabalhadores das cooperativas agrícolas de produção) de 24 a 27%. Os benefícios e vantagens da população por conta de fundos sociais de consumo crescerão entre 28 a 30%.

Na via do desenvolvimento da sociedade socialista, a URSS segue a política de «tudo pela realização do homem», um homem novo que prefigura o futuro de todos os povos cada vez mais empenhados na luta pela libertação nacional, contra o imperialismo, pela democracia e pelo socialismo.



Os democratas belgas foram recebidos pelo secretário-geral do PCP

O COMITÉ BELGA «PORTUGAL NOVO» SOLIDÁRIO COM A REFORMA AGRÁRIA

O comité «Portugal Novo», movimento unitário, antifascista visita Portugal manifestando a solidariedade para com as conquistas revolucionárias dos trabalhadores, nas quais se destaca o processo da Reforma Agrária

Encontra-se em Portugal desde o dia 4 até ao próximo dia 11, uma delegação do Comité «Portugal Novo», movimento unitário belga que tem desencadeado uma vasta campanha de solidariedade relativamente ao nosso processo revolucionário, nomeadamente através do apoio à Reforma Agrária.

O Comité «Portugal Novo» que conta entre os seus membros efectivos membros do Comité Central do Partido Comunista Belga, responsáveis do grupo «Links» (grupo «Esquerda», a fracção de esquerda do PS belga) e da Juventude Socialista, o Presidente Nacional de «Cristãos pelo Socialismo», o Presidente do «Movimento pela Paz «responsáveis e militantes de vários outros movimentos e grupos de acção, partidos e comissões, têm como objectivos:

—Apoio à luta contra o fascismo, contra as tentativas de recuperação capitalista, apoiada por forças da direita da Europa (também da Bélgica) e pelo imperialismo alemão e americano; defesa das conquistas revolucionárias expressas na melhoria do nível de vida do povo português, no processo da Reforma Agrária, nas nacionalizações, na instauração do controlo operário em sectores importantes da indústria, na acção das organizações populares, (comissões de trabalhadores, comissões de moradores), no processo de descolonização, apoiando, com determinação, o MPLA, um dos alvos mais apetecidos das forças imperialistas.

O Comité «Portugal Novo» considera ainda como tarefa primordial «a defesa da unidade de todos os trabalhadores de Portugal para que se possa lutar eficazmente por uma sociedade socialista» e condena «vigorosamente a interferência de partidos estrangeiros que ameaçam esta unidade», insistindo «para que cada um que reconheça o direito do povo português a uma via própria para o socialismo, fomente esta unidade».

Do mesmo modo, o Comité «Portugal Novo» propõe-se conduzir uma acção contra a interferência do imperialismo americano e europeu em Portugal e opõe-se «contra a manipulação sistemática da informação pelos meios de comunicação social orçamentais que tentam, desta maneira, sabotar a revolução portuguesa». Neste sentido, o Comité divulga um boletim periódico onde se reflecte a imagem correcta dos acontecimentos em Portugal.

UM TRACTOR PARA PORTUGAL

Recentemente, e após uma das suas últimas visitas ao nosso país, o Comité «Portugal Novo» criou um Comité de Acção Flamengo «Um tractor para Portugal», com o objectivo de angariar fundos para oferecer um tractor à Cooperativa Agrícola Ameixoeira-Ferraria, em Alcoentre. Como resultado desta acção foram angariados 100 contos em pouco tempo. É no quadro desta solidariedade que se insere a presente visita do Comité «Portugal Novo» por uma delegação constituída por dirigentes e trinta militantes do grupo (Links), e responsáveis da redacção do seu órgão central, cerca de doze conselheiros municipais de Flandres, o Secretário Nacional da Juventude Socialista, dois deputados da Assembleia Legislativa e ainda militantes do PSB que participam na iniciativa.

Durante a sua estadia, que inclui visitas à Lisnave, ao Ministério de Agricultura e Pescas, à Cooperativa da Ameixoeira, encontros com uma Comissão de Moradores, e entrevistas com o Conselho Português para a Paz e Cooperação e com a CRARA, a delegação do Comité «Portugal Novo» e os demais participantes na campanha de solidariedade, foram recebidos pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, que os saudou agradecendo o apoio de que dão provas relativamente aos trabalhadores portugueses e às suas conquistas revolucionárias e respondeu a questões que lhe foram postas acerca da situação nacional.

A delegação do Comité «Portugal Novo» terminará a sua estadia, com uma visita à Cooperativa Estrela Vermelha, no distrito de Évora, onde mais uma vez terá ocasião de sentir a profunda gratidão das massas populares para com a solidariedade dos antifascistas belgas, estímulo para a luta contra a reacção, pela democracia.

AVANTE TRABALHADORES EMIGRANTES NA LUTA POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Desenvolve-se na República Federal Alemã a luta unitária dos nossos compatriotas emigrantes para a construção de um Portugal verdadeiramente democrático

Na República Federal Alemã, diversos núcleos de emigrantes portugueses iniciaram já um trabalho de esclarecimento junto dos seus compatriotas relativamente às próximas eleições para a Assembleia da República. Assume relevância a vontade manifestada pelos emigrantes no estabelecimento da unidade de acção das forças progressistas e democráticas de modo a impedir o avanço da direita e, portanto, uma votação grande no CDS e no PPD. Chegam-nos notícias, neste sentido, de uma recente sessão de esclarecimento, em Remscheid (Renânia Norte Westfália), realizada no Clube Cultural da SDAJ, Juventude Socialista Trabalhadora Alemã, com cerca de 100 portugueses que participaram, vivamente, na discussão dos seus problemas relativamente às eleições.

Números provisórios de eleitores inscritos no Círculo Eleitoral da Europa, indicam que dos 85 mil trabalhadores portugueses emigrantes na RFA se encontram recenseados 952 em Bremen, 10.926 em Dusseldorf, 5852 em Estugarda, 4220 em Frankfurt, 3407 em Hamburgo.

REFORÇA-SE A LUTA UNITÁRIA

Os monopólios da RFA, após terem lançado o país numa profunda crise económica, pretendem que os efeitos desta crise sejam suportados pelos trabalhadores. Relativamente aos trabalhadores estrangeiros, o Governo Federal prepara-se para impor leis que vêm restringir ainda mais os seus direitos. Os trabalhadores estrangeiros somam, na RFA, quatro milhões, sendo mais de dois milhões população activa. Como resposta, trabalhadores estrangeiros e alemães formaram uma Comissão de Iniciativa e convocaram uma manifestação de protesto para inícios de Abril. Entretanto, a Comissão de Iniciativa divulgou entre os emigrantes o seguinte manifesto:

«Apelo a todos que trabalham e vivem na República Federal Alemã — Praticai a solidariedade! Impedi a planeada expulsão dos estrangeiros!

O Governo Federal trabalha a todo o vapor em planos destinados a limitar ainda mais os direitos dos trabalhadores estrangeiros. Através de uma discriminação ainda mais agravada pretende-se ou usá-los como meio de pressão contra os direitos e as condições de trabalho de toda a classe trabalhadora ou obrigá-los a regresar aos países de origem antes do tempo previsto.

Num projecto do Governo Federal com o nome «Teses sobre a política de estrangeiros» apresenta-se como alvo do Governo Federal na política de estrangeiros não a realização da igualdade de direitos mas sim a redução continuada desses mesmos direitos. O projecto tem como fim tirar as condições de subsistência a milhares de famílias de trabalhadores estrangeiros. Concretamente está previsto:

— Acaba-se com o direito até aqui existente de concessão de licença de trabalho depois de cinco anos de actividade profissional ininterrupta;

— Corta-se o regulamento segundo o qual o tempo de vencimento de subsídio de desemprego não interrompe o prazo de cinco anos necessário para obter o direito a licença de trabalho;

— Planeia-se reduzir drasticamente a duração de vencimento do subsídio de desemprego para estrangeiros sem licença de trabalho;

— Confirma-se expressamente o insuportável regulamento existente segundo o qual todos os cônjugues e filhos de trabalhadores estrangeiros entrados para a RFA depois de 1 de Dezembro de 1974 não recebem licença de trabalho;

— A chamada da família, de futuro, deverá ser permitida só depois de três anos de trabalho na RFA e não depois de um ano como até aqui;

— A proibição da fixação de residência em regiões super-habitadas deverá ser alargada também aos trabalhadores estrangeiros que já estão a trabalhar na RFA há já cinco anos ininterruptos. A chamada da família para regiões super-habitadas deverá ser impedida por completo.

Mais outras «medidas coercivas para a redução do número de trabalhadores estrangeiros» são expressamente apoiadas nesse projecto.

Tudo isto é praticamente uma ameaça aos tão arduamente ganhos direitos e obras de todos, de toda a população trabalhadora da RFA. E é perante esta situação que exortamos à prática da solidariedade.

Trata-se aqui do direito dos colegas estrangeiros a trabalho, permanência e segurança social mesmo em tempos de crise.

Trata-se aqui do direito de cada um a dispor por si mesmo, livre de medidas coercivas, sobre a duração da sua actividade e o seu lugar de permanência no estrangeiro.

Defendamo-nos em conjunto! Alemães e espanhóis, turcos e gregos, italianos, jugoslavos e portugueses!

Todos estão ameaçados de desemprego. As bandas de montagem correm mais depressa para todos. Para todos crescem as sobrecargas no lugar de trabalho. Senhorios usurários há-os para alemães e estrangeiros, assim como impostos a aumentar e preços a subir.

É juntos que trabalhamos nas máquinas, é juntos que temos de defender os nossos lugares de trabalho e os nossos direitos de trabalhadores.

Quando uma parte da classe trabalhadora está ferida, é a classe trabalhadora no seu conjunto que está enfraquecida.

Os planos do Governo Federal para privar dos seus direitos os trabalhadores estrangeiros não podem ser aprovados!»

JORNAL UNITÁRIO

«O Tuga e o Fritz» é um jornal de unidade dos trabalhadores portugueses na RFA, que iniciou a sua publicação em Outubro passado. O seu objectivo é o reforço da unidade entre os trabalhadores alemães e os trabalhadores portugueses:

«Unidos porque além de sermos aqui uma parte da classe operária da Alemanha Federal, somos também, e sobretudo, uma parte importante da classe operária portuguesa. Donde a necessidade de nos informarmos do que se passa em Portugal, não vão as forças reaccionárias, mais dia menos dia, tentar servir-se da nossa força contra o Portugal democrático que o nosso Povo está construindo.»

«O Tuga e o Fritz» desenvolve uma corajosa batalha pelo esclarecimento e pela unidade antifascista. Este pequeno jornal feito com grande esforço de trabalhadores portugueses nas horas que sobram ao esgotante e pesado trabalho e exploração de que são objecto nas empresas dos monopolistas da RFA, constitui um exemplo para todos os núcleos da emigração e uma resposta digna a quantos querem desviar os emigrantes das suas responsabilidades relativamente ao Portugal democrático que as massas populares constroem, massas populares das quais, aqueles a que o fascismo obrigou a vender a sua força de trabalho no estrangeiro, são parte integrante e cada vez mais activa.

Avante, trabalhadores emigrantes, pela luta de um Portugal Democrático!

CAMPANHA de ASSINATURAS

JORNAIS E REVISTAS DA URSS

«Mejsdunarodnaia knyiga» CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

Distribuidoras dos seguintes Jornais e Revistas

	Números	Espanhol	Francês
União Soviética	12	100$00 ☐	100$00 ☐
Viagens na URSS	6		50$00 ☐
Sputnik	12	220$00 ☐	220$00 ☐
Literatura Soviética	12	100$00 ☐	100$00 ☐
Mulher Soviética	12	100$00 ☐	100$00 ☐
Cultura e Vida	12	75$00 ☐	75$00 ☐
Filme Soviético	12	100$00 ☐	100$00 ☐
O Desporto na URSS	12	50$00 ☐	50$00 ☐
Ciências Sociais	4	175$00 ☐	175$00 ☐
Socialismo — Teoria e Prática	12	175$00 ☐	175$00 ☐
Vida Internacional	12		50$00 ☐
Tempos Novos	52	175$00 ☐	175$00 ☐
O Século XX e a Paz	12	35$00 ☐	35$00 ☐
Revista Militar Soviética	12	150$00 ☐	150$00 ☐
Comércio Externo	12	340$00 ☐	340$00 ☐
Notícias de Moscovo	52	160$00 ☐	160$00 ☐
América Latina	4	80$00 ☐	

RECEBA DIRECTAMENTE DA URSS

NOME .....

MORADA .....

(Assinale os Jornais e Revistas que pretende assinar, envie cheque ou vale de correio para CDL)

Os grandes progressos sociais realizados na União Soviética tornam a existência dos seus cidadãos mais rica e mais agradável.

As revistas que se publicam em línguas estrangeiras contribuem para uma melhor compreensão das conquistas do povo soviético a caminho da sociedade comunista.

Elas descrevem o modo de vida dos Soviéticos, os seus pontos de vista sobre o futuro e o meio que os rodeia.

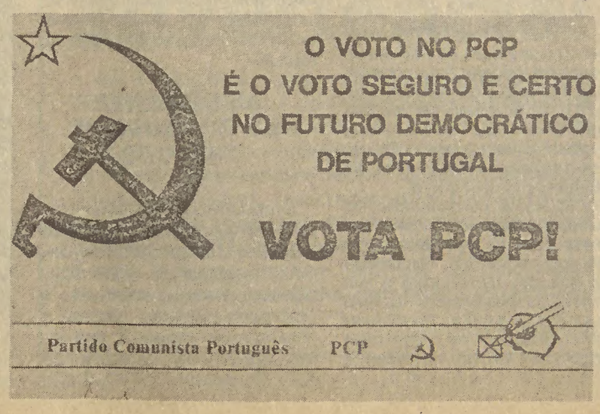
Quer conhecer a realidade soviética? Assine as revistas e jornais soviéticos.

Escreva ou telefone para

CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

AV. SANTOS DUMONT, 57-C LISBOA-1

TELEFS.: 769751/769705



DECLARAÇÃO INTERNACIONALISTA

O XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro aprovou uma importante e significativa Declaração, na qual é bem evidente a fidelidade dos comunistas búlgaros ao imortal princípio do internacionalismo proletário. Eis o texto da Declaração:

«O XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro exprime a sua solidariedade com a justa luta dos povos contra o imperialismo, o fascismo, a reacção e insiste categoricamente: Liberdade para todos os mártires e heróis do movimento revolucionário e de libertação de todo o mundo!

«O XI Congresso do PC Búlgaro insiste que devem ser imediatamente libertados Luís Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista Chileno, todos os comunistas, socialistas e outros democratas lançados nas prisões e nos campos de concentração do Chile, os comunistas e os patriotas parguaios detidos, os presos políticos do Uruguai, do Haiti, da Guatemala, de Espanha, da Indonésia e de outros países.

«Os comuniaros insistem na libertação dos comunistas sul-africanos presos e de todos os detidos — combatentes contra o racismo e o «appartheid», pela libertação nacional.

«Fiéis às suas tradições internacionalistas e revolucionárias, os comunistas búlgaros declaram que prestarão também no futuro um apoio sem reservas aos seus irmãos de classe, a todos os combatentes pela libertação nacional e social. Felicitam a decisão do XXV Congresso do PCUS de erguer um momento em memória de todos os combatentes do movimento comunista operário e de libertação nacional no mundo, mortos heroicamente, e qualificam-na de manifestação de internacionalismo proletário do grande partido de Lénine.»

OS COMUNISTAS BÚLGAROS REAFIRMARAM TOTAL FIDELIDADE AO MARXISMO-LENINISMO E INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Os trabalhos do XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro, bem como todas as históricas conquistas do povo da Bulgária, demonstram firmemente que a classe operária e as massas trabalhadoras, sob a direcção do seu partido, são a mais poderosa força nas transformações que há-de acabar definitivamente no mundo com a exploração do homem pelo homem

Do nosso enviado especial
JOSÉ MARTINS

"O Partido Comunista Búlgaro, o partido de Dimiter Blagoev e Georgui Dimitrov, permanecerá sempre fiel ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário, estará sempre no seio do movimento comunista e operário mundial, apoiará a justa causa dos movimentos de libertação nacional e participará activamente com todas as pessoas honestas do mundo na luta pela paz, liberdade e a independência e pela democracia e o progresso social".

Estas palavras do camarada Todor Jivkov, pronunciadas durante a alocução de encerramento do XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro, cujos trabalhos terminaram em Sófia no passado dia 2, encerram, simultaneamente, várias certezas, do passado, do presente e do futuro da luta da classe operária e dos trabalhadores búlgaros, da luta do seu partido de vanguarda, o PCB.

Os trabalhos do Congresso demonstraram, por um lado, que os comunistas e, a seu lado, todo o povo da República Popular da Bulgária, permanecem fiéis aos caminhos traçados por Marx e Engels para a completa extinção da exploração do homem pelo homem, mais tarde genialmente desenvolvidos por Vladimir Lénine. Construindo no seu país uma sociedade socialista avançada, a caminho da sociedade comunista, os comunistas e o povo búlgaro, por outro lado, dão uma poderosa contribuição, juntamente com os povos dos outros países socialistas irmãos, com a grande União Soviética à cabeça, para a libertação de todos os povos do mundo. As vitórias políticas, económicas, sociais e culturais do povo búlgaro são uma grande vitória de todos os povo do mundo, são uma muito grande vitória do caminho luminoso do Socialismo e do Comunismo.

Na alocução de encerramento, o camarada Todor Jivkov começou por se referir à importância dos congressos do Partido na vida do povo búlgaro e, mais adiante, à coesão e unidade existentes entre o povo e o Partido, tendo afirmado nomeadamente:

"O Partido Comunista Búlgaro não tem segredos para o seu povo e é precisamente neste aspecto que consiste um dos segredos dos nossos êxitos. O nosso Partido constitui um elemento vivo do nosso povo, sendo o seu dirigente reconhecido e querido. O povo búlgaro é um povo de alto nível político. Sob a direcção do Partido, cursou com honra a dura escola da luta contra o fascismo e o capitalismo. Sob a direcção do Partido realiza milagres na construção da nova vida. Sob a direcção do Partido alcançou o mais alto cume da sua história de 13 séculos. No nosso país, o Partido e o povo fundiram-se numa verdadeira unidade inseparável. Nenhuma força deste mundo, seja ela interna ou externa, pode romper esta unidade e afectar a fidelidade do Partido ao seu povo, e a fé do povo no seu Partido".

"O XI Congresso mostra, de modo imponente, os extraordinários êxitos alcançados no sector económico, e no desenvolvimento espiritual, e na confirmação do modo de vida socialista. Estou convencido de que não só nós, nesta sala, mas todos os que seguiram as nossas reuniões, puderam sentir a maturidade marxista-leninista, com a qual o congresso apreciou o trabalho realizado durante o sexto plano quinquenal, e trabalhou e discutiu, dentro do espírito da linha de Abril, no espírito do programa do Partido, as tarefas para o próximo período.

"Não é por acaso — prosseguiu o camarada Jivkov — a ampla ressonância do XI Congresso junto da classe operária, dos homens trabalhadores do campo, da nossa intelectualidade, das mulheres, da juventude, e do nosso povo. Isso mostra uma vez mais que o PCB expressa justamente os interesses vitais do povo, traça correctamente os caminhos exactos a seguir para o cumprimento da tarefa histórica imediata: a edificação da sociedade socialista desenvolvida e a preparação da passagem gradual ao comunismo na nossa querida pátria — a República Popular da Bulgária".

O GRANDE TRIUNFO DO POVO BÚLGARO

O XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro terminou os seus trabalhos no meio de um grande entusiasmo, de uma grande confiança no futuro comunista da Bulgária.

O cumprimento das históricas decisões do Congresso de Sófia foram no entanto, apontadas como tarefa urgente a ser desenvolvida pelos comunistas e pelo povo búlgaro. Afirmou o camarada Jivkov: «O sétimo plano quinquenal é realizável, mas a sua realização exige muitos esforços. O quinquénio em curso deve tornar-se num quinquénio de alta eficácia e qualidade. Vai ser necessário realizar numerosos esforços para realizar as principais orientações do desenvolvimento da ciência e do progresso científico e técnico, para elevar o bem-estar material do povo e a sua cultura espiritual».

Após ter salientado a confiança demonstrada pelo povo no seu partido, tão brilhantemente demonstrada antes e durante a realização do Congresso, quando os trabalhadores búlgaros, na sua actividade excederam os prazos de produção previstos, ou em comícios então realizados, reafirmaram essa sua confiança, o primeiro-secretário do Partido Comunista Búlgaro e presidente do Conselho de Estado, camarada Todor Jivkov, finalizou a sua intervenção de encerramento dos trabalhos do XI Congresso do PCB acentuando:

«Saimos deste Congresso, não só nós, delegados, não só nós, os comunistas, mas também todo o povo búlgaro, com um sentimento de triunfo. Porque todo o povo búlgaro, dirigido e orientado pelo seu Partido Comunista, transformará as resoluções do Congresso numa força material, numa realidade viva».

CONSTRUIR O SOCIALISMO DESENVOLVIDO

«A principal tarefa socio-económica do sétimo quinquénio consiste na aplicação, com fidelidade, da linha do Partido visando a mais completa satisfação das necessidades materiais e espirituais do povo, assegurando o desenvolvimento dinâmico e harmonioso da economia nacional, o rápido aumento da produtividade de trabalho, a eficiência e a qualidade, pela via da modernização, da reconstrução, da concentração e da implantação acelerada das realizações científico-técnicas, elevando permanentemente a consciência socialista dos trabalhadores e afirmando o modo de vida socialista».

Estas as palavras do camarada Todor givkov, no relatório do Comité Central do Partido apresentado ao Congresso e que foi aprovado por unanimidade pelos 1 575 delegados.

«Permitam-me que exprima, em nome do Congresso — disse mais adiante Todor Jivkov — a firme convicção de que o nosso povo trabalhador, o povo que realizou enormes feitos para salvar a Pátria realizará e ultrapassará com honra as tarefas do desenvolvimento da economia nacional, saídas do XI Congresso, e que fará do sétimo quinquénio uma importante etapa na edificação da sociedade socialista avançada».

Noutro passo do seu relatório, o camarada Todor Jivkov salientou: «As mudanças operadas na produção e relações sociais, aproximação dos camponeses cooperadores à classe operária no que toca o carácter do trabalho, o modo de vida, a cultura e a consistência, bem como a progressiva redução das diferenças essenciais entre si, por um lado, e a intelectualidade, por outro, abrem novas possibilidades para o desenvolvimento da democracia socialista, à afirmação do modo de vida socialista».

A ACTIVIDADE INTERNACIONAL DO PC BÚLGARO

Conforme afirmámos no anterior artigo, as questões mundiais e a actividade internacional do Partido Comunista Búlgaro tiveram lugar de grande destaque no relatório da actividade do CC do PCB para o período entre o X e o XI congressos do Partido, apresentado pelo camarada Todor Jivkov.

«No período decorrido — disse o camarada Jivkov — o Partido Comunista Búlgaro confirmou, com uma nova força, a sua fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário, a sua capacidade de aplicar e desenvolver de modo criador os princípios leninistas na edificação da sociedade socialista.

«O estilo leninista de direcção — prosseguiu Todor Jivkov — encontrou igualmente uma brilhante expressão nos preparativos do presente XI Congresso».

Mais adiante, Todor Jivkov, afirmou: «Há cinco anos, o Partido Comunista da União Soviética adoptou, no seu XXIV Congresso, o notável Programa de Paz. Herdeiro directo do Decreto da Paz de Lénine e encarnação dos princípios leninistas de coexistência pacífica entre os estados de diferentes regimes sociais, este programa trouxe um potente impulso às lutas das forças amantes da paz. Os cinco anos decorridos operaram uma viragem da *guerra fria* à coexistência pacífica.

«Os grandes sucessos do nosso povo na edificação económica e cultural, na consolidação da potência defensiva do país, bem como a nossa consequente política leninista internacional, elevaram o prestígio mundial do Partido e da Pátria. Hoje, a República Popular da Bulgária é um parceiro procurado e apreciado na vida internacional», declarou mais adiante Todor Jivkov.

RUMO AO COMUNISMO

No XI Congresso do Partido, os comunistas búlgaros corroboraram a sua disposição de prosseguir no futuro o estreitamento de relações com a União Soviética, contribuindo para o fortalecimento e consolidação do poder do sistema socialista mundial.

Também a consolidação da unidade do movimento comunista internacional foi apontada como uma das tarefas dos comunistas búlgaros que reafirmaram a sua intenção de prosseguir a luta sem desvios contra qualquer manifestação da ideologia burguesa, anticomunismo e anti-sovietismo. O desmascaramento do maoismo como teoria ao serviço da reacção e do imperialismo ocupa, neste campo, um importante lugar na luta dos marxistas-leninistas contra os revisionistas de direita e de «esquerda».

Outro lugar de destaque nos trabalhos do Congresso foi concedido às tarefas do Partido e do país no campo da vida interna. Os documentos aprovados mostram que a República Popular da Bulgária continuará, no decurso do sétimo quinquénio, a edificar a sociedade socialista desenvolvida, de acordo com o programa do Partido. O próximo período será, para todo o povo búlgaro, um período de novas conquistas em todos os aspectos da vida do país.

A economia desenvolver-se-á na base da intensificação e da alta eficiência e qualidade. Levar-se-ão a cabo a modernização e reconstrução de todos os ramos da economia, intensificando-se por outro lado a concentração e a especialização da produção. A economia, a vida social e cultural sofrerão novas mudanças qualitativas, nas quais se pantentearão com maior intensidade as leis próprias do socialismo desenvolvido.

O Congresso traçou o caminho para a posterior realização da política social do Partido. O desenvolvimento económico do país no decorrer do sétimo quinquénio estará subordinado ao fim supremo do socialismo: elevar constantemente o bem-estar do povo e criar condições para o desenvolvimento multifacético e harmonioso do trabalhador socialista.

Em suma, após os trabalhos do XI Congresso do PCB, não só os comunistas mas todo o povo búlgaro têm nas suas mãos preciosos instrumentos de trabalho para a consolidação da sociedade socialista desenvolvida. O esforço, a firmeza, a decisão, a honestidade, a confiança com que os comunistas e todos os trabalhadores búlgaros participaram neste Congresso são a prova mais concludente, ao lado dos enormes êxitos já conquistados, de que a República Popular da Bulgária trilhará seguramente o caminho apontado por Marx, Engels e Lenine, o caminho pelo qual Dimitrov lutou toda a sua vida, o caminho de todos os explorados e oprimidos do mundo: o Socialismo e o Comunismo.

Na tribuna internacionalista do XI Congresso do PC Búlgaro, dos comunistas portugueses, usou da palavra o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP

No decorrer do último dia de trabalho do XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro, foram eleitos por unanimidade os membros dos órgãos máximos de direcção do Partido.

O camarada Todor Jivkov foi reeleito por unanimidade no cargo de primeiro-secretário do CC do PCB, que desempenha desde a histórica sessão plenária de Abril de 1956 do Comité Central do PCB.

São membros do "bureau" político os seguintes camaradas: Boris Veltchev, Gricha Philippov, Alexandre Lilov, Ivan Mikhailov, Pentcho Koubadinski, Stanko Todorov, Tano Tzolov, Todor Jivkov, Tzola Dragoitcheva.

São membros suplentes do «bureau» político Dobri Djourov, Draja Valtcheva, Krestu Tritchkov, Peko Takov, Peter Mladenov e Todor Stoitchev.

São secretários do CC do PCB Boris Veltchev, Gricha Philippov, Alexandre Lilov, Ian Pramov e Ognian Doynov.

Finalmente, são membros do secretariado Micho Michev, Vladimir Bonev, Georgui Iordanov e Sava Dalbrokov.

São 154 os membros do Comité Central do PCB.

TRIBUNA DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL
O CONGRESSO DO PC BÚLGARO DEMONSTROU A VITALIDADE DAS FORÇAS DA PAZ

O XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro constitui uma magnífica prova do espírito criador, na linha do marxismo-leninismo, da vanguarda dos trabalhadores da Bulgária, escolhidos para na sala do Congresso, serem a voz colectiva de 8 milhões de homens e mulheres que, diariamente, constroem a sociedade socialista desenvolvida. Pela escola do Congresso – porque de verdadeiras sessões de trabalho e de estudo se trata as várias sessões — passaram dos mais destacados obreiros da nova sociedade: heróis do trabalho socialista na indústria e na agricultura, destacados vultos da intelectualidade, nomes prestigiados do partido da classe operária e das massas trabalhadoras da Bulgária – o Partido de Blagoev e Dimitrov.

Mas os trabalhos do Congresso ofereceram igualmente a oportunidade de se puderem encontrar dezenas de destacados vultos do movimento comunista e operário internacional, membros dos movimentos de libertação e democráticos que, em todo o mundo, com os explorados e oprimidos, lutam pela paz, pelo progresso, pela independência, pela libertação, pelo socialismo, contra o imperialismo e o capitalismo, contra o colonialismo e o neocolonialismo, contra o racismo e todas as formas de escravatura, contra a exploração do homem pelo homem.

Em Sofia, de 29 de Março a 2 de Abril, esses homens encontraram-se com os seus irmãos búlgaros e a capital da República Popular da Bulgária tornou-se, nesses dias, o centro mundial da libertação dos povos que, nos seus países prosseguiam o seu combate diário e tenaz, sereno mas firme, duro mas confiante, com os olhos postos nas conquistas já alcançadas pelos povos socialistas desde que o glorioso Partido de Lénine, há quase 60 anos, instaurou pela primeira vez o estado dos operários e camponeses, o estado socialista.

Por isso, a tribuna do XI Congresso do PCB foi, também, tribuna do movimento comunista e operário internacional. Nela usaram da palavra dos mais destacados dirigentes comunistas, dos mais firmes defensores da paz, da liberdades e do progresso dos povos de todo o mundo.

O primeiro delegado estrangeiro a usar da palavra foi o camarada Feydor Kulakov, membro do «bureau» político do Partido Comunista da União Soviética, conforme referimos no artigo anterior. A entusiasmante exclamação com que finalizou a sua intervenção – «Viva a Paz! Viva o Comunismo!» – resumem no fundamental, as palavras posteriormente pronunciadas pelos outros membros das delegações estrangeiras. De facto, são os comunistas, à frente do poderoso exército mundial de trabalhadores, à frente de todos os homens amantes da paz e do progresso, os mais consequentes lutadores pela paz no mundo.

AS DECISÕES DO CONGRESSO DO PCUS

O camarada Edward Gierek, primeiro-secretário do Partido Operário Unificado Polaco, depois de saudar os êxitos alcançados pelos comunistas e pelo povo búlgaros, afirmou a determinado passo da sua intervenção: «As decisões do XXV Congresso do PCUS são de uma enorme importância não só para o país dos soviétes, mas também para toda a comunidade dos países socialistas e para o movimento comunista internacional e, ainda, para a evolução da situação no mundo».

Mais adiante, e após ter referido que o internacionalismo proletário é a base da ideologia dos países socialistas e uma das principais premissas para o sucesso da luta pelo progresso social e a liberdade dos povos, o camarada Gierek considerou o Congresso do PCB como um acontecimento de profunda importância internacional.

Por seu turno, Erich Honnecker, primeiro-secretário do Partido Socialista Unificado da Alemanha Democrática, acentuou que o socialismo e o comunismo, as forças do progresso social e da paz, têm uma importância cada vez maior na marcha dos acontecimentos no mundo. Salientando a poderosa contribuição do Partido de Lénine ao marxismo-leninismo e à sua aplicação com espírito criador, o camarada Honnecker afirmou: «Nós, como o partido irmão dos comunistas búlgaros, estamos convencidos que a coesão da comunidade socialista em torno da União Soviética é o principal factor do seu triunfante desenvolvimento».

CONTRA O OPORTUNISMO E O REVISIONISMO

Outro dos prestigiados dirigentes comunistas a usar da palavra na tribuna do Congresso dos comunistas búlgaros foi o camarada Gustav Husak, secretário-geral do Partido Comunista da Checoslováquia o qual, depois de ter saudado a actividade do PC Búlgaro na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, salientou a importância da luta contra tudo o que for contra a solidariedade internacional, a luta contra as manifestações de oportunismo e de revisionismo, contra a política nacionalista da direcção maoista que se aliou às forças mais reaccionárias do mundo.

O camarada Janos Kadar, primeiro-secretário do Partido Socialista Operário Húngaro, na sua intervenção, condenou também energicamente a atitude da actual direcção maoista aliada aos imperialistas mais ferozes e apelou para a coesão do movimento comunista internacional, de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

O MAOISMO É ANTICOMUNISTA

Em seguida, coube a vez ao camarada Jumjaagijn Tsedenbal, primeiro-secretário do Partido Popular Revolucionário Mongol que afirmou: «A reacção e a direcção de Pequim não poderão impedir a marcha regular do desenvolvimento histórico da humanidade e a actividade que visa consolidar a paz e a segurança no mundo. O nosso Partido continuará no futuro a desenvolver uma intransigente luta contra o grupo reaccionário dos maoistas, que trairam o marxismo-leninismo e se colocaram no anticomunismo».

Tomando a palavra, Munir Mesihovic, do comité executivo da Liga dos Comunistas Jugoslavos sublinhou que «as forças do socialismo e da paz e a influência das outras forças democráticas e progressistas não cessam de se reforçar, o que abre possibilidades para a posterior consolidação do socialismo como processo mundial».

Na sua intervenção Hoang Van Hoan, do «bureau» político do CC do Partido dos Trabalhadores do Vietname, depois de ter salientado a ajuda do PCB e dos outros países socialistas ao povo vietnamita, afirmou: «A grande vitória contra a agressão americana foi a mais brilhante de toda a história do povo vietnamita. Foi uma vitória da aplicação com espírito criador da invencível doutrina marxista-leninista nas condições do Vietname e, ao mesmo tempo, uma vitória comum dos países socialistas, do movimento comunista e operário internacional, das forças democráticas e amantes da paz. Com as vitórias do povo do Laos e do Camboja, a vitória do nosso povo deu um sério golpe no neocolonialismo e contribuiu para a mudança da relação de forças em favor da paz, da independência nacional, da democracia e do socialismo».

REFORÇAR A VIGILÂNCIA

Por seu turno, o camarada Janh Hyon Sop, do comité político e secretário do CC do Partido do Trabalho da Coreia sublinhou a necessidade de todos os povos revolucionários do mundo «aumentarem a sua vigilância face às pérfidas tentativas dos imperialistas que pretendem semear a confusão e minar a unidade dos países socialistas e do movimento comunista e operário.

Usaram ainda da palavra, defendendo pontos de vista idênticos aos acima citados, Abdel Fattah Ismail, secretário-geral do CC da Organização Política Unida Frente Nacional da R. Popular Democrática do Iemen, Phon Sipraset, do «bureau» político do Partido Popular do Laos, e o camarada Ilie Veredet, chefe da delegação do Partido Comunista Romeno, o qual saudou efusivamente os grandes êxitos do povo búlgaro.

A DERROTA DOS IMPERIALISTAS

O camarada Sergio del Valle, membro do «bureau» político do CC do PCC e Ministro do Interior da República Socialista de Cuba na sua intervenção, e depois de ter assinalado o papel que têm jogado a correcta política de princípios da União Soviética e o seu Partido Comunista fundado por Lénine, destacou com particular evidência o significado dos êxitos obtidos pelo povo angolano, cuja pátria foi cenário de uma grande derrota dos imperialistas que, em estreita aliança com o governo racista da África do Sul, os maoistas, os traidores da FNLA e da Unita, tentaram arrebatar ao povo o seu legítimo triunfo, obtido ao longo da feroz luta contra o domínio colonial.

«A vitória alcançada pelo povo de Angola – afirmou o camarada Sergio del Valle – exemplifica de maneira clara que não há força por mais poderosa que seja que possa opor-se à decisão de um povo de conquistar a sua liberdade e que essa atitude poderá sempre contar com o apoio da mais decidida solidariedade revolucionária».

O camarada comandante Ambrosio Lukoki, membro do CC do MPLA, no decorrer da sua intervenção, começou por afirmar: «No desenvolvimento da humanidade, a vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro inaugurou uma nova era e abriu um novo capítulo da história mundial. A enorme vaga revolucionária nascida dessa grande revolução de Outubro colocou num nível superior o movimento revolucionário mundial de libertação, indicando aos trabalhadores do mundo inteiro a via do socialismo».

E mais adiante: «A RPA é hoje um Estado independente, soberano e pronto a defender a sua integridade territorial. A RPA tem apenas 4 meses, durante os quais, tanto o plano político-militar como no diplomático, já alcançou estrondosas vitórias sobre as forças imperialistas. Essas vitórias foram possíveis graças à determinação e ao espírito combativo do nosso povo, beneficiando da simpatia e do apoio internacionalista militante das forças progressistas e democráticas do mundo em geral e, em particular, dos países socialistas, dos quais, se nos permitem destacar, mencionamos Cuba e a URSS. Queremos igualmente sublinhar os nossos sinceros votos de reconhecimento pela ajuda internacionalista e militante que os comunistas e o povo da RP da Bulgária não param de trazer à nossa causa de libertação nacional».

Na sua intervenção, o camarada Domingo Brito dos Santos, membro do Conselho Supremo do PAIGC, depois de saudar o profunda solidariedade do PAIGC e do povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde com a heróica luta do povo angolano, conduzida pela sua vanguarda revolucionária, o MPLA, salientou a fidelidade do PC Búlgaro aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Usaram ainda da palavra representantes do Partido Congolês do Trabalho, do Partido Democrático da Guiné, da Organização de Libertação da Palestina, do Partido Comunista da Síria, do Partido Comunista do Iraque, do Partido Comunista Libanês.

REGOZIJO DOS OPERÁRIOS E TRABALHADORES PORTUGUESES

Em nome do Partido Comunista Português, usou da palavra na tribuna do XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do nosso Partido, de cuja intervenção, amplamente aplaudida, transcrevemos seguidamente algumas passagens:

«Queridos camaradas:

«É com grande alegria e viva emoção que em nome do Comité Central do Partido Comunista Português e dos comunistas portugueses saudamos os delegados ao XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro irmão e, através de vós, todos os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador da Bulgária socialista.

«Os laços que unem os nossos dois Partidos e os nossos dois povos são cada dia mais estreitos.

«Estamos inteiramente de acordo com a análise da situação internacional apresentada neste Congresso pelo camarada Todor Jivkov. Aproveitamos esta oportunidade para prestar homenagem à firme atitude internacionalista do Partido Comunista Búlgaro.

«Os sucessos alcançados pela Bulgária na edificação da sociedade socialista avançada, o desenvolvimento acelerado da economia, a nova expansão na esfera da ciência e da cultura, a extensão da democracia socialista, a elevação constante do bem-estar do povo trabalhador búlgaro, são recebidos com o maior regozijo pela classe operária, pelos trabalhadores portugueses. (...)

«Em Portugal, as liberdades e a democracia só podem assegurar-se com a liquidação completa do poder dos monopólios, dos latifundiários e do domínio imperialista, no quadro de profundas transformações revolucionárias abrindo o caminho ao socialismo.

«Sabemos que não estamos sós.

«Connosco estão o grande Partido Comunista da União Soviética e os outros Partidos Comunistas irmãos, todo o movimento comunista internacional, cuja coesão é factor determinante da unidade de todas as forças anti-imperialistas e do avanço do processo revolucionário mundial.

«Connosco está a comunidade socialista, que com as suas conquistas, o seu poderio militar, a força do seu exemplo, a sua acção internacionalista, constitui o principal bastião das forças revolucionárias.

«Connosco estão os povos irmãos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste e as suas vanguardas revolucionárias, em particular o MPLA, o PAIGC, e a FRELIMO, às quais nos ligam indestrutíveis laços de amizade e solidariedade forjados ao longo do combate comum.

«Connosco está a classe operária dos países capitalistas, estão as forças progressistas do mundo inteiro na luta pela paz, pelo progresso social, pela democracia e o socialismo.

«Connosco estão os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador da Bulgária socialista.

«Pudeis estar seguros, queridos camaradas, que também podereis contar sempre com a nossa amizade e solidariedade internacionalistas.

«Viva a amizade dos povos de Portugal e da Bulgária!

«Viva a amizade indestrutível entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro!

«Viva o internacionalismo proletário!

PELA PAZ, PELO COMUNISMO

Nesta grande tribuna do internacionalismo proletário que foi o XI Congresso do Partido Comunista Búlgaro usaram ainda da palavra representantes do Partido Comunista Alemão, o secretário-geral do Partido Comunista Argentino, o camarada Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Comunista do Chile, do Partido Comunista do Canadá, do Partido Comunista da India, o camarada Florakis, secretário-geral do Partido Comunista Grego, o camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do PC do Uruguai, do AKEL de Chipre e do Partido Popular do Panamá.

Tribuna do marxismo-leninismo, tribuna do internacionalismo proletário, tribuna do Socialismo e do Comunismo, o XI Congresso do PCB foi a Tribuna da Paz. Da paz que só o fim total da exploração do homem pelo homem pode trazer. Da paz por que lutam os comunistas. Por que lutam os comunistas e todo o povo da República Popular da Bulgária, debaixo da bandeira do marxismo-leninismo e sob a direcção do glorioso partido de Georgui Dimitrov.